



O CUSTO DE SE MANTER SAUDAVEL

RELATÓRIO SEMESTRAL DA REGIÃO DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE

OUTUBRO DE 2020



BANCO MUNDIAL
BIRD • AID | GRUPO BANCO MUNDIAL

América Latina e Caribe
Oportunidades para todos

© 2020 Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento / Banco Mundial

1818 H Street NW, Washington DC 20433

Telefone: 202-473-1000; Internet: www.worldbank.org

Alguns direitos reservados

1 2 3 4 23 22 21 20

Este trabalho é um produto da equipe do Banco Mundial com contribuições externas. Os resultados, interpretações e conclusões expressos neste trabalho não refletem necessariamente as opiniões do Banco Mundial, de sua Diretoria Executiva ou dos governos que eles representam. O Banco Mundial não garante a exatidão dos dados contidos neste trabalho. Os limites, cores, denominações e outras informações exibidas em qualquer mapa deste trabalho não implicam nenhum julgamento por parte do Banco Mundial com relação à situação jurídica de qualquer território nem o endosso ou aceitação de tais limites.

Nada neste documento constituirá ou será considerado como limitação ou renúncia aos privilégios e imunidades do Banco Mundial, todos os quais são especificamente reservados.

Direitos e Permissões



Este trabalho está disponível sob a licença Creative Commons Attribution 3.0 IGO (CC BY 3.0 IGO) <http://creativecommons.org/licenses/by/3.0/igo>. Sob a licença Creative Commons Attribution, o usuário é livre para copiar, distribuir, transmitir e adaptar este trabalho, inclusive para fins comerciais, sob as seguintes condições:

Atribuição – Cite o trabalho conforme segue: Banco Mundial. 2020. “O Custo de se Manter Saudável” Relatório Semestral da Região da América Latina e do Caribe (outubro), Banco Mundial, Washington, DC [World Bank. 2020. “The Cost of Staying Healthy” Semiannual Report of the Latin America and Caribbean Region (October), World Bank, Washington, D.C.]. Doi: 10.1596/978-1-4648-1650-5. Licença: Creative Commons Attribution CC BY 3.0 IGO

Traduções – Em caso de tradução deste trabalho, a seguinte isenção de responsabilidade deverá ser acrescentada à atribuição: Esta tradução não foi feita pelo Banco Mundial e não será considerada uma tradução oficial deste. O Banco Mundial não deverá ser responsabilizado pelo conteúdo ou quaisquer erros nesta tradução.

Adaptações – Em caso de adaptação deste trabalho, a seguinte isenção de responsabilidade deverá ser acrescentada à atribuição: Esta é uma adaptação de um trabalho original do Banco Mundial. A responsabilidade pelos pontos de vista e opiniões expressos na adaptação cabe exclusivamente ao(s) autor(es) da adaptação e não são endossados pelo Banco Mundial.

Conteúdo de terceiros – O Banco Mundial não detém necessariamente cada componente do conteúdo deste trabalho. O Banco Mundial, portanto, não garante que o uso de qualquer componente individual ou parcial de terceiros contido no trabalho não infringirá os direitos de tais terceiros. O risco de reclamações resultantes de tal infração recai exclusivamente sobre o usuário. Se o usuário desejar reutilizar um componente deste trabalho, é sua responsabilidade determinar se é necessária permissão para tal reutilização e obter a permissão do proprietário dos direitos autorais. Exemplos de componentes podem incluir, entre outros, tabelas, figuras ou imagens.

Todas as consultas sobre direitos e licenças devem ser endereçadas à Publishing and Knowledge Division, The World Bank, 1818 H Street NW, Washington, DC 20433, EUA; fax: 202-522-2625; e-mail: pubrights@worldbank.org.

ISBN (eletrônico): 978-1-4648-1650-5

DOI: 10.1596/978-1-4648-1650-5

Foto da capa: Ilustração baseada em foto de: © Alberto Pichardo/sonideas.com

Desenho da capa: Alejandro Espinosa (Sonideas).



RELATÓRIO SEMESTRAL DA REGIÃO DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE

O CUSTO DE SE MANTER SAUDÁVEL

UMA PRODUÇÃO CONJUNTA DO
ESCRITÓRIO DO ECONOMISTA CHEFE PARA A REGIÃO DA AMÉRICA LATINA
E DO CARIBE E A PRÁTICA GLOBAL DE MACROECONOMIA, COMÉRCIO E
INVESTIMENTO

BANCO MUNDIAL – 9 DE OUTUBRO DE 2020



Agradecimentos

O presente relatório é uma produção conjunta do escritório do Economista Chefe para a América Latina e o Caribe (LCRCE) e da Prática Global de Macroeconomia, Comércio e Investimento (MTI) do Banco Mundial. A elaboração do relatório foi liderada por Martin Rama (Economista Chefe, LCRCE), em estreita colaboração com Jorge Araujo (Gerente de Prática, ELCMU).

O relatório recebeu contribuições significativas de Guillermo Beylis (Economista), Irene Ezran (Consultora), Elena Ianchovichina (Economista Líder), Miguel Rosales Legorreta (Consultor), Daniel Riera-Crichton (Economista Pesquisador), Rucheta Singh (Consultora) e Guillermo Vuletin (Economista Sênior), todos da equipe da LCRCE.

A equipe do escritório do Economista Chefe para a América Latina e o Caribe produziu documentos de base sobre os multiplicadores fiscais das transferências sociais para as famílias, sobre as previsões para as atividades econômicas baseadas em imagens de satélite, e sobre a dinâmica dos resultados nas áreas de saúde e economia em todos os países.

Um estudo sobre a indústria farmacêutica na região foi encomendado à Verónica Vargas (Professora Visitante da Universidade de Harvard) e outro sobre as compras de suprimentos médicos e farmacêuticos pelos governos encomendado a Alexandre Borges de Oliveira (Especialista Líder em Aquisições) e Mihaly Fazekas (Professor Assistente, Universidade Centro-Europeia). O relatório também se baseia em uma análise dos dados de satélite e sua relação com a atividade econômica, realizada por Stephen D. Morris (Professor Assistente de Economia, Bowdoin College).

Estimativas e artigos de macroeconomia específicos de cada país foram apresentados por economistas da Prática Global de MTI coordenados por James Sampi (Economista, ELCMU), com as colaborações de Sonia Araujo, Matias Arnal, Daniel Barco, Rafael Barroso, Elena Bondarenko, Bledi Celiku, Fabiano Colbano, Barbara Cunha, Simon Davies, Anton Dobronogov, Jozef Draaisma, Paolo Dudine, Julian Folgar, Fernando Giuliano, Marek Hanusch, Johannes Herderschee, Evans Jadotte, Santiago Justel, Ewa Korczyk, Ran Li, Rohan Longmore, David MacWilliam, Kirsten McLeod, Eduardo Olaberria, Rafael Ornelas, Ruslan Piontkivsky, Andres Roseroi, Diego Tuzman, Julio Velasco, Gabriel Zaourak e Christian Zambaglione.

Outras contribuições nas áreas de saúde e pobreza foram feitas pelas equipes lideradas por Michele Granolati (Gerente de Prática, HLCHN) e Ximena del Carpio (Gerente de Prática, ELCPV), respectivamente.

Jacqueline Larrabure (Assistente de Programa, LCRCE) forneceu apoio administrativo. Alejandro Espinosa (Sonideas), Shane Kimo Romig (LCREC), Carlos Molina (Oficial de Comunicações Online, LCREC) e Gonzalo Villamizar (Consultor, LCREC) contribuíram para o design e a comunicação.

A data de corte deste relatório foi 1º de outubro de 2020.



Índice

Agradecimentos	5
Sumário executivo	9
1 Uma das piores crises de todos os tempos	14
Um forte choque em uma região já em dificuldades	15
Algumas boas surpresas aconteceram	16
Uma resposta política robusta apesar do espaço fiscal limitado	20
Impactos econômicos e sociais adversos	20
2 Perspectiva para a região	24
Transferências sociais como salvação	25
Avaliação da extensão do dano	27
Atividade econômica no terceiro trimestre	28
3 O custo para conter a pandemia	34
Consequências da pandemia em países ricos e pobres	35
Custos de saúde e custos econômicos até o momento	38
4 Os custos de assistência à saúde em períodos normais	40
Os recursos destinados à assistência à saúde	41
Organização do setor farmacêutico	44
Compras públicas de medicamentos	46
5 Olhando para o Futuro: O caminho a percorrer	50
A convivência com o vírus à espera da vacina	51
Expansão de uma cobertura eficaz de assistência à saúde	52
Manutenção dos medicamentos a preços acessíveis	52
Reavaliação da informalidade	57
Recriação do espaço de política	58
6 Resumos dos países	60
Referências	73



Sumário executivo

A região da América Latina e do Caribe é a mais duramente atingida pela pandemia da Covid-19. O número de mortes por milhão de pessoas é tão alto quanto nas economias avançadas, se não mais, no entanto, os recursos disponíveis para combater a crise são muito mais limitados. A consequente crise econômica tem início após vários anos de baixo crescimento econômico e progresso limitado nos indicadores sociais, e logo após uma onda de instabilidade social. O impacto da Covid-19 vem sendo sentido por meio de múltiplos canais, incluindo menor demanda externa, maior incerteza econômica, colapso do setor de turismo e, particularmente, as consequências dos meses de confinamento para conter a propagação da doença.

O lado positivo é que os acontecimentos internacionais têm sido menos desfavoráveis do que se poderia prever há seis meses. O comércio mundial de mercadorias está voltando aos níveis pré-crise e os preços das commodities demonstraram uma relativa resiliência. Após uma acentuada queda inicial, as remessas estão de forma geral mais altas do que há um ano, e poucos países perderam acesso aos mercados financeiros internacionais. Os pacotes de estímulo criados por vários governos da região foram extraordinariamente robustos, apesar das restrições fiscais, e grande parte dos recursos adicionais foi destinada a transferências sociais.

Ainda assim, os prejuízos econômicos e sociais são imensos. A taxa de desemprego aumentou em toda a América Latina e o Caribe, por vezes de maneira substancial. Uma série de pesquisas telefônicas realizadas pelo Banco Mundial em 13 países da região aponta que a proporção de famílias que sofreram uma redução de renda é ainda maior do que a proporção que sofreu uma perda de emprego. Uma pesquisa semelhante realizada pelo Banco Mundial com foco nas empresas de cinco países da região revela que grande parte de famílias atrasou pagamentos ou estima ter que fazê-lo em breve. As conclusões destas pesquisas rápidas, resumidas neste relatório, sugerem que o impacto da crise não é somente grave como pode vir a ser também duradouro.

Uma razão para amenizar as previsões mais pessimistas é a escala consideravelmente grande dos pacotes de estímulo adotados por vários governos na América Latina e no Caribe. Cinco dos dez programas de transferência social com maior abrangência populacional entre os países em desenvolvimento estão na região.

Um primeiro estudo de base para este relatório demonstra que o multiplicador fiscal das transferências sociais é muito maior na região do que nas economias avançadas. E ele costuma ser maior nos países com transferências sociais mais volumosas e mais bem direcionadas. A forte resposta à crise da Covid-19 poderia então ser lembrada como um dos primeiros exemplos de sucesso da política fiscal contracíclica em grandes áreas da região.

Dada a natureza sem precedentes da crise, é um grande desafio prever a profundidade da recessão para o restante do ano e o momento e a força da recuperação. E pode levar muito tempo até que números de crescimento confiáveis para 2020 estejam disponíveis. Nem todos os países da região produzem estatísticas trimestrais de crescimento, e ainda não há em todo o mundo dados oficiais sobre o crescimento para o terceiro trimestre do ano, que acaba de terminar. Mas os dados disponibilizados por novas tecnologias – desde o tráfego de telefones celulares até as transações com cartão de crédito e imagens de satélite – oferecem uma oportunidade de monitorar a evolução econômica em tempo real.

Um segundo estudo de base para este relatório se concentra nas emissões de dióxido de nitrogênio (NO₂), um poluente produzido por motores a combustão, chaminés de fábrica e queimadas agrícolas, entre outros. As mudanças nas emissões não podem ser automaticamente convertidas em mudanças na atividade econômica, porque a estrutura setorial e a intensidade energética da produção variam de um país para outro. Contudo, a metodologia do estudo permite corrigir tais diferenças para gerar estimativas de crescimento econômico em tempo real.

O estudo confirma a queda acentuada na atividade econômica no primeiro semestre de 2020. No entanto, há sinais de recuperação no terceiro trimestre. Até então, a China, a Índia e outras economias asiáticas vinham crescendo em relação ao terceiro trimestre de 2019. E vários países na América Latina e Caribe, embora ainda apresentassem crescimento negativo, pareciam já ter chegado ao fundo do poço.

O fato de a pandemia chegar à América Latina e ao Caribe relativamente tarde deu à maioria dos governos da região a oportunidade de aprender com a experiência das economias avançadas e de implementar as mesmas medidas de contenção, incluindo quarentenas e confinamentos rigorosos. Esta resposta política rápida e robusta lhes rendeu elogios e demonstrou ser um sucesso em seus estágios iniciais. Mas com o tempo, a taxa de mortalidade pela Covid-19 tornou-se tão alta quanto a sofrida pelas economias avançadas considerando o tamanho da população. E isso apesar de as medidas de contenção terem sido adotadas dias após o primeiro caso de Covid-19.

Dados os custos desproporcionalmente altos na área de saúde, é legítimo perguntar se a dinâmica da epidemia é a mesma nos países ricos e pobres. Um terceiro estudo de base para este relatório verifica como a progressão diária das mortes por Covid-19 em 51 países em todo o mundo foi afetada pela força e pela altura em que as medidas de contenção foram tomadas, bem como pelas características específicas desses países.

O estudo conclui que, na ausência de medidas de contenção, as mortes aumentam mais lentamente nos países mais pobres. Parte da lacuna pode apenas refletir sua menor capacidade de registrar e identificar as causas das mortes. Porém, o estudo mostra que a progressão das mortes por Covid-19 é mais rápida em países mais urbanizados e com populações mais velhas, entre outras características. Em todos esses aspectos, a América Latina e o Caribe são mais vulneráveis à Covid-19 do que outras regiões em desenvolvimento.

O estudo também aponta que as quarentenas e confinamentos são menos eficazes para conter mortes em países mais pobres e que seu custo econômico, medido pela mudança diária nas emissões de NO₂, também é menor. Os mecanismos subjacentes a estas diferentes dinâmicas não estão claros neste estágio. Uma parcela maior da população vivendo em favelas apinhadas de gente, com acesso limitado à água, pode explicar a eficácia parcial dos confinamentos na contenção da propagação da doença. A continuidade do trabalho na agricultura e na mineração, que representam uma parcela maior da atividade econômica nos países mais pobres, pode estar por trás do impacto econômico mais silencioso. As deficiências na aplicação da lei podem afetar tanto a saúde quanto a economia. Independentemente das causas subjacentes, os resultados deste estudo sugerem que as compensações entre os custos de saúde e os custos econômicos podem ser diferentes em economias avançadas e em países em desenvolvimento.

Há também uma variação considerável dentro de cada um dos dois grupos de países. Dada a incerteza sobre a eficácia das medidas de contenção, e as importantes nuances na forma como tais medidas foram implementadas na prática, é justificável um foco nos resultados. De fato, já passou tempo suficiente desde o início da pandemia para avaliar quantas pessoas morreram e o quanto a atividade econômica se perdeu em cada país.

Fazer isso não envolve um julgamento do quanto a atividade econômica precisa ser sacrificada para salvar vidas. O exercício demonstra simplesmente que alguns países se saíram melhor do que outros, pois ou tiveram um custo econômico menor pelo mesmo custo de saúde, ou um custo de saúde menor pelo mesmo custo econômico. A experiência dos países no “limite” de cada grupo pode oferecer valiosos ensinamentos para outros enquanto a Covid-19 ainda não tiver sido controlada.

O custo econômico para proteger a saúde da população foi ampliado com o surto da Covid-19, quando os confinamentos em massa foram a principal ferramenta de saúde pública disponível para conter a propagação da doença. Mesmo em tempos normais, os custos com assistência médica representam parte significativa do orçamento governamental e pesam no orçamento doméstico. As despesas do próprio bolso são especialmente altas para as famílias que enfrentam problemas de saúde. A distribuição deste ônus para toda a população depende fundamentalmente de como os serviços de atendimento médico são organizados. Na América Latina e no Caribe, a organização é frequentemente regressiva.

Os produtos farmacêuticos representam uma parte significativa das importações dos países na região e a maior parte dos gastos com a saúde. Isto torna seus preços altamente relevantes. Um quarto estudo de base para este relatório analisa o mercado interno de produtos farmacêuticos na América Latina e no Caribe.

A contenção dos custos de assistência médica muitas vezes depende da aprovação, incentivo e potencial imposição do uso de medicamentos genéricos pelas agências reguladoras locais. No entanto, o estudo demonstra que sua participação nas vendas totais de produtos farmacêuticos varia consideravelmente entre os países da América Latina e do Caribe, mas nunca é grande. A região também se destaca pela grande participação de produtos farmacêuticos “similares” vendidos internamente. Existem genéricos que levam a marca de um laboratório local, que muitas vezes trabalha em associação com empresas farmacêuticas internacionais.

O estudo demonstra que o aumento progressivo dos preços médios entre genéricos, produtos similares e medicamentos de marca varia muito entre os países. Em alguns, o gradiente é consideravelmente acentuado, o que significa que produtos similares são muito mais caros do que os genéricos, e os produtos de marca ainda mais. Diante destes fatos, não é de todo surpreendente que em alguns dos recentes episódios de instabilidade social na região, a indignação popular tenha sido direcionada às farmácias.

Os governos são um dos principais compradores de medicamentos, e a forma como as compras públicas são feitas tem um impacto significativo em seu custo. Um quinto e último estudo de base para este relatório analisa a eficiência dos governos neste quesito. Para tanto, é feita uma comparação de 235 produtos farmacêuticos em mais de meio milhão de contratos de compras públicas em sete países da região.

O estudo revela uma ampla variação nos preços de compra do mesmo produto em um país, dependendo das características das concorrências e da concentração de mercado entre os fornecedores. Ele revela também que alguns países da região conseguem comprar os mesmos produtos a preços muito mais baixos do que outros.

Mais de nove meses após o início da pandemia, as esperanças de um retorno à normalidade estão depositadas nas vacinas. O esforço global para apoiar pesquisas inovadoras e financiar a capacidade de produção é de uma escala sem precedentes. Entretanto, pode levar tempo para que vacinas eficazes contra a Covid-19 sejam desenvolvidas, produzidas em quantidades grandes o bastante, ofertadas localmente nos países em desenvolvimento e consideradas seguras o suficiente pela população. Diante destes desafios, os países da América Latina e Caribe podem não ter outra escolha senão conviver com o vírus, talvez por mais alguns anos.

Muitos países da região estão gradualmente relaxando as quarentenas e os confinamentos, seja por meio de decisões políticas explícitas ou porque as medidas rigorosas de contenção estão se tornando cada vez mais difíceis de serem aplicadas. Por enquanto, os governos devem se concentrar na proteção dos mais vulneráveis enquanto ajustam os padrões de saúde e segurança em todos os setores e atividades, para que a probabilidade de contágio permaneça baixa enquanto a vida continua.

A educação está entre as atividades que merecem mais atenção. É pouco provável que o ensino à distância, mesmo que viável, ofereça os mesmos conhecimentos que o ensino presencial. Para muitas crianças dos segmentos mais pobres da sociedade, esta pode simplesmente não ser uma opção. Se os confinamentos continuarem a afetar o setor educacional por muito tempo, muitas crianças podem nunca mais voltar à escola, tendo que começar a trabalhar mais cedo do que o previsto. E mesmo aquelas que retornarem, terão perdido meses ou mesmo anos de educação, o que prejudicará a sua renda futura e as suas perspectivas de mobilidade social.

Atualmente, as mortes anuais por Covid-19 competem em alguns países com doenças mais letais – como o câncer e as doenças cardiovasculares – como a principal causa de mortalidade. Em outros, é pouco provável que a Covid-19 mude significativamente a taxa de mortalidade em 2020. Em alguns, a taxa anual é menor do que o número anual de mortes por acidentes de trânsito ou por homicídios. Em partes da América Central, as maras – gangues criminosas – podem ser mais letais do que a Covid-19.

Em todos os países, entretanto, os sistemas de saúde precisam ser ajustados à realidade da Covid-19. Naqueles em que a pandemia está entre as principais causas de mortalidade, proporcionar um tratamento eficaz às pessoas afetadas pelo vírus é uma prioridade. E nos países onde a pandemia está sob controle, é necessário um esforço sustentado para conter repetidamente os surtos à medida que surgirem, o que requer capacidade eficaz de teste e acompanhamento. Em todos os casos, há também a necessidade de incorporar lições sobre o tratamento eficaz da doença, para aumentar a probabilidade de sobrevivência dos infectados.

A região tem ampliado a cobertura de assistência médica para outros segmentos da população. À medida que os governos mobilizam mais recursos para o setor de saúde, a crise da Covid-19 pode proporcionar uma oportunidade para abordar algumas de suas deficiências remanescentes. A crise também é um apelo à rápida expansão do acesso a serviços básicos. Em uma época em que os recursos para investimentos em infraestrutura tendem a ser limitados, o acesso à água e esgoto continua sendo uma importante prioridade de saúde pública.

A ampliação da cobertura da assistência médica não pode ser feita de forma acessível sem considerar o preço dos produtos farmacêuticos. Sendo os governos os grandes compradores de medicamentos, as compras públicas são particularmente importantes neste aspecto. Tornar as compras públicas de produtos farmacêuticos mais eficientes é ainda mais importante num momento em que os governos de toda a região estão pensando em como garantir as doses necessárias de vacinas contra Covid-19 para as suas populações.

A melhoria nos processos de licitações poderia reduzir o custo dos produtos farmacêuticos. Um ajuste estratégico de suas características poderia reduzir o custo dos produtos farmacêuticos em

12 a 15 por cento. Entretanto, um processo técnico aperfeiçoado por si só pode ser insuficiente para compensar o poder de mercado em um setor muitas vezes oligopolista. A crise da Covid-19 pode, de fato, ser uma boa oportunidade para reconsiderar as políticas relacionadas aos produtos farmacêuticos na América Latina e no Caribe.

Nos últimos anos, muitos governos vêm defendendo a utilização de medicamentos genéricos como forma de controlar os gastos com a saúde e melhorar o acesso aos medicamentos. Mas para fazer isso é necessário ter agências reguladoras fortes que sejam capazes de certificar a bioequivalência dos genéricos e torná-los a primeira opção para os médicos. Em condições ideais, essas agências também deveriam ter influência sobre o preço dos medicamentos sem desencorajar a inovação e, ao mesmo tempo, manter os medicamentos a um preço acessível para a população.

Algumas das medidas mais importantes para enfrentar a crise da Covid-19 enquanto se convive com o vírus estão fora do domínio da saúde. Na América Latina e no Caribe, o impacto das medidas de confinamento atingiu de forma desproporcional os trabalhadores do setor informal. As perdas de emprego foram mais significativas em países onde um número menor de trabalhadores tem salários ou empregos formais assalariados. E a capacidade de alcançar os trabalhadores do setor informal e suas famílias com transferências sociais variou dependendo da cobertura e qualidade dos registros populacionais, bem como da disponibilidade de uma identificação individual adequada.

Um comportamento natural em relação à informalidade na América Latina e no Caribe tem sido aceitá-la como forma de preservar o emprego em unidades econômicas de baixa produtividade que não sobreviveriam se tivessem que seguir as regras. Contudo, esta visão otimista se torna mais questionável no contexto atual. A crise da Covid-19 é um chamado para refletir sobre como incentivar a formalização sem impedir a criação de empregos e, ao mesmo tempo, estender a proteção social aos trabalhadores e suas famílias. Enquanto isso, são necessários registros abrangentes da população para que as transferências sociais cheguem até aqueles que vivem na precariedade e que são atingidos de maneira desproporcional por quarentenas e confinamentos.

Muitos países da região mobilizaram pacotes de estímulo bastante consideráveis para enfrentar a crise, apesar de terem um espaço fiscal limitado. Esta foi, sem dúvida, uma escolha sensata, dadas as circunstâncias. Mas em toda a região a dívida pública terá aumentado quase 10 pontos percentuais em relação ao PIB em apenas quatro anos.

Os países começaram a lutar contra a pandemia com o espírito de uma corrida. Mas após nove meses desde os primeiros surtos de Covid-19, eles parecem estar entrando gradativa e lentamente num espírito de maratona. Por enquanto, podem ser necessárias amplas transferências sociais. Entretanto, os governos da região podem ter que considerar caminhos para a consolidação fiscal.

A reorientação de impostos e despesas governamentais para apoiar a criação de empregos, a prestação de serviços e o desenvolvimento de infraestrutura também serão necessários para colocar a região novamente em um caminho de crescimento inclusivo e sustentável. Após muitos anos de baixo desempenho econômico e uma das piores recessões de todos os tempos, o fracasso poderia ser o presságio de novas ondas de instabilidade social e do possível retorno das políticas populistas à região.

Esse, afinal, poderia ser o maior custo da pandemia de Covid-19.



1
Uma das piores crises de todos os tempos

A região da América Latina e do Caribe é a mais duramente atingida pela pandemia da Covid-19, uma crise que chegou depois de vários anos de baixo crescimento econômico e progresso limitado nos indicadores sociais, e logo após uma onda de instabilidade social. Os países da região foram afetados por múltiplos canais, desde o colapso do turismo até o aumento da incerteza, mas o que torna a crise sem precedentes é o choque paralelo do lado da oferta, decorrente dos confinamentos adotados para conter a propagação da doença. O impacto sobre as economias da região foi parcialmente amortecido pelo comércio de mercadorias, assim como pelas remessas dos imigrantes, que se mantiveram melhores do que o previsto. E os generosos programas de transferência social criados por vários governos da região ajudaram as famílias a lidar com a situação e as economias a se manterem de pé. Todavia, a recessão é dramática, e as cicatrizes têm o potencial de serem duradouras.

Um forte choque em uma região já em dificuldades

O número acumulado de mortes por milhão de pessoas na América Latina e no Caribe é tão alto quanto nas economias avançadas, se não maior (mapa 1a). A taxa de mortalidade não tem sido equilibrada, variando de baixa em várias ilhas do Caribe e no Uruguai, a extremamente alta no Peru.

Em vários países, o número real de mortes pode ser maior do que a contagem oficial, pois os testes para Covid-19 não têm sido sistemáticos. É possível que haja mais casos não notificados do que mortes, dado que a maioria dos infectados apresenta sintomas leves ou não apresenta sintoma algum, e é improvável que sejam testados em um momento em que os kits médicos necessários estão escassos. Por esta razão, grande parte deste relatório se concentra na mortalidade por Covid-19 e não na morbidade, mesmo que esta última acarrete custos óbvios para as famílias e para a economia.

As mortes acumuladas por Covid-19 na América Latina e no Caribe estão entre as mais altas do mundo, e o aumento semanal do número de mortes é de longe o maior (mapa 1b). A epidemia foi rapidamente contida

no Leste da Ásia e no Pacífico e, com algumas exceções, não ganhou muito impulso na África e no Oriente Médio. Na Europa e na América do Norte, embora ainda não totalmente contido, o número de mortes vem diminuindo há algum tempo. Mas na América Latina e no Caribe muitos países ainda sofrem mais de duas mortes por milhão de pessoas todos os dias.

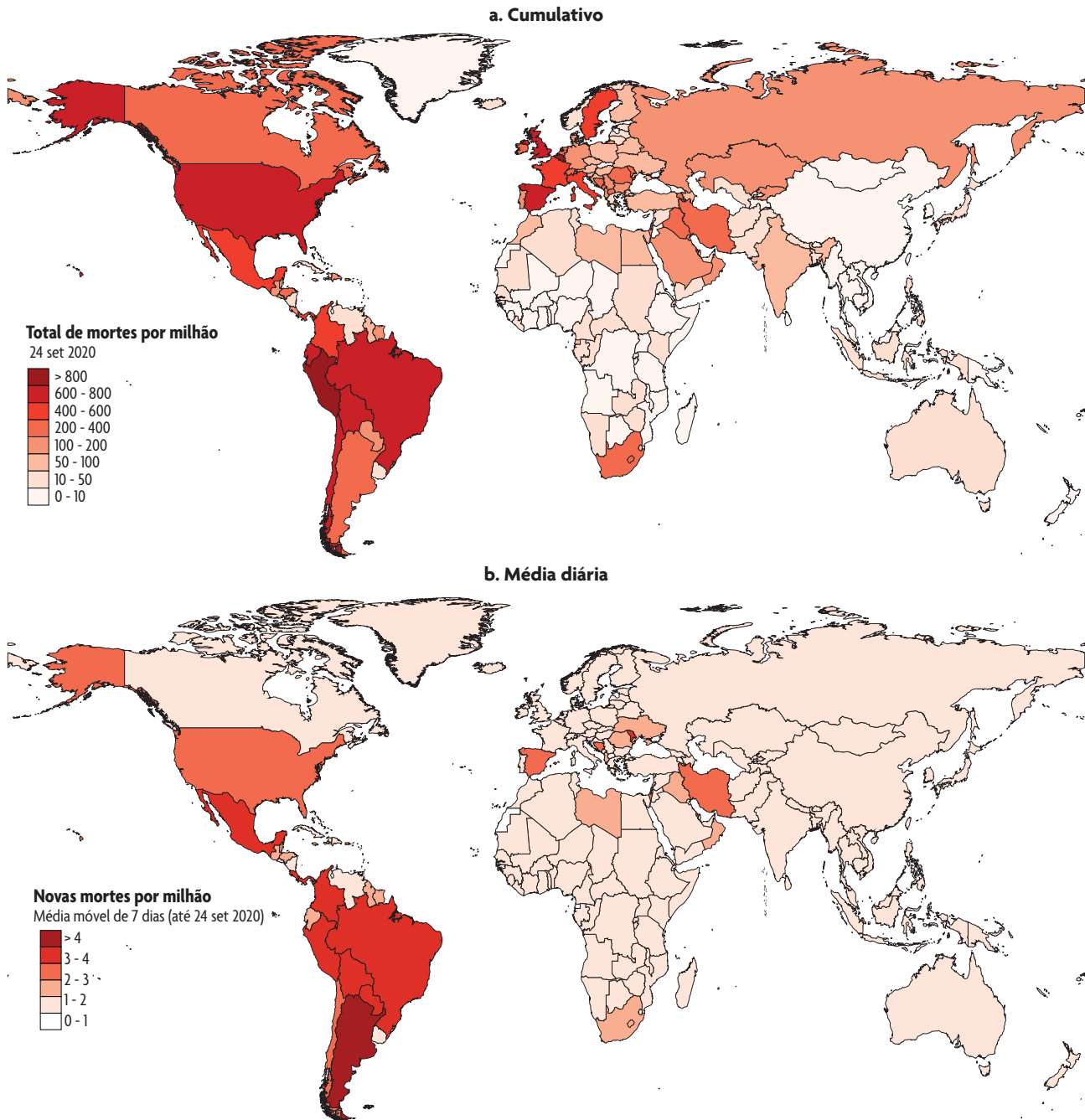
A epidemia de Covid-19 não somente levou a mais mortes na América Latina e no Caribe do que em qualquer outro lugar, mas as mortes também ficaram mais concentradas entre os mais pobres. Isto é demonstrado por análises espaciais das taxas de mortalidade por bairro. Os impactos iniciais foram tipicamente mais fortes em áreas mais ricas, porque seus habitantes tendem a ser mais cosmopolitas, viajando ao exterior e interagindo com visitantes estrangeiros com mais frequência. Mas com o tempo, o número de mortes se deslocou para áreas mais pobres, onde a superlotação é mais comum, o acesso à água é menor e a assistência médica tem cobertura mais precária.

Em Lima, no Peru, por exemplo, o aumento da mortalidade em relação ao mesmo período em 2019 foi significativamente maior nos distritos com Índice de Desenvolvimento Humano mais baixo (Hernández-Vásquez *et al.* 2020). Uma correlação semelhante, e consideravelmente forte, pode ser encontrada em Santiago, no Chile, onde a Covid-19 foi quatro vezes mais letal nas comunidades mais pobres do que nas mais ricas (Fossa 2020).

A crise da Covid-19 não é apenas particularmente grave na região: ela também acontece após vários anos de baixo desempenho econômico. Após a “década de ouro” associada aos altos preços das commodities, a taxa média de crescimento da América Latina e do Caribe havia caído abaixo daquelas das economias avançadas. Os países das sub-regiões do Pacífico e do Caribe estavam se saindo melhor do que os do Atlântico, mas em geral, o crescimento foi insuficiente para apoiar a melhoria contínua dos indicadores sociais. Muitos países – em especial os exportadores de petróleo – já estavam sob tensão, e a onda de instabilidade social em várias partes da região durante o ano de 2019 revelava um crescente descontentamento popular.

A Covid-19 piorou muito a situação. O impacto da epidemia foi sentido por meio de múltiplos canais,

Mapa 1. Uma das regiões mais afetadas do mundo



Observação: Os números são cumulativos até 24 de setembro de 2020. A média diária é referente à semana que termina em 24 de setembro de 2020.
Fonte: Roser *et al.* (2020).

incluindo menor demanda estrangeira, maior incerteza econômica, colapso do turismo e, principalmente, as consequências de meses de confinamento. O peso destes fatores variou de um país para o outro. As ilhas do Caribe foram seriamente atingidas pelo colapso no turismo internacional, por exemplo. A força das medidas de contenção também tem variado substancialmente entre os países, desde muito rigorosas no Peru até voluntárias no Uruguai. E há diferenças importantes até mesmo entre estados em um país como o Brasil.

Algumas boas surpresas aconteceram

O lado positivo é que a evolução internacional não foi tão negativa como havia sido previsto há seis meses. O comércio global de serviços tem sido drasticamente afetado pela proibição de viagens, mas também pela compreensível relutância em se expor ao vírus ao viajar para o exterior. Mas o comércio de mercadorias tem sido muito mais resiliente do que o previsto e, no caso da China, está quase de volta aos níveis pré-crise (figura 1).

Consequentemente, apesar das tensões comerciais dos últimos anos, a participação da China no comércio mundial de mercadorias aumentou substancialmente em 2020.

A China também está posicionada para ser a única grande economia a experimentar um crescimento econômico significativo este ano. Esta é uma boa notícia para os países da América Latina e do Caribe que dependem em grande escala da demanda da China por seus produtos. Vários países da região também se beneficiaram dos efeitos da substituição. Os confinamentos e as infecções pela Covid-19 afetaram as exportações de carne de países concorrentes em outras regiões. As importações de carne suína da China também aumentaram em decorrência do grande declínio da produção interna. Esses fatores explicam a razão pela qual as exportações de produtos agrícolas brasileiros se mantiveram fortes, a ponto de o setor experimentar um crescimento positivo em relação a 2019.

Acompanhando a recuperação do comércio global de mercadorias, os preços das commodities diminuíram menos do que inicialmente esperado, e alguns até aumentaram (figura 2). O mesmo não acontece com o petróleo e o gás, cujos preços sofreram com o excesso de oferta criado pelas tecnologias de fraturamento hidráulico (*fracking technologies*), um desequilíbrio de mercado que não pode ser compensado por acordos entre os principais fornecedores globais. Os preços de outras commodities importantes não estão muito distantes daqueles observados em 2019. Em alguns

casos, como o do ouro, os preços atingiram recordes históricos.

Uma das maiores surpresas tem sido em relação às remessas dos imigrantes. Entre os países da América Latina e do Caribe, o volume de remessas é sempre maior para o México. Em termos relativos, porém, é mais alto para o Haiti, que representou 38,5 por cento do PIB em 2019, seguido por El Salvador (20,9 por cento), Honduras (21,5 por cento), Jamaica (15,6 por cento) e vários outros países da América Central. Há seis meses, esperava-se que as remessas globais sofressem a maior queda da história recente (Banco Mundial 2020c). No caso da América Latina e do Caribe, a queda média para 2020, em relação a 2019, foi prevista em 19,3 por cento.

De fato, as remessas dos imigrantes tiveram uma queda abrupta nos primeiros meses após o surto de Covid-19. Na Colômbia e em El Salvador, a queda foi em torno de 40 por cento em abril, em relação ao mesmo mês em 2019; na República Dominicana e em Honduras, ficou em torno de 30 por cento (figura 3). Mas as remessas se mantiveram positivas no México e, a partir de junho, foram mais altas do que no ano anterior em toda a região, às vezes por uma margem considerável.

Uma possível explicação para este resultado inesperado é que os migrantes e seus parentes no país de origem tomam decisões em conjunto, compartilhando recursos de tal forma que o lado da família mais atingido obtém mais apoio do lado que está lidando melhor com o problema. E, mesmo que ambos os

Figura 1. O comércio de bens está voltando aos níveis anteriores à crise

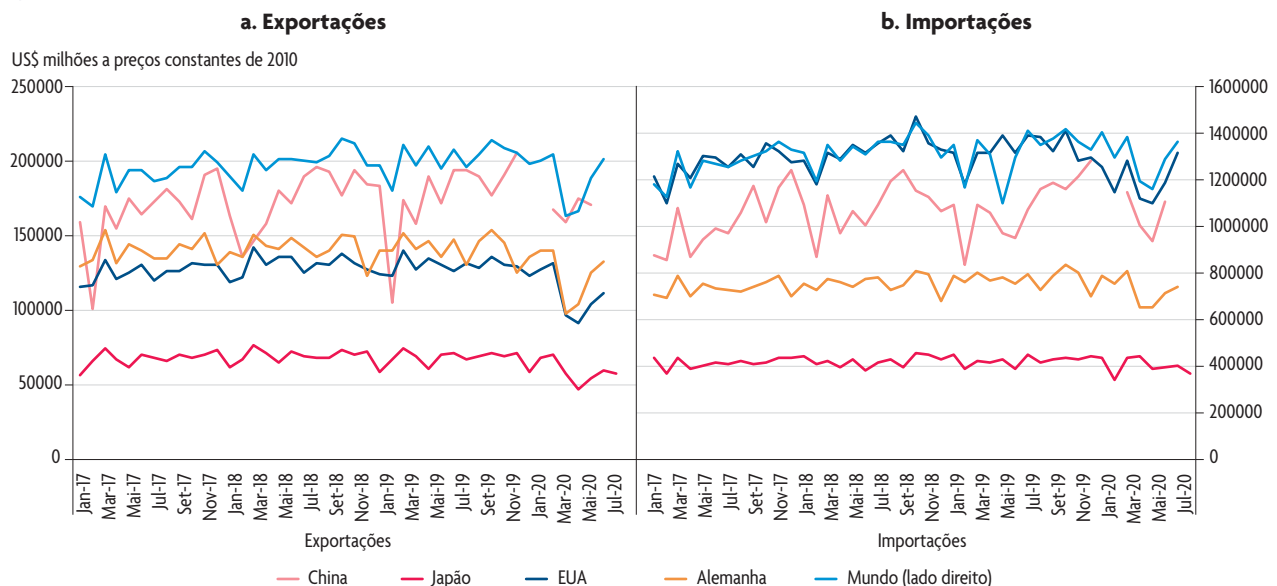
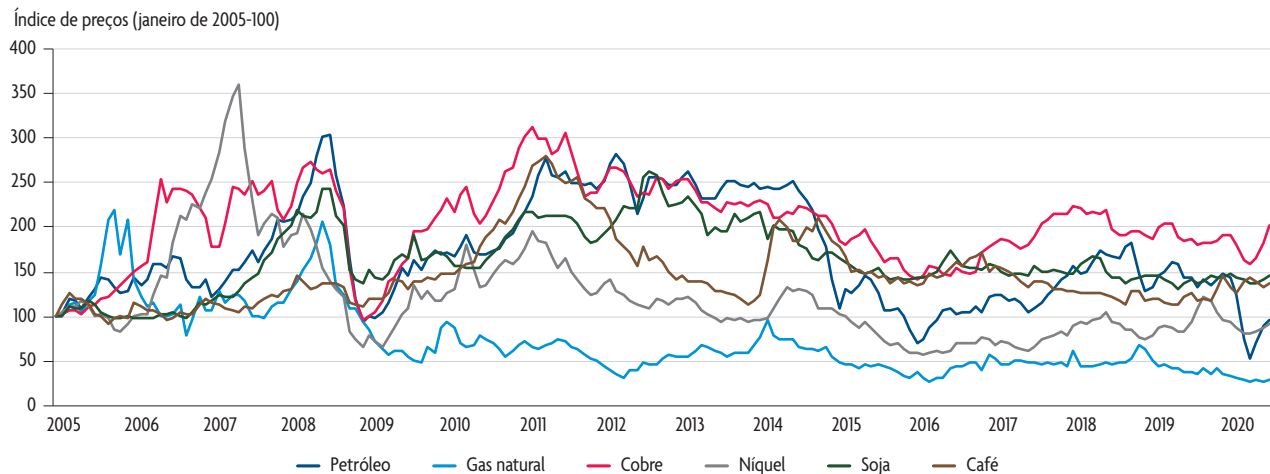
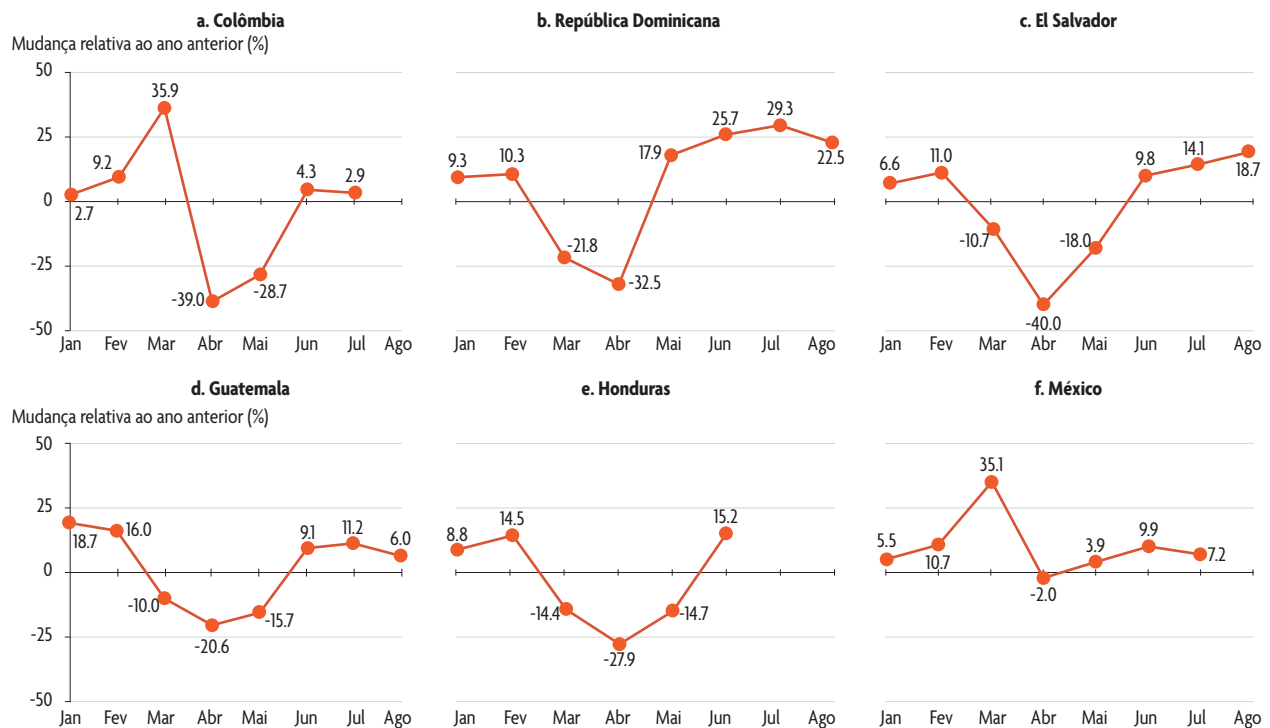


Figura 2. Exceto por petróleo e gás, os preços das commodities vão relativamente bem



Fonte: Haver Analytics.

Figura 3. Após um breve declínio, as remessas estão aumentando atualmente



Observação: Os dados referem-se ao ano de 2020.

Fonte: Bancos Centrais.

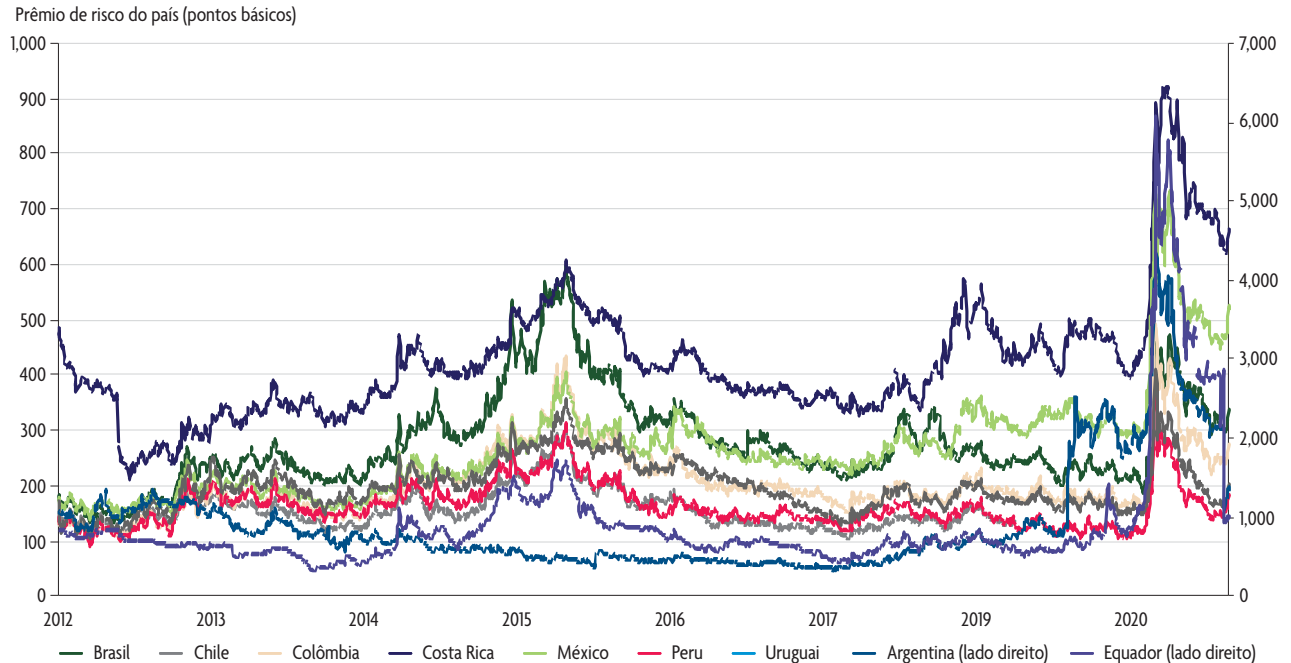
lados sofram com a crise, isto é algo difícil de capturar nos modelos padrão usados para prever as remessas globalmente.

A maioria dos migrantes da América Latina e Caribe reside nos EUA, e muitos deles trabalham na construção civil e no varejo de alimentos, dois setores que puderam continuar sua atividade durante os confinamentos. Os imigrantes legais que moram nos EUA também se beneficiaram de pagamentos de estímulo a famílias de baixa renda, o que aumentou ainda mais

os gastos dos consumidores (Chetty *et al.* 2020). É provável que as famílias da América Latina e Caribe que migraram para os Estados Unidos tenham lidado relativamente bem com a crise e, portanto, foram capazes de dar um apoio extra aos parentes no país de origem durante a crise.

Uma das maiores preocupações dos países em desenvolvimento no início da pandemia da Covid-19 era enfrentar uma interrupção repentina dos fluxos financeiros. Este termo descreve uma situação em que

Figura 4. Poucos países perderam acesso aos mercados financeiros



Fonte: JPMorgan.

o capital de curto prazo é direcionado para um local seguro enquanto o acesso aos mercados internacionais é interrompido. O segundo trimestre de 2020 parecia confirmar estas previsões terríveis, pois as saídas de capital dos países em desenvolvimento eram maiores do que no início da crise financeira global. Como consequência, o *spread* das taxas de juros sobre os títulos emitidos pelos países da América Latina teve um aumento acentuado (figura 4). Estes *spreads* mostram a percepção dos investidores sobre o risco país.

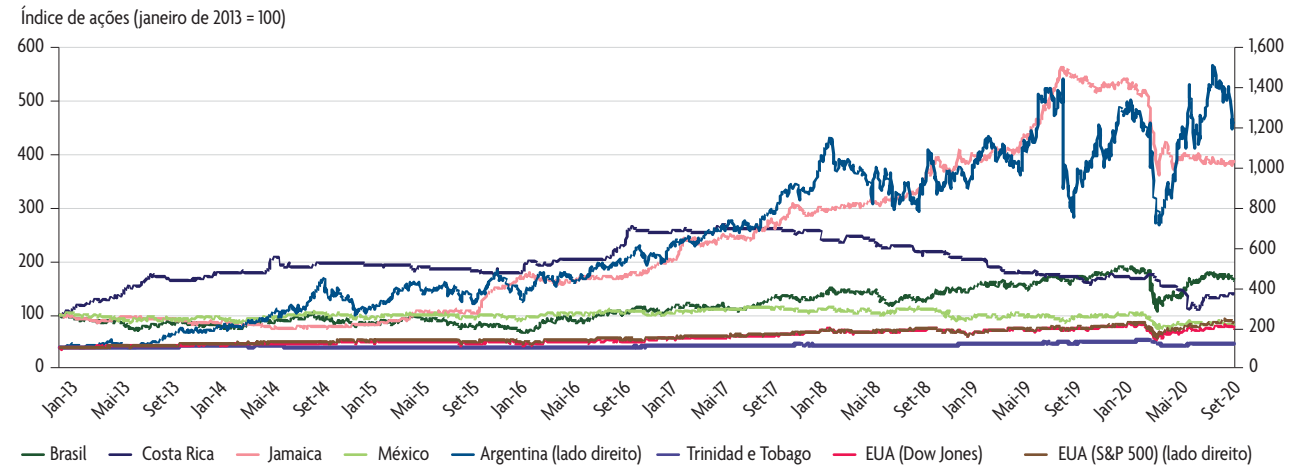
Entretanto, as políticas extraordinárias postas em prática pelas economias avançadas, que incluíam a provisão de liquidez abundante em moedas de reserva, logo amenizaram os temores. Os prêmios de risco dos países diminuíram gradualmente e muitos países em desenvolvimento mantiveram um bom acesso ao financiamento internacional. No agregado, eles conseguiram colocar cerca de US\$100 milhões em títulos no exterior.

Contrariando as expectativas, os países da América Latina e do Caribe emitiram mais títulos internacionais em 2020 do que durante todo o ano de 2019. As maiores emissões foram do México, Panamá, Brasil, República Dominicana e Peru, nessa ordem. Contudo, vários outros países da região emitiram títulos internacionais na faixa de US\$2 bilhões cada. Por outro lado, Argentina, Costa Rica e Equador não emitiram títulos da dívida pública internacionalmente.

Nem todos os países da região puderam explorar os mercados financeiros internacionais. Nos últimos meses, a Argentina e o Equador tiveram que reestruturar sua dívida externa com credores internacionais em decorrência de crises econômicas cujas origens eram anteriores à Covid-19. A reestruturação da dívida costuma ser uma tarefa desafiadora, já que os credores individuais têm diante deles o incentivo do efeito “carona” (*free-riding*) para ficar de fora de qualquer acordo. De fato, um acordo viável ajuda o país devedor a restaurar sua capacidade de serviço da dívida externa, mas se permanecer fora dele, o credor consegue recuperar integralmente seu crédito. Entretanto, na Argentina e no Equador, as cláusulas de ações coletivas permitiram alcançar acordos com a grande maioria dos credores, criando precedentes de sucesso para outros países sob pressão para o pagamento de dívidas. Estes acordos criaram algum espaço para os governos enfrentarem a crise, mas pode levar algum tempo até que a Argentina e o Equador possam retornar aos mercados de capitais.

A desconexão entre a forte contração da atividade econômica e a abundância de liquidez de curto prazo nos últimos meses também se reflete no desempenho do mercado de ações. Após um forte declínio em abril, os preços das ações se recuperaram em sua maioria (figura 5). No caso da Argentina, eles alcançaram níveis recordes quando do acordo sobre a reestruturação da dívida.

Figura 5. Os mercados de ações, em geral, estão otimistas



Fonte: Haver Analytics.

Uma resposta política robusta apesar do espaço fiscal limitado

Internamente, o impacto econômico da crise da Covid-19 foi amortecido por grandes esforços do governo para amparar as famílias e proteger os empregos durante o período de confinamento. Calcular o tamanho exato dos pacotes de estímulo é um desafio, pois o custo fiscal de algumas das medidas ainda não pode ser quantificado. Quando um governo permite que seus cidadãos não paguem suas contas de água ou eletricidade, é provável que tenha que dar apoio financeiro às concessionárias de serviços públicos. Quando oferece garantias para os bancos emprestarem às empresas, é difícil dizer qual parte das garantias precisará ser honrada, e quando.

Os países calcularam esses passivos em potencial de forma diferente. De modo geral, o possível apoio às concessionárias de serviços públicos não foi considerado como parte dos pacotes de estímulo, mas alguns países relataram o valor total das garantias ao empréstimo como parte do total. No entanto, as reduções nos impostos e os aumentos nos gastos públicos representam a maior parte dos pacotes, e podem ser mais facilmente quantificados de forma comparável entre os países.

Mesmo que esta métrica seja parcial, ela revela que alguns dos pacotes de estímulo adotados na América Latina e no Caribe foram tão importantes quanto os das economias avançadas (figura 6). Isto aconteceu apesar do espaço fiscal mais limitado disponível na maioria dos países da região, sendo o Peru, o Chile e, em certa medida, a Colômbia algumas das exceções. É importante ressaltar que a maior parte do estímulo foi para apoiar as famílias, e em especial os segmentos mais pobres da sociedade.

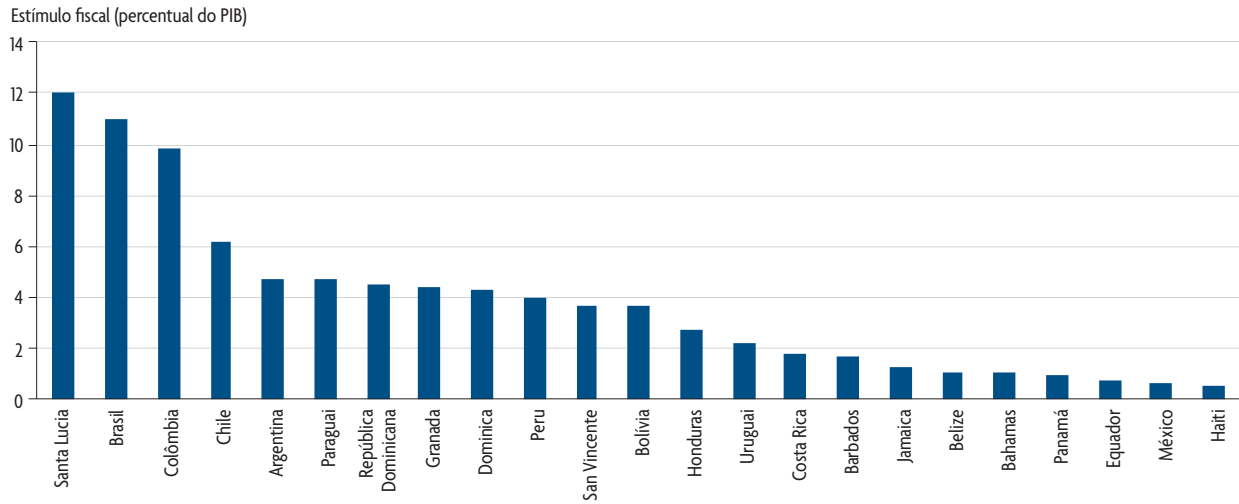
A política monetária também foi de acomodação. Dentre os países que dependem de metas de inflação, apenas a Jamaica manteve sua principal taxa de política inalterada. Em todos os outros seis ela foi reduzida, por vezes em vários pontos percentuais (figura 7a). Dentre os outros países da região, com exceção do Uruguai, a oferta de dinheiro geralmente permaneceu estável ou aumentou (figura 7b).

Até o momento, o aumento mais acentuado na oferta de dinheiro vem ocorrendo na Argentina, refletindo a severidade da restrição fiscal enfrentada pelas autoridades em vez de uma decisão deliberada de experimentar uma política monetária extremamente expansionista. Ao manter um dos confinamentos mais rigorosos da região, a Argentina enfrentou queda na receita tributária e, ao mesmo tempo, teve de oferecer apoio a grandes segmentos da população que não puderam trabalhar. Sem muito espaço para a emissão de títulos da dívida pública, a monetização de parte do déficit orçamentário era indiscutivelmente a única opção do governo. Mas esta opção pressupõe uma aceleração da inflação, que já era a mais alta da região.

Impactos econômicos e sociais adversos

Apesar de um ambiente internacional mais favorável do que o previsto e de uma forte resposta política interna, os danos econômicos e sociais da crise da Covid-19 foram imensos. As taxas de desemprego aumentaram em toda a região e se mantêm atualmente na casa de dois dígitos no Brasil, Colômbia, Costa Rica e Uruguai (figura 8). Tais números provavelmente

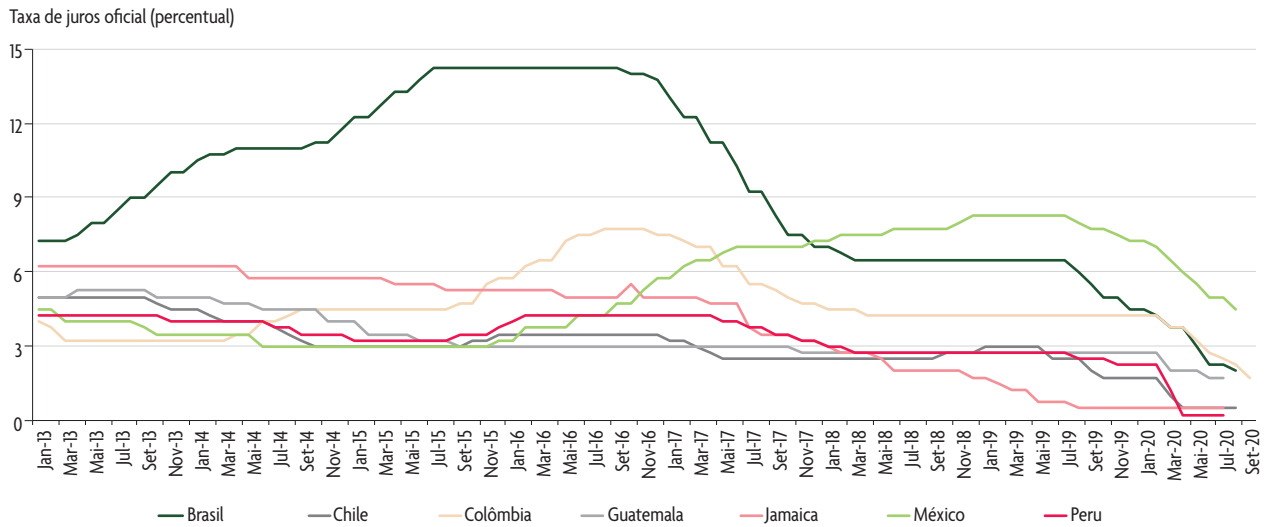
Figura 6. Grande estímulo fiscal apesar do espaço fiscal limitado



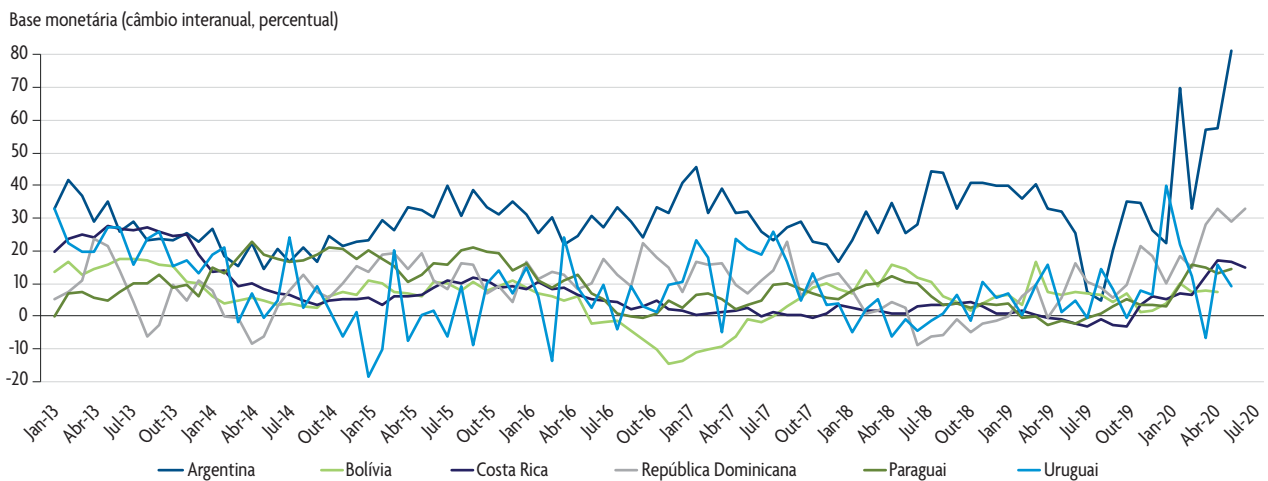
Fonte: FMI e cálculos próprios.

Figura 7. Postura de política monetária de acomodação

a. Taxas da política

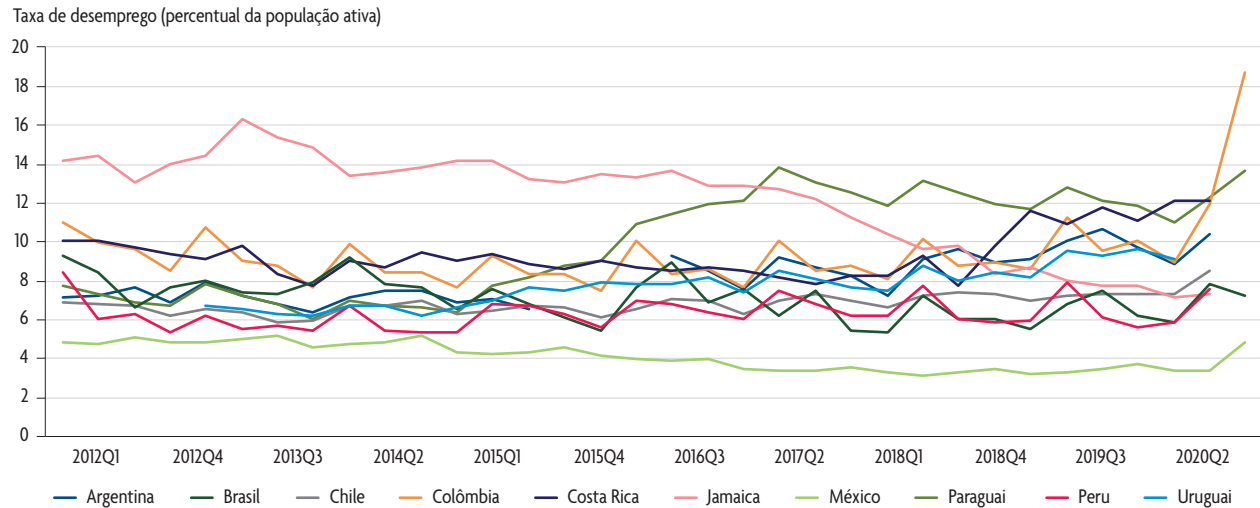


b. Agregados monetários



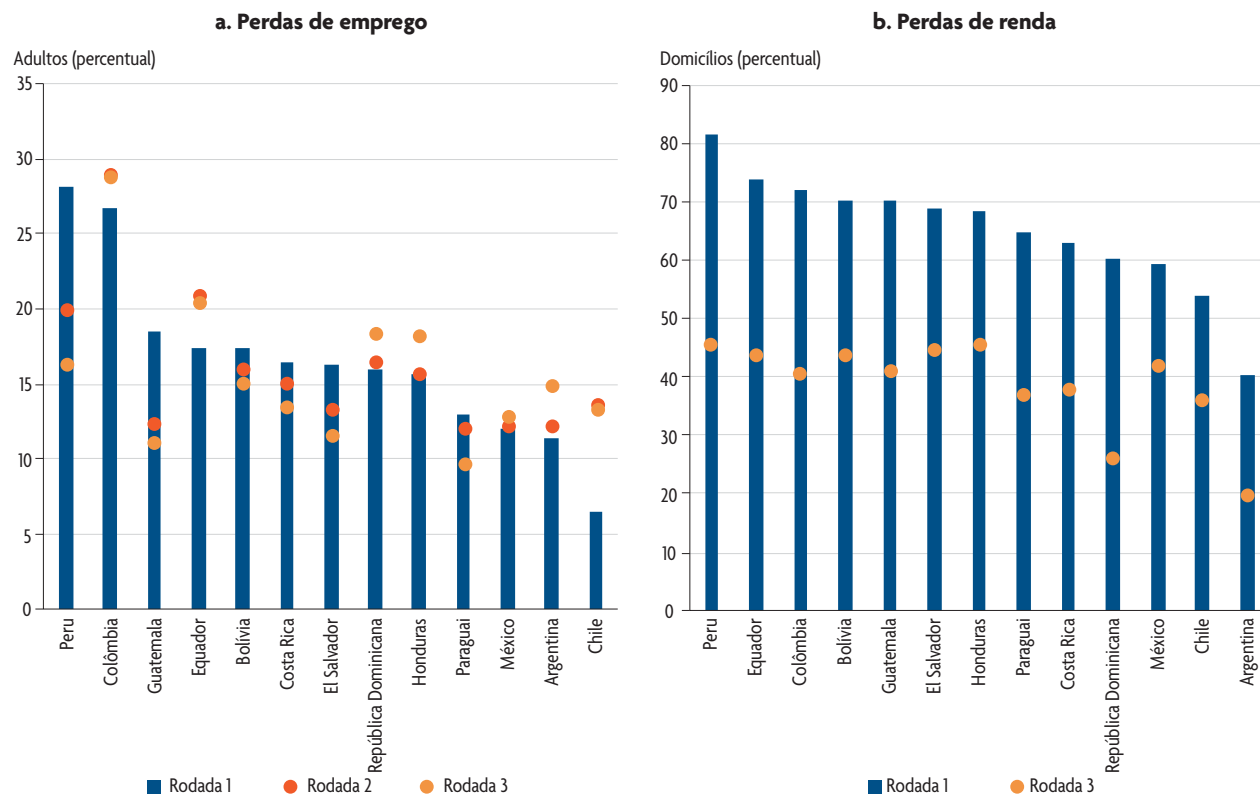
Fonte: Haver Analytics.

Figura 8. As taxas de desemprego estão aumentando em toda a região.



Observação: Indicadores nacionais são apresentados.
Fonte: ILOSTAT.

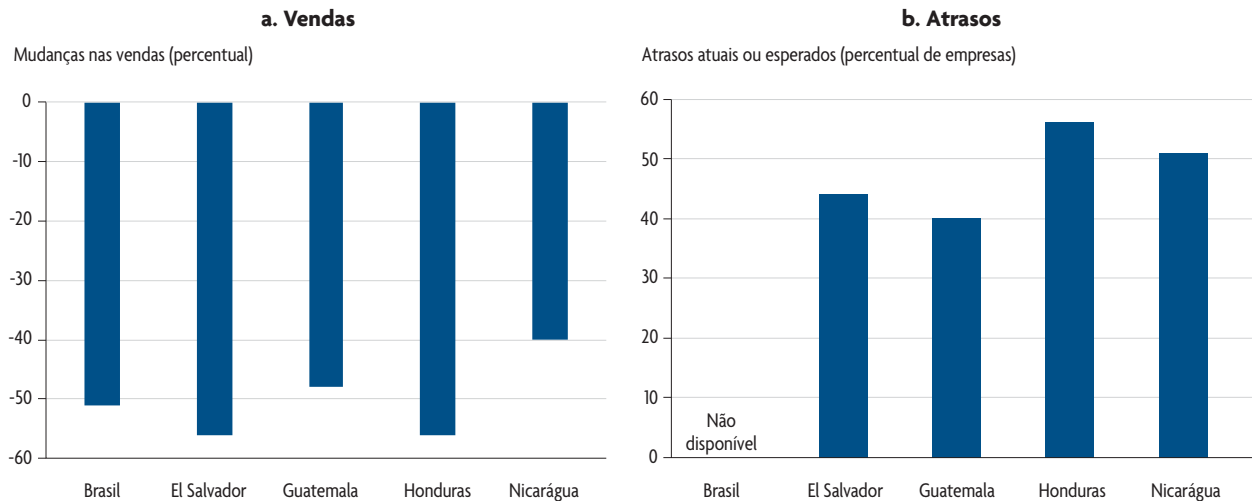
Figura 9. As perdas de renda são ainda mais predominantes do que as perdas de emprego



Observação: Com base em membros das famílias com 18 anos ou mais. A primeira rodada foi entre 21 de maio e 1 de junho; a segunda rodada, entre 19 e 28 de junho e a terceira rodada entre 18 e 26 de julho.
Fonte: Banco Mundial (2020a).

subestimam o impacto da Covid-19 e das medidas de confinamento e distanciamento social para conter a propagação da doença. Muitos empregos no setor formal podem desaparecer nos próximos meses. E muitos trabalhadores do setor informal podem continuar realizando alguma atividade, mas ganhando muito menos do que antes.

A percepção de tais custos sociais menos visíveis aparece em uma série de pesquisas telefônicas realizadas pelo Banco Mundial (2020a). Enquanto as taxas de desemprego se referem a pessoas, as pesquisas telefônicas permitem captar a situação das famílias. Para qualquer parcela de pessoas que perdem empregos, a parcela de lares afetados é maior. E entre aqueles que

Figura 10. Pode haver impacto de longo prazo nas firmas

Observação: Os números relatados são médias incondicionais. A variação nas vendas refere-se ao período pré-crise. Os atrasos incluem os atuais e os esperados nos próximos seis meses
 Fonte: Apedo-Amah *et al.* (2020).

não perderam seus empregos, os trabalhadores que não recebem salários regulares poderão, no entanto, sofrer redução na renda.

As pesquisas telefônicas mostram que, em média, em 13 países da América Latina e Caribe, cerca de 16,6 por cento dos adultos havia perdido seus empregos até maio de 2020 (figura 9a). Peru, Colômbia e Guatemala, nessa ordem, estavam entre os países mais gravemente afetados.

Se, ao invés disso, considerarmos as perdas de lucros, veremos que o impacto da crise foi ainda maior (figura 9b). Até maio de 2020, 65,0 por cento das famílias sofreram redução na renda, chegando a 81,4 por cento no Peru, e mais de 70 por cento no Equador, Colômbia e Bolívia.

Um esforço semelhante para fazer pesquisas rápidas, também liderado pelo Banco Mundial, foi realizado para avaliar o impacto da crise da Covid-19 nas empresas (Apedo-Amah *et al.* 2020). Os dados desse exercício

foram coletados principalmente por telefone também, cobrindo mais de 100.000 empresas em 49 países no mundo inteiro. Cinco desses países estão na América Latina e no Caribe. Garantir a representatividade é naturalmente mais difícil para as empresas do que para as famílias, mas os resultados ainda são reveladores. A queda média nas vendas entre os países cobertos pela pesquisa foi de impressionantes 50,2 por cento (figura 10a).

Os entrevistados também relatam que a maioria dos ajustes necessários nos empregos ocorreu por meio de férias e redução de horas de trabalho, em vez de demissões.

Embora esta conclusão possa parecer encorajadora do ponto de vista social, os resultados da pesquisa sugerem uma situação de emprego potencialmente deteriorada nos próximos meses. De fato, uma grande parte dos entrevistados já está inadimplente ou espera estar nesta situação em um futuro próximo (figura 10b). Isto sugere que a crise da Covid-19 pode não somente ser grave, mas também ter efeitos duradouros.



2

Perspectiva para a região

A natureza sem precedentes da crise da Covid-19 torna difícil prever com precisão a profundidade da recessão, e o momento e a força da recuperação. A recuperação do comércio, a manutenção dos preços das commodities, o aumento das remessas e o acesso ao financiamento não terem desaparecido por completo podem justificar uma avaliação um pouco menos pessimista em comparação com seis meses atrás. Outro lado positivo vem da grande escala dos pacotes de estímulo adotados por vários governos na América Latina e do Caribe. Em geral, a perspectiva para a região continua sombria.

Transferências sociais como salvação

A grande maioria dos países da América Latina e do Caribe adotaram importantes programas de proteção social para suavizar o impacto da crise da Covid-19. Em 30 deles, recursos adicionais foram mobilizados para assistência social, em sete para seguridade social, e em dois para intervenções no mercado de trabalho. Juntas, estas novas intervenções expandiram o alcance das transferências sociais de 29 por cento para dois terços da população. Isto coloca a região em pé de igualdade com o Leste Asiático e o Pacífico em termos de cobertura geral da população pelos programas de estímulo, à frente de todas as outras regiões em desenvolvimento.

A transferência média por pessoa foi de modo geral menor na América Latina e no Caribe do que em outras regiões de renda média, contudo o número de pessoas beneficiadas foi notável. Na Bolívia e no Peru, por exemplo, a meta era cobrir 90 por cento da população.

Em todo o mundo, os desafios de implementação significam que nem todas as famílias pretendidas poderão ser alcançadas, e avaliar a cobertura real é difícil. De acordo com uma estimativa, alguns dos maiores programas em prática são o Bono Família e o Bono Universal na Bolívia, que atingem efetivamente 54 por cento da população, o programa Quédate en Casa na República Dominicana (49 por cento), o Ingreso Familiar de Emergencia e Bono de Emergencia no Chile (34 por cento), o Auxílio Emergencial no Brasil (31 por cento) e o Bono 380 no Peru (30 por cento). O

número absoluto de beneficiários desses programas de emergência é suficientemente grande para que cinco países da região – Brasil, Peru, Colômbia, Argentina e Chile, nessa ordem – estejam entre os dez maiores no mundo em desenvolvimento (Gentilini *et al.* 2020).

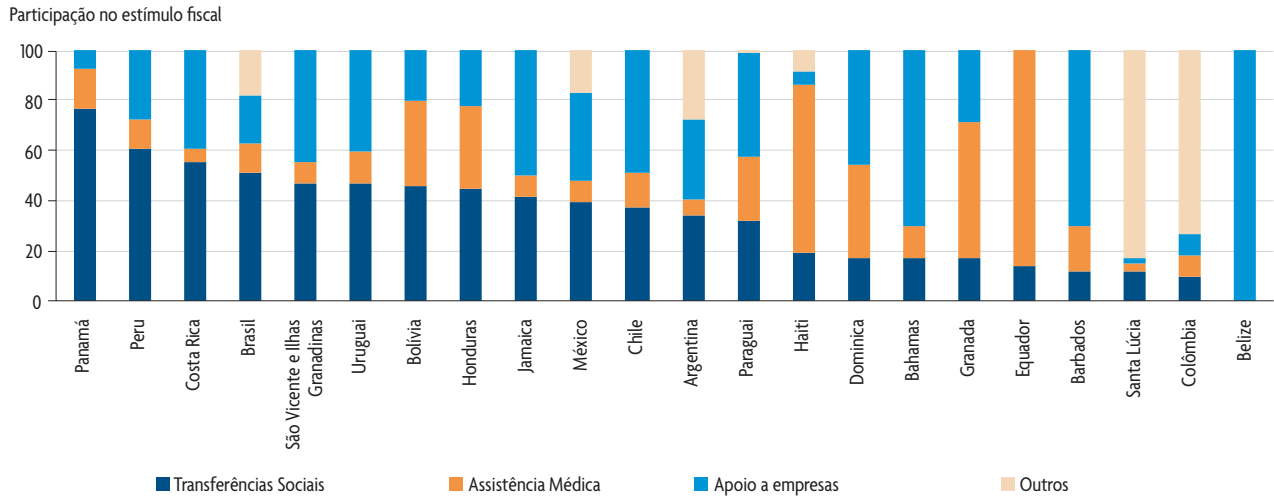
No caso do Brasil, a escala do programa foi tal que, apesar da desaceleração econômica, estima-se que a taxa de pobreza tenha caído abaixo de seu nível pré-crise. As simulações do Banco Mundial sugerem que com a expansão final do programa emergencial do governo para transferência de renda (entre outras medidas fiscais), a parcela da população que vive com menos de US\$5,50 por dia (em preços de Paridade de Poder de Compra de 2011) pode estar abaixo de 14 por cento, comparado a 19,7 por cento um ano antes.

A importância das transferências sociais se reflete na distribuição dos gastos públicos por categoria nos pacotes de estímulo adotados em resposta à crise. As despesas podem ser classificadas como financiamento da resposta para assistência médica, ajuda às famílias e apoio às empresas, e outros esforços que são difíceis de mapear para um objetivo único. Em quatro países da região, as transferências sociais representaram mais da metade do pacote, chegando a mais de três quartos no caso do Panamá. Cinco outros países dedicaram entre 40 e 50 por cento de seu incentivo fiscal à assistência às famílias (figura 11).

Esse gasto fiscal tão alto é relevante não apenas do ponto de vista social, mas também do ponto de vista macroeconômico. Impostos mais baixos e gastos adicionais do governo podem aumentar a demanda agregada em uma recessão e contribuir para o aumento da atividade econômica. O tamanho do efeito multiplicador associado vem sendo objeto de muita pesquisa e controvérsia na economia. Entende-se que os multiplicadores fiscais devem ser maiores quanto mais reduzida for a demanda agregada, e é mais provável que os beneficiários realmente gastem os recursos que recebem do governo.

As transferências sociais de emergência adotadas em resposta à crise da Covid-19 visavam os segmentos mais pobres da população e, particularmente, os trabalhadores informais que ganham a vida dia-a-dia e

Figura 11. Grande parte do incentivo fiscal foi para transferências sociais

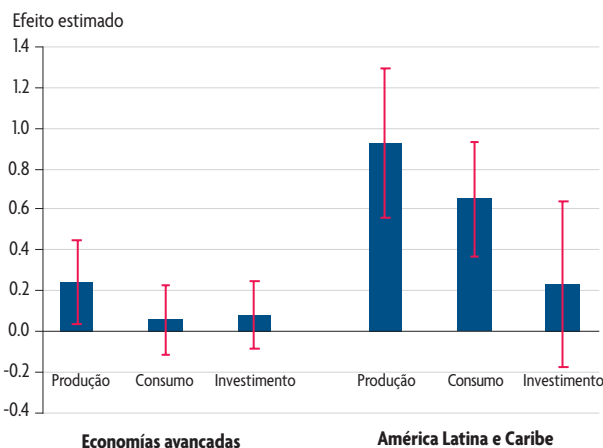


Fonte: cálculos próprios.

perderam sua renda por causa dos confinamentos. É provável que os dois grupos gastem imediatamente a maior parte das transferências que recebem. O efeito multiplicador das transferências sociais pode, portanto, ser significativo.

Um estudo de base para este relatório estimou multiplicadores fiscais entre países e entre tipos de gastos governamentais (Caixa 1). Os resultados demonstram que os multiplicadores são muito maiores na América Latina e no Caribe do que nas economias avançadas. No curto prazo, uma unidade adicional de gastos públicos aumenta a produção agregada em 1,10 na região, em comparação com 0,25 nas economias avançadas (figura 12). O impacto é mais forte após um trimestre, diminuindo gradativamente e por fim desaparecendo em ambos os grupos de países.

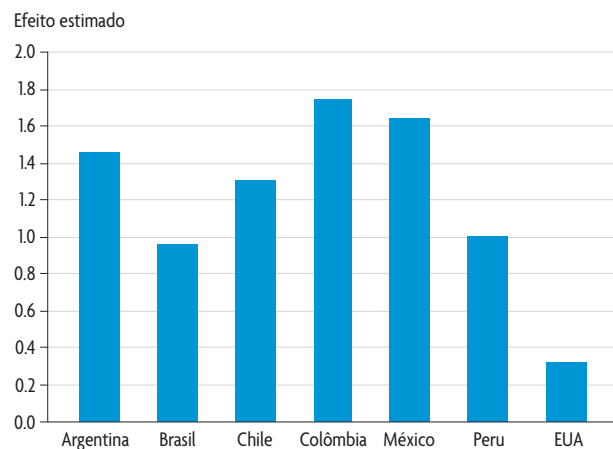
Figura 12. As transferências sociais têm grande efeito multiplicador na região



Observação: As figuras indicam a mudança na variável de juros para um aumento de uma unidade nos gastos com transferências sociais. As linhas vermelhas representam intervalos de confiança.
Fonte: Bracco et al. (2020).

Uma análise dos mecanismos em jogo revela que o efeito da produção é impulsionado pela resposta do consumo, mais do que pelo investimento. O estudo de base calibra um modelo de economia levando em conta o tamanho dos programas emergenciais de proteção social adotados na região e a fração das transferências que se pode esperar que cheguem às famílias que ganham a vida dia-a-dia. Do ponto de vista dos dados, essas famílias podem ser identificadas utilizando indicadores de inclusão financeira, pois eles normalmente não têm acesso a contas bancárias, cartões de crédito e outros instrumentos que lhes permitam facilitar o consumo. Simulações realizadas com este modelo sugerem que os multiplicadores fiscais associados aos pacotes de estímulo adotados em resposta à crise da Covid-19 são de fato significativos em todos os países considerados (figura 13).

Figura 13. Os multiplicadores fiscais eram elevados em países com transferências sociais consideráveis e bem direcionadas



Observação: As figuras indicam variação do produto para aumento de uma unidade nos gastos públicos.
Fonte: Bracco et al. (2020).

Quadro 1. Multiplicadores fiscais de esteroides: o papel das transferências sociais na América Latina e no Caribe

Desde a crise financeira global, a política fiscal voltou a ser objeto de grande interesse nos círculos acadêmicos e políticos. Essa relevância renovada foi recentemente redobrada, pois governos em todo o mundo avaliam o uso de instrumentos fiscais alternativos à sua disposição para enfrentar a pandemia da Covid-19. Nesse contexto, o multiplicador de gastos com transferências sociais vem recebendo cada vez mais atenção.

As transferências sociais estão associadas aos programas de proteção social em vigor e às respostas das políticas emergenciais. Na maioria das vezes, envolvem desembolsos de recursos públicos e têm como alvo indivíduos ou famílias que atendam a certos critérios de elegibilidade. Os exemplos incluem pensões, auxílio desemprego, salários-família, transferências condicionais de renda e assistência social.

A evidência empírica sobre o tamanho dos multiplicadores de transferência social é relativamente recente e baseia-se principalmente em dados de economias avançadas. Esses estudos concluem que o impacto das transferências sociais sobre a atividade econômica é modesto, com uma unidade adicional de gasto geralmente levando a um aumento no produto agregado que varia de 0,2 a 0,5. Estimativas semelhantes não estão disponíveis para os países em desenvolvimento até agora. No entanto, com base em uma amostra de seis países da América Latina e do Caribe, Bracco *et al.* (2020) encontram multiplicadores de transferência social muito maiores, alcançando cerca de 1,1 no curto e médio prazos.

Usando um modelo keynesiano novo de dois agentes calibrado (TANK), os autores descobriram que a grande diferença em relação às economias avançadas é explicada pela maior proporção de famílias que vivem com dificuldade nos países em desenvolvimento. Em geral, essas famílias não têm acesso a financiamento. Portanto, elas não economizam e nem pedem muito dinheiro emprestado, e sua propensão a consumir qualquer renda adicional que recebam é alta.

O modelo TANK leva em consideração a proporção de famílias que vivem precariamente em um país e a proporção dessas famílias que recebe transferências sociais. O modelo é calibrado com dados da região, permitindo que as duas parcelas críticas variem nos seis países analisados. As simulações mostram que o melhor direcionamento das transferências sociais resulta em um multiplicador fiscal mais considerável. O impacto é especialmente grande para as respostas a emergências adotadas devido à pandemia da Covid-19, que parecem ser mais bem direcionadas do que os programas de proteção social em vigor.

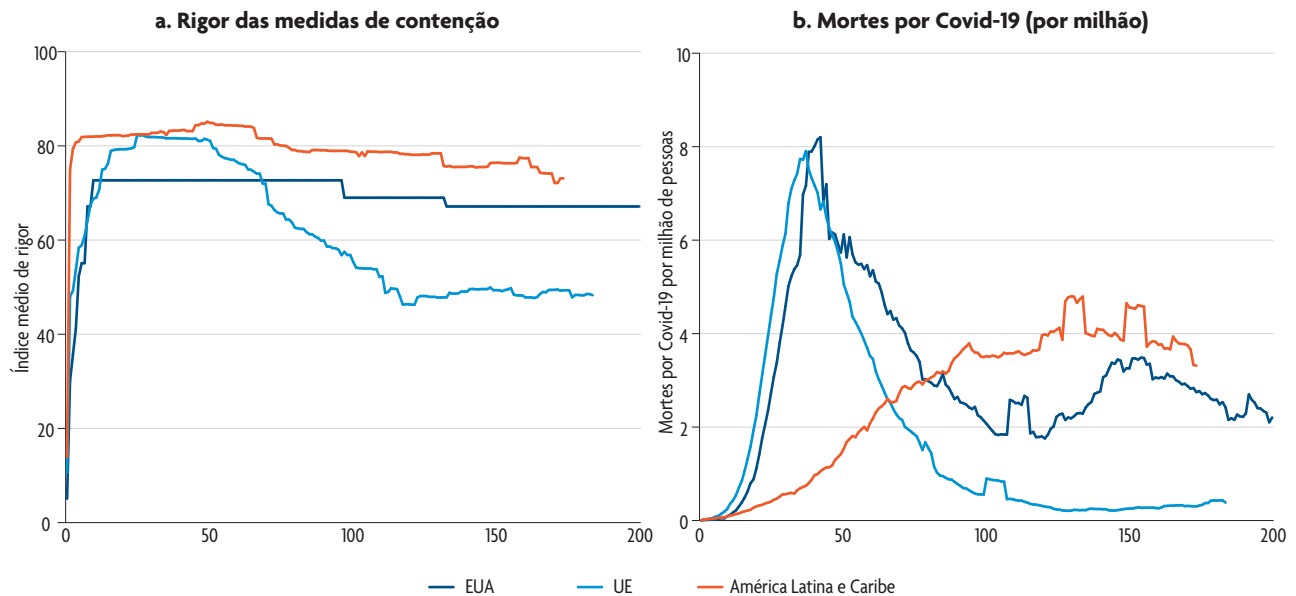
Os multiplicadores fiscais simulados utilizando o modelo TANK calibrado se parecem muito com os estimados a partir de dados macroeconômicos agregados. Essa semelhança sugere que as transferências sociais podem ser responsáveis por grande parte da diferença entre o tamanho dos multiplicadores nas economias avançadas e nos países em desenvolvimento.

Os países da América Latina e do Caribe são conhecidos por sua capacidade limitada de adotar políticas contracíclicas (Végh e Vuletin 2014). Em tempos de bonança, quando os preços das commodities estão altos, os governos se tornam perdulários. E durante os períodos de crise, eles não têm mais espaço de manobra e precisam cortar os gastos públicos, o que afeta ainda mais a economia. Enquanto alguns países da região vêm ao longo do tempo deixando a prociclicidade, a crise da Covid-19 poderia ser um dos primeiros exemplos de política fiscal contracíclica bem sucedida em grandes áreas da região.

Avaliação da extensão do dano

Apesar de um cenário internacional menos desfavorável do que o previsto, e do amplo efeito multiplicador de significativos programas emergenciais de proteção social adotados em muitos países, a recuperação poderá ser demorada. As restrições de liquidez enfrentadas pelas empresas em decorrência da paralização das economias poderiam facilmente evoluir para problemas de solvência. Muitas empresas precisaram fechar durante os períodos de confinamento e podem não reabrir jamais. Também poderá levar muito tempo para que a criação de postos de trabalho por empresas novas ou sobreviventes compense o fim dos empregos provocado pela crise. A dimensão desta situação ainda não está clara no momento.

Figura 14. Medidas de contenção ainda rigorosas e número elevado de mortos



A natureza sem precedentes da crise aumenta as incertezas. Os analistas dividem-se entre os que acreditam que a curva de recuperação será em formato de “V”, ou em formato de “U”. Alguns argumentam que os impactos serão de longa duração, o que implicaria uma curva de recuperação em formato de “L”. Neste caso, poderão ser necessários vários anos até que a atividade econômica retorne aos níveis anteriores à crise da Covid-19.

Uma das razões para o pessimismo é que vários países da América Latina e do Caribe ainda estão sujeitos a políticas de confinamento. Enquanto o resto do mundo vem diminuindo gradualmente as restrições sobre as atividades econômicas, eventos públicos, volta às aulas presenciais, e até mesmo viagens aéreas, o rigor das medidas de contenção permanece bastante elevado na região (figura 14a). Uma recuperação rápida seria difícil nestas circunstâncias.

Apesar de as economias avançadas terem sido expostas ao vírus mais cedo e registrado picos no número de mortes pouco tempo depois, a região seguiu uma trajetória menos abrupta, porém não menos letal.

Com uma população total de cerca de 655 milhões de pessoas, a América Latina e o Caribe são comparáveis, em termos de tamanho, à UE (446 milhões) e aos EUA (331 milhões). As três áreas também compreendem diversos países ou estados com políticas públicas de saúde relativamente independentes. E em todas essas três áreas, o número de mortes por milhão de pessoas tem

seguido uma tendência estável ou de queda por vários meses. Entretanto, esta estabilidade relativa é registrada em níveis muito diferentes, indicando que altos índices de mortalidade ainda perdurarão por algum tempo (figura 14b). Assim, fortes medidas de contenção ainda poderão ser necessárias em algumas partes da região.

Esta possibilidade precisará ser considerada na estimativa das taxas de crescimento do PIB dos países dessa região. Entretanto, devido ao nível de incerteza, todas as previsões, inclusive aquelas contidas neste relatório, deverão ser interpretadas com cautela, e tendo em mente que elas poderão ser menos exatas do que em períodos de normalidade (tabela 1).

Atividade econômica no terceiro trimestre

As incertezas significativas associadas à dinâmica de uma nova pandemia são amplificadas pela escassez de dados sobre a atividade econômica em tempo real. As economias avançadas preparam estimativas trimestrais sobre o aumento da produção algumas semanas antes do encerramento de cada trimestre. E alguns sistemas estatísticos da América Latina e do Caribe correspondem a esse desempenho.

Porém, na maioria dos países em desenvolvimento, o atraso na produção de dados e revisões posteriores

Tabela 1. Crescimento real do PIB a preços de mercado

	2017	2018	2019	2020p	2021p	2022p
Argentina	2.7	-2.5	-2.2	-12.3	5.5	1.9
Bahamas	3.1	3.0	1.2	-14.5	4.5	2.3
Barbados	0.5	-0.6	-0.1	-11.6	7.4	3.9
Belize	1.9	2.1	-2.0	-17.3	6.9	2.2
Bolívia	4.2	4.2	2.2	-7.3	4.4	3.8
Brasil	1.3	1.3	1.1	-5.4	3.0	2.5
Chile	1.2	3.9	1.1	-6.3	4.2	3.1
Colômbia	1.4	2.5	3.3	-7.2	4.5	4.2
Costa Rica	3.9	2.7	2.1	-5.4	3.1	3.5
Dominica	-9.5	0.5	8.6	-7.3	3.3	3.2
República Dominicana	4.7	7.0	5.1	-4.3	4.8	4.5
Equador	2.4	1.3	0.1	-11.0	4.8	1.3
El Salvador	2.2	2.4	2.4	-8.7	4.9	3.0
Granada	4.4	4.1	2.0	-12.0	3.0	5.0
Guatemala	3.0	3.2	3.8	-3.5	4.5	3.8
Guiana	3.7	4.4	5.4	23.2	7.8	3.6
Haiti	1.2	1.5	-1.4	-3.1	1.1	2.1
Honduras	4.8	3.7	2.7	-7.1	4.9	3.9
Jamaica	1.0	1.9	-0.1	-9.0	4.0	2.0
México	2.1	2.2	-0.3	-10.0	3.7	2.8
Nicarágua	4.6	-4.0	-3.9	-5.9	1.1	1.2
Panamá	5.6	3.7	3.0	-8.1	5.3	3.8
Paraguai	5.0	3.4	0.0	-3.2	3.5	3.7
Peru	2.5	4.0	2.2	-12.0	7.6	4.5
Santa Lucia	3.5	2.6	1.7	-18.0	8.1	5.2
São Vicente e Granadinas	1.0	2.2	0.4	-7.0	3.7	3.0
Suriname	1.8	2.6	0.3	-13.0	1.5	2.0
Uruguai	2.6	1.6	0.2	-4.0	4.2	3.1
América Latina e Caribe	1.4	1.0	-0.2	-7.9	4.0	2.8

Observação: Figuras em percentual. "p" significa previsão. A média regional não inclui a Venezuela.
Fonte: cálculos próprios.

indica que poderá levar vários meses até que uma avaliação precisa do desempenho econômico seja obtida. Na data da publicação deste relatório, o terceiro trimestre já havia terminado, mas não existiam estatísticas de crescimento oficiais disponíveis para o período.

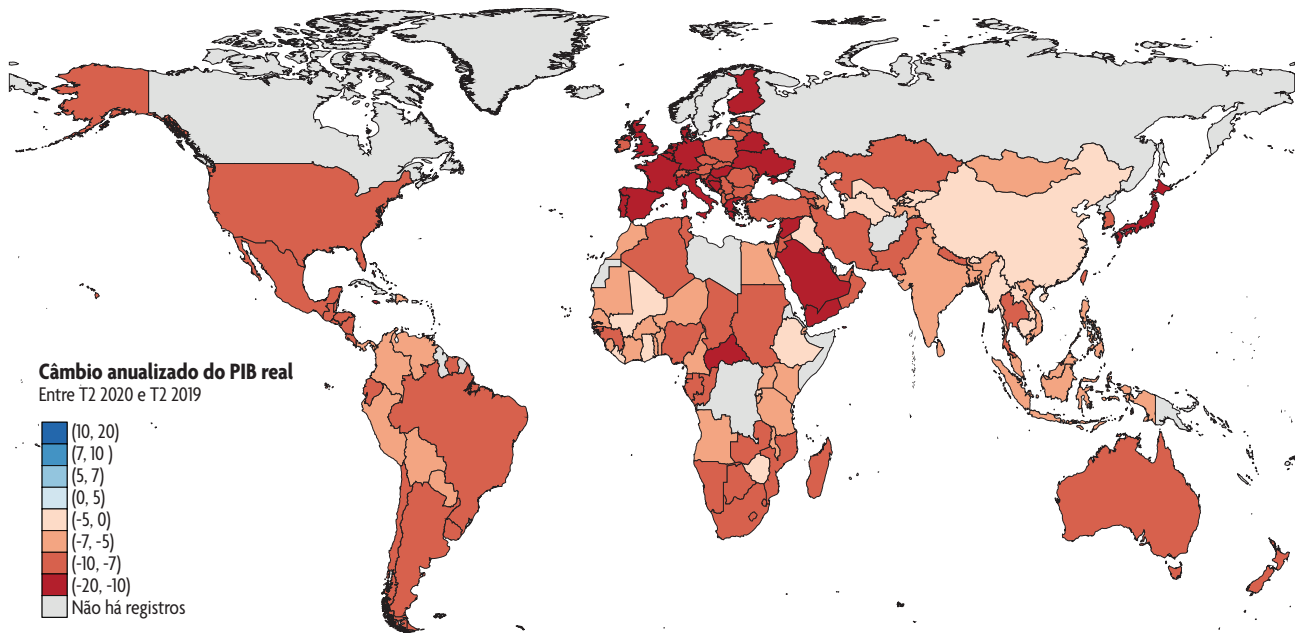
Em razão destas incertezas e atrasos, grande parte do monitoramento do impacto da crise da Covid-19 precisou se basear em dados disponibilizados pelas novas tecnologias - desde o tráfego de telefones celulares, até operações com cartões de crédito e imagens de satélite. É importante notar que todos esses dados são

gerados fora dos sistemas estatísticos tradicionais e, na maioria das vezes, para finalidades particulares.

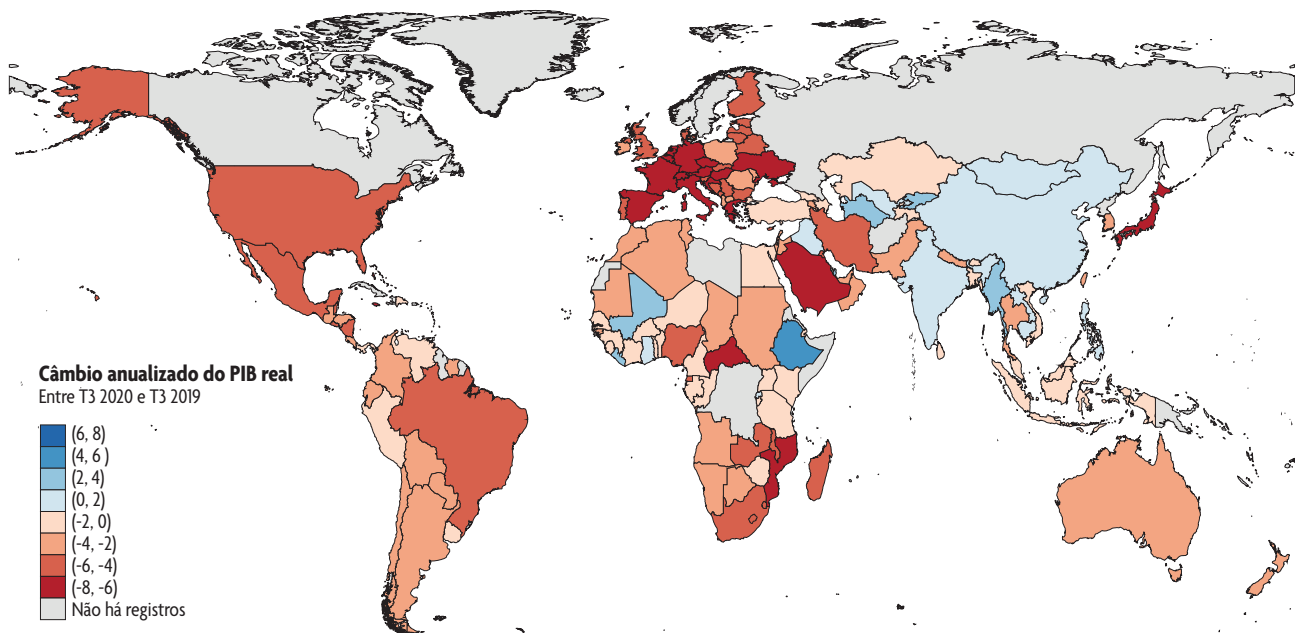
Um segundo estudo de base realizado para este relatório considera os dados das emissões de NO₂, um poluente gerado por motores a combustão, chaminés de fábricas e queimadas agrícolas, entre outros. Esse estudo explora a alta correlação existente em cada país entre os números oficiais do PIB e as emissões de NO₂ mensuradas (caixa 2). Esta correlação é sempre positiva, mas sua elasticidade implícita varia entre os países. Por exemplo, os países onde a indústria pesada tem

Mapa 2. As taxas de crescimento podem ser estimadas utilizando-se imagens de satélite

a. Segundo trimestre de 2020 em relação ao segundo trimestre de 2019



b. Terceiro trimestre de 2020 em relação ao terceiro trimestre de 2019



Fonte: Morris *et al.* (2020).

grande participação na atividade econômica tendem a apresentar um volume de emissões mais alto por unidade de produção do que os países voltados para agricultura ou serviços. Existem diferenças, ainda, quanto ao grau de desenvolvimento. Nos países em desenvolvimento, o volume de NO_2 emitido por unidade do PIB tende a aumentar com o tempo, enquanto nas economias avançadas, esse volume tende a diminuir.

A metodologia aplicada no segundo estudo de base captura essa diversidade. A elasticidade estimada para cada país é usada para gerar estimativas preditivas do crescimento do PIB no nível do país, com base nas emissões de NO_2 observadas em tempo real.

Com respeito aos países da OCDE, os quais elaboram estatísticas trimestrais sobre a atividade econômica, a

Quadro 2. Estimativa da atividade econômica com alta frequência utilizando dados de satélite

Uma peça importante do quebra-cabeça para os legisladores que tentam resolver a pandemia mundial é avaliar as consequências econômicas da imposição de medidas de contenção. O problema é que os dados sobre o PIB, a medida de atividade econômica mais usada em todo o mundo, demoram a ser compilados, principalmente nos países em desenvolvimento. Os legisladores não podem esperar um ano ou mais para poder avaliar os ganhos e perdas que têm pela frente e decidir a combinação certa de políticas para seus países.

Na tentativa de resolver esse problema, Morris *et al.* (2020) usam *big data* sobre as emissões de NO₂ no mundo todo. Essas emissões fornecem uma representação de alta frequência confiável para a atividade econômica, pois normalmente elas têm origem em atividades realizadas pelo homem, principalmente as que geram combustão.

É importante salientar que as emissões de NO₂ são observáveis com frequência muito alta na maior parte da superfície da Terra. Os dados são capturados duas vezes por dia pelo Instrumento de Monitoramento de Ozônio (OMI) a bordo do satélite EOS-Aura da NASA. O OMI mede a densidade de partículas de NO₂ em uma série de colunas verticais na troposfera - a área da atmosfera mais próxima da atividade humana. Uma coluna significa a área onde ocorre a leitura, que pode ser tão estreita quanto 13 km de latitude por 25 km de longitude.

As emissões globais de NO₂ possuem um ciclo anual claro, mas também apresentam uma tendência de longo prazo que pode variar para cada país. As diferenças nas tendências parecem estar relacionadas às diferenças no desenvolvimento econômico entre os países. Em nível global, a tendência entre 2005 e 2020 está diminuindo, provavelmente devido aos esforços de mitigação nas economias avançadas. Também há claras reduções no ciclo de negócios em 2009, após a crise financeira global, e em 2020, durante a crise da Covid-19. Esta correlação entre emissões e atividade econômica é extremamente útil para avaliação da escala de retração econômica.

Morris *et al.* (2020) seguem um procedimento em duas etapas para projetar as flutuações do PIB em nível de país utilizando a alta frequência. Na primeira etapa, eles usam dados anuais para estimar a elasticidade das emissões de NO₂ em relação ao PIB real, como é medido tradicionalmente. Em seguida, eles aplicam as elasticidades estimadas aos dados de maior frequência sobre as emissões de NO₂ para gerar uma previsão da atividade econômica, digamos, trimestralmente.

Os dados utilizados para a primeira etapa são de 174 países ao redor do mundo. A estrutura do painel da amostra permite estimar as elasticidades específicas do país. A especificação inclui efeitos fixos de país e tempo, assim como uma tendência de tempo específica do país. Os efeitos fixos no tempo permitem capturar a mitigação observada em nível global, enquanto os efeitos fixos no país refletem diferenças na intensidade das emissões de NO₂ por unidade do PIB, possivelmente resultados de fatores como a composição setorial da produção. Finalmente, as tendências de tempo específicas de cada país revelam a intensidade variável dos esforços de mitigação nas fronteiras nacionais. A previsão dos níveis do PIB depende do valor estimado para essas tendências.

correlação entre as estimativas do PIB para o primeiro semestre de 2020 e os números oficiais é de 0,64, o que garante a confiabilidade da abordagem. Na média desses países, a taxa de crescimento estimada para o primeiro semestre de 2020, em relação ao mesmo período de 2019, é de -5,0 por cento, comparada à taxa de -6,3 estimada por órgãos nacionais de estatística.

Com base nesses resultados encorajadores, o estudo gera estimativas do crescimento trimestral do PIB para quase todos os países do mundo, até o terceiro trimestre de 2020. Os únicos países excluídos são aqueles com uma superfície muito pequena, ou próximos ao

Ártico, uma vez que os dados sobre o NO₂ têm ruído demais para serem confiáveis.

Este exercício demonstra que no segundo trimestre de 2020 todos os países registraram queda de seu PIB com relação ao mesmo período em 2019, e muitos deles, de forma drástica (mapa 3a). No primeiro semestre do ano, o resultado da distribuição das taxas de crescimento nos países em desenvolvimento foi muito semelhante à distribuição das previsões de crescimento do PIB feitas pelo Banco Mundial e o FMI para todo o ano. A correlação geral é de 0,85 no primeiro caso, e de 0,84 no segundo, o que também é reconfortante.

Se a curva de recuperação será em forma de V, U ou L, dependerá, em grande medida, dos acontecimentos do terceiro trimestre de 2020, para o qual ainda não existem estatísticas oficiais disponíveis. As previsões baseadas no segundo estudo de base realizado para este relatório indicam que, em média, a atividade econômica continua fraca em comparação ao terceiro trimestre de 2019. Entretanto, a queda do PIB é menor do que aquela registrada no primeiro semestre do ano, sendo que 11 por cento dos países – incluindo a China e a Índia – já registraram um crescimento econômico positivo (mapa 3b).

Considerando-se os primeiros três trimestres de 2020, a taxa de crescimento estimada para a América Latina e o Caribe, com base nas emissões de NO₂, é de -3,7 por cento. Este declínio corresponde ao dobro daquele registrado na região na sequência da crise

financeira global. Entretanto, ele é menos sombrio do que a taxa de previsão consensual de -7,6 por cento, e a taxa de crescimento de -7,9 por cento estimada pelo Banco Mundial para todo o ano publicada neste relatório.

A melhoria observada no terceiro trimestre de 2020 é consistente com uma aparente reversão nas expectativas. Há alguns meses, cada nova previsão parecia tomar por base o pior cenário da previsão anterior, ao passo que, agora, as revisões frequentemente apontam para a direção oposta. Particularmente, há razões para acreditar que o crescimento do PIB da China e dos EUA em 2020 poderá ficar vários pontos percentuais acima do previsto. Devido ao tamanho dessas economias, e seu impacto no crescimento econômico da América Latina e do Caribe, esta pode ser uma boa notícia para a região.



O custo para
conter a pandemia

Com a chegada relativamente tardia da pandemia à região da América Latina e do Caribe, a maioria dos países teve a oportunidade de aprender com as experiências das economias avançadas, preparando medidas de contenção que incluíram quarentenas e confinamentos. A resposta ágil e rápida de suas políticas foi elogiada, e demonstrou ser bem-sucedida em seus estágios iniciais. Porém, com o tempo, a taxa de mortalidade pela Covid-19 enfrentada por muitos países da região se tornou tão alta em relação ao tamanho de suas populações quanto aquela enfrentada pelas economias avançadas. Os últimos meses mostraram que a dinâmica da epidemia, a eficácia das medidas de contenção, e até mesmo os impactos econômicos dessas medidas, diferem consideravelmente de acordo com as características de cada país. Assim, a combinação entre os custos na área de saúde e os custos econômicos enfrentados variou substancialmente em toda a região.

Consequências da pandemia em países ricos e pobres

Devido aos custos de saúde desproporcionalmente altos enfrentados pelos países que adotaram as medidas de contenção “certas” logo no início da crise, às vezes até de maneira forçada, é legítimo perguntar se a dinâmica da epidemia é a mesma nos países ricos e nos pobres. Por exemplo, a taxa de contágio e de letalidade do corona vírus torna plausível que os países altamente urbanizados, ou aqueles cuja população está envelhecendo, registrem uma transmissão mais rápida da doença e, assim, tenham um número maior de fatalidades.

Um problema prático é que os países diferem entre si de muitas formas, e não apenas com relação às taxas de urbanização e estrutura etária. Uma ampla gama de fatores foi demonstrada ou presumida como tendo influência na propagação da pandemia. A média de idade e a prevalência da obesidade e morbidades específicas pertencem ao primeiro grupo. Poluição do ar, condições meteorológicas e desigualdade de renda são alguns dos muitos potenciais fatores do segundo grupo. A multiplicidade dos possíveis mecanismos considerados dificulta a identificação rigorosa do que está por trás dos diferentes custos de saúde dos países que adotaram medidas de contenção semelhantes.

Em termos estatísticos, o número reduzido de países para os quais os dados necessários existem limita o grau de liberdade disponível para os pesquisadores. Considerar todos os possíveis fatores que influenciam o número de mortes por Covid-19 pode ser plausível ao analisar a evolução da epidemia em milhares de condados dos EUA (Desmet e Warziarg 2020). Entretanto, fazer isto em algumas dezenas de países seria mais desafiador.

Um terceiro estudo de base feito para fins deste relatório soluciona esse problema estimando um modelo dinâmico da epidemia de Covid-19 que inclui os efeitos fixos do país. São coeficientes abrangentes que quantificam quantas mortes a mais por Covid-19 são relatadas por um país específico, mantendo todos os outros aspectos iguais, com relação aos outros países da amostra. Esses coeficientes não revelam a razão do aumento ou redução no número de mortes, ou por que a epidemia evolui de forma mais rápida ou mais devagar em um determinado país, mas capturam as especificidades de cada país de forma precisa (caixa 3).

De acordo com o modelo do terceiro estudo, o número diário de mortes por Covid-19 por milhão de pessoas em um determinado país é uma função dinâmica da solidez das medidas de contenção e do momento de sua adoção, modulada pelo efeito fixo do país. Os dados dizem respeito a 51 países no mundo todo, e cobrem uma ampla gama de níveis de desenvolvimento e estruturas econômicas. Um modelo semelhante é aplicado ao nível diário de emissões de NO_2 , fornecendo uma variável para a atividade econômica.

As conclusões podem ser interpretadas mais facilmente pela simulação da taxa de mortes relacionadas à epidemia em dois dos 51 países, sendo um pobre, e o outro, rico. Para fins práticos, o país classificado no percentil 25 da distribuição do PIB real *per capita* foi escolhido como o exemplo de baixa renda, enquanto o país classificado no percentil 75 foi escolhido como a contraparte com alta renda.

Os resultados mostram que, na ausência de medidas de contenção, as mortes causadas pela Covid-19 aumentaram mais lentamente no país de baixa renda (figura 15). Porém, as medidas de contenção também foram menos eficazes para reduzir o número de mortes no país de baixa renda. Na simulação, uma quarentena geral foi imposta nos dois países no 15º. dia após o primeiro

Quadro 3. Uma história de duas pandemias: compensações políticas em economias avançadas e países em desenvolvimento

As restrições gerais à mobilidade e medidas semelhantes têm sido uma ferramenta eficaz para combater a propagação da Covid-19. Mas sua eficácia parece ter variado consideravelmente entre países. Além disso, os custos econômicos associados à implementação de tais medidas também foram profundos. É razoável supor que os diversos benefícios e custos estejam relacionados às características dos países, a uma variedade de dimensões econômicas, sociais e ambientais.

Para explorar estatisticamente essas diferenças nas compensações, Rama *et al.* (2020) estimam duas equações com dados diários em diferentes países desde o surto de Covid-19. Uma delas visa a explicar os resultados de saúde por meio da mudança diária no número de mortes por milhão de pessoas como médias móveis de 7 dias. A outra equação se concentra nos resultados econômicos medidos pelo nível diário de emissões de NO₂ em médias móveis de 30 dias.

A estimativa é realizada com uma amostra de 51 países em todo o mundo, igualmente divididos entre as economias avançadas e o resto do mundo. Em vista da frequência diária dos dados, cada equação é estimada em cerca de 10.000 observações.

As variáveis explicativas para a análise são:

- *Rigor das medidas de contenção.* Este indicador é criado internamente com base em anúncios de política, usando a mesma abordagem do Banco Mundial (2020b). A variável assume a forma de dois modelos independentes que indicam quando o país implementa restrições parciais de mobilidade ou quarentenas generalizadas.
- *Dinâmica de saúde e resultados econômicos.* Esta é uma variável que conta os dias a partir do primeiro caso de Covid-19 no país. Essa variável também interage com a anterior para avaliar se a eficácia das medidas de contenção depende de quanto os países esperaram para implementá-las.
- *Último nível de PIB real per capita.* Esta variável captura múltiplas dimensões do desenvolvimento econômico, uma vez que tende a ser correlacionada com muitos outros fatores considerados relevantes para explicar os resultados econômicos e de saúde, inclusive a taxa de urbanização, a idade média da população, a cobertura e a qualidade dos serviços de saúde e similares.
- *Efeitos específicos do país.* Países com o mesmo PIB per capita real podem ainda diferir de maneiras significativas, algumas das quais nem são estatisticamente observáveis. Os efeitos fixos permitem capturar o impacto de todos esses outros fatores na dinâmica da saúde e nos resultados econômicos, mas não permitem desvincular a contribuição de cada um desses outros fatores.

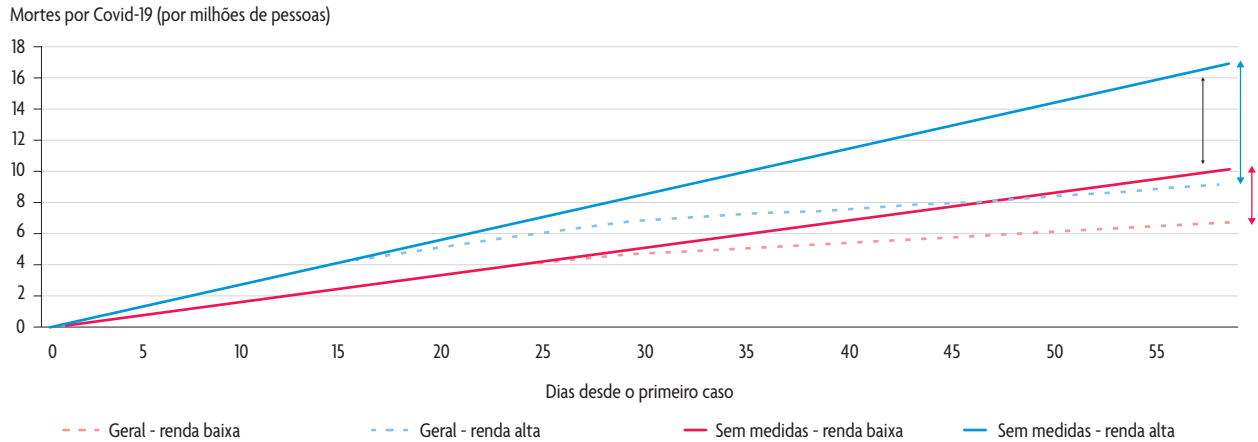
A estratégia empírica para explicar os resultados de saúde consiste em um procedimento em duas etapas. Na primeira, uma regressão de painel de efeito fixo é utilizada para estimar os determinantes da velocidade com que aumentam as mortes relacionadas à Covid-19. Na segunda, os efeitos específicos do país estimados são regredidos em relação a uma série de fatores que podem ter influência na dinâmica da saúde.

Esses fatores são classificados em três grupos principais. O primeiro representa os correlatos econômicos e inclui o PIB real per capita, os níveis de matrícula no ensino médio e o índice de Gini, uma medida de desigualdade. O segundo grupo é para os correlatos demográficos e inclui a densidade populacional, a taxa de urbanização e a proporção da população com mais de 65 anos. Finalmente, as variáveis que medem a poluição, a qualidade do ar e se o país tem um clima tropical compõem a dimensão ambiental.

Para explicar os resultados econômicos, o nível de atividade econômica é representado pelas emissões de NO₂. Espera-se que as medidas de contenção tenham maior impacto sobre a atividade econômica quanto maior for o tempo de permanência em vigor. Para capturar a dinâmica desses efeitos acumulados, a especificação básica é expandida de modo a incluir valores defasados das medidas de contenção. Essa especificação mais rica permite avaliar a evolução da variação acumulada nas emissões de NO₂ durante quatro semanas.

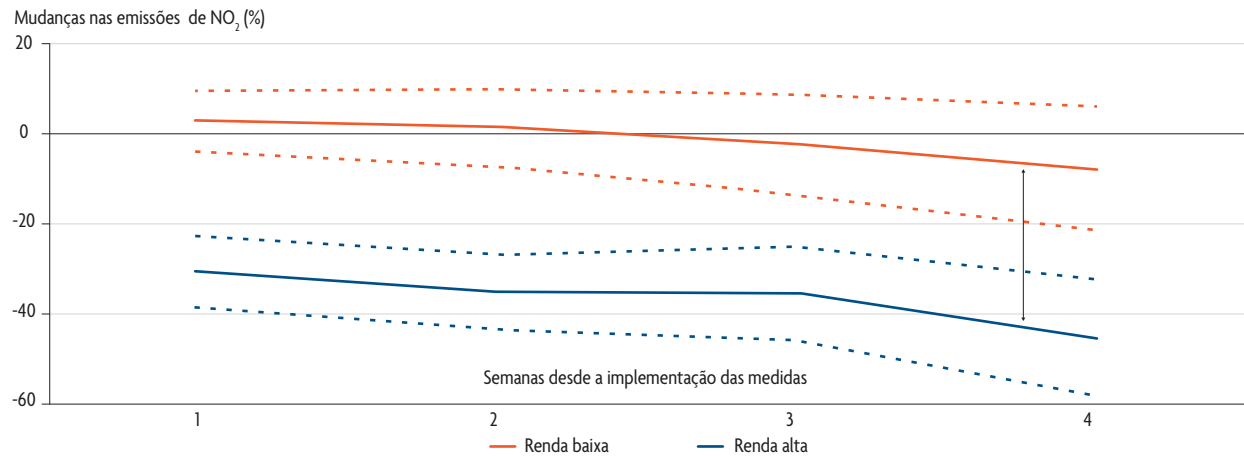
Além disso, a eficácia das medidas de contenção pode ser diferente nas economias avançadas e nos países em desenvolvimento. Essas diferenças potenciais são capturadas por meio de uma especificação não linear em que o nível mais recente do PIB real per capita interage com as medidas de contenção.

Figura 15. Os confinamentos são mais eficazes em países ricos



Nota: A renda baixa se refere a um país no percentil 25o. da distribuição, e a renda alta a um país no percentil 75o.
 Fonte: Rama *et al.* (2020).

Figura 16. Os confinamentos têm um custo econômico mais elevado em países mais ricos



Nota: A renda baixa se refere a um país no percentil 25o. da distribuição, e a renda alta a um país no percentil 75o.
 Fonte: Rama *et al.* (2020).

caso de Covid-19 ser detectado. No segundo mês após o primeiro caso, o país de alta renda da simulação conseguiu reduzir a taxa de mortalidade em 46 por cento, comparado à ausência de medidas de contenção. Este ganho caiu para 34 por cento no país de baixa renda.

Estas disparidades poderiam simplesmente refletir a menor capacidade dos países pobres de registrar óbitos em geral e diagnosticar corretamente quais foram devidos à Covid-19 especificamente. Entretanto, parece haver diferenças reais em jogo, e não apenas um viés de mensuração. Estas diferenças mais significativas foram encontradas em uma análise da relação entre os efeitos fixos estimados para o país e três grupos de indicadores de países que resumem suas características econômicas, sociais e ambientais.

Esta análise mostra que a velocidade de progressão da epidemia tem uma correlação positiva e significativa

com o PIB real *per capita* do país, sua taxa de urbanização e a densidade populacional. Ela também apresenta uma correlação negativa significativa com o clima tropical. Com uma importância estatística menor, a progressão da doença também está positivamente correlacionada à poluição do ar. Efeitos marginalmente significativos foram notados com relação ao nível de escolaridade e a proporção de idosos, os quais aceleraram a evolução da epidemia, e à desigualdade de renda, que desacelera a epidemia.

A região da América Latina e do Caribe está entre as regiões em desenvolvimento mais ricas do mundo. Ela também é a mais urbanizada, por ampla margem, e muitos de seus países têm populações que estão envelhecendo. Com base na análise acima, esses fatores podem explicar parcialmente por que a região registrou índices de mortalidade mais altos, em termos relativos, em comparação a outras regiões em desenvolvimento.

O estudo também demonstra que a quarentena e o confinamento representam um custo econômico diferente nos países ricos e pobres (figura 16). Quatro semanas após sua adoção, as emissões de NO₂ caíram cerca de 8 por cento no país de baixa renda em relação a um cenário sem medidas de contenção. E o efeito não é altamente significativo. Já no país com alta renda, as emissões de NO₂ sofreram queda significativa de 45 por cento.

Os mecanismos subjacentes às diferentes consequências das medidas de contenção nos países ricos e pobres ainda não estão claros neste momento. O fato de grande parte da população viver em favelas superlotadas, com acesso limitado a água e saneamento, pode explicar a eficácia limitada dos confinamentos para retardar a propagação da epidemia. A continuidade das atividades nos setores de agricultura e mineração, os quais são responsáveis por uma parcela maior da atividade econômica nos países em desenvolvimento, pode estar por trás do impacto econômico mais contido. Falhas na execução das medidas podem ter importância tanto para a saúde como para a economia. Independentemente das causas subjacentes, os resultados deste estudo de base sugerem que a relação entre os custos de saúde e os custos econômicos pode ser diferente nas economias avançadas e nos países em desenvolvimento.

Custos de saúde e custos econômicos até o momento

Devido à dinâmica potencialmente diversa da epidemia da Covid-19 em cada país e ao impacto diferente das medidas de contenção sobre a propagação da doença e o nível da atividade econômica, a relação entre os custos de saúde e os custos econômicos também pode variar.

Além disso, nem todos os governos da região adotaram a mesma perspectiva em suas políticas. Em uma ponta do espectro, Argentina e Peru impuseram confinamentos muito rigorosos. Na outra ponta, o Brasil escolheu dar prioridade à atividade econômica, aplicando medidas de contenção menos restritas em nível nacional, com muitas das decisões importantes sendo tomadas pelos governos estaduais. Entre esses dois extremos do espectro, o Uruguai adotou medidas de distanciamento social, em sua maioria, voluntárias, invocando o princípio da “liberdade responsável” (*The Economist*, 2020). Também existiram diferenças importantes na forma como as mesmas políticas foram implementadas em situações diferentes em cada país.

Os méritos das escolhas dessas políticas têm sido muito discutidos, e, frequentemente, os antecedentes e conjecturas desempenham um papel mais proeminente do que provas concretas. No mundo todo, os debates também foram contaminados pela política. Entretanto, devido às diferenças na dinâmica da epidemia, nas consequências das medidas de contenção, e no conjunto de medidas adotadas pelos governos, concentrar o foco nos resultados – e não na escolha das políticas – parece justificável. De fato, o tempo transcorrido já é suficiente para avaliar o número de mortos e as perdas da atividade econômica em cada país.

Isto não envolve um julgamento do quanto a atividade econômica precisa ser sacrificada para salvar vidas. O exercício apenas questiona se alguns países registraram um custo econômico mais baixo pelo mesmo custo da saúde, ou um custo de saúde mais baixo pelo mesmo custo econômico. A experiência de países no “limite” pode oferecer *insights* valiosos, especialmente em um momento em que a Covid-19 não foi erradicada, e a necessidade de medidas de contenção futuras não pode ser descartada.

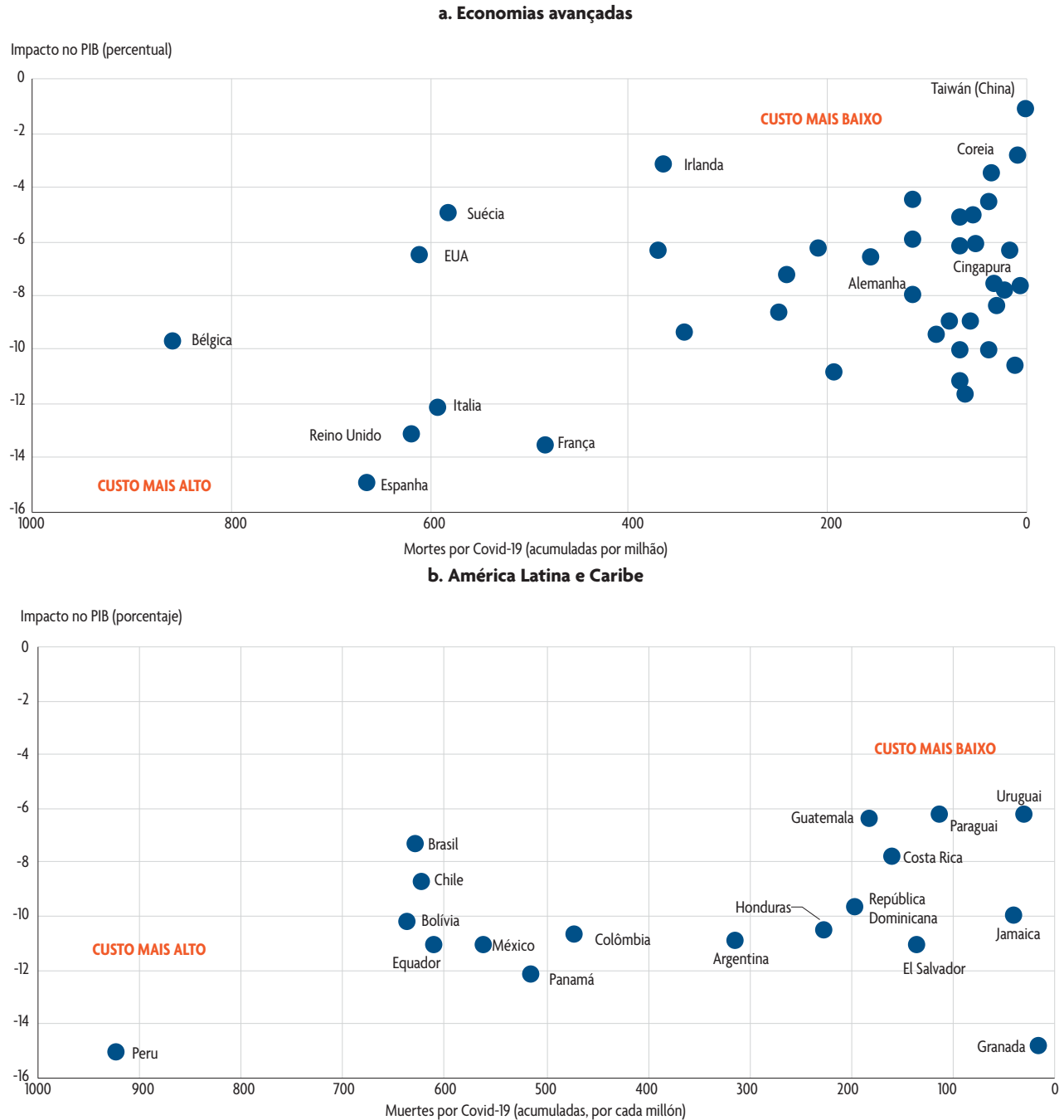
O exercício é conduzido separadamente para economias avançadas e para os países da América Latina e do Caribe, porque os dois grupos poderiam ser tão diferentes quanto os países com alta e baixa renda usados nas simulações mencionadas na seção anterior.

Os custos de saúde são mensurados considerando-se o número total de mortes por Covid-19 por milhão de pessoas. O Haiti e a Nicarágua não estão incluídos na análise porque sua contagem de óbitos relacionados à pandemia não parece ser comparável com o resto da região.

Os custos econômicos registrados por economias avançadas são capturados pela variação do PIB entre o primeiro semestre de 2019 e o primeiro semestre de 2020, conforme informações oficiais, e a previsão de crescimento em 2020 publicada pelo FMI em outubro de 2019. Infelizmente, essa estatística não está disponível para a maioria dos países da América Latina e do Caribe. No caso desses países, os custos econômicos são avaliados, com base nas projeções de crescimento para 2020 elaboradas pelo Banco Mundial, como a diferença entre as previsões feitas em janeiro de 2020 - antes da pandemia - e em outubro de 2020 - em meio à pandemia.

Entre as economias avançadas, países como Taiwan (China), ou Coreia, registraram o custo geral mais baixo até o momento (figura 17a). Outros países, incluindo

Figura 17. Mix diversificado de custos de saúde e custos econômicos



Observação: No painel "a", o impacto do PIB é calculado como a diferença entre o crescimento real do PIB no primeiro trimestre de 2020 comparado ao primeiro trimestre de 2020 e a previsão de crescimento do FMI para 2020 antes da crise. No painel "b", ele é a diferença entre a previsão de crescimento do PIB para 2020 feita pelo Banco Mundial em outubro e em janeiro de 2020.

Fonte: Roser et al. (2020) para mortes por Covid-19 e d Haver Analytics, FMI e cálculos próprios para o impacto no PIB.

Japão e Cingapura, enfrentaram um custo econômico considerável, mas um custo de saúde relativamente baixo. Por outro lado, a Irlanda e a Suécia registraram custos de saúde substanciais, mas um custo econômico mais moderado. Os países da Europa Ocidental foram os mais atingidos em ambos os aspectos, incluindo Bélgica, Espanha e Reino Unido.

Na região da América Latina e do Caribe, os resultados indicam que o Uruguai teve o custo geral mais baixo

até o momento. As pequenas ilhas do Caribe também se destacam por seu baixo custo de saúde, embora o custo econômico tenha sido substancial, uma vez que suas economias foram seriamente atingidas pelo colapso do turismo. O Brasil, por sua vez, registrou custos de saúde substanciais, mas um custo econômico mais moderado. Os piores resultados em ambas as frentes foram apresentados pelos países da sub-região dos Andes, onde as taxas de mortalidade foram altas, e a perda da atividade econômica também foi considerável.



Os custos de assistência à saúde em períodos normais

O custo econômico incorrido para proteger a saúde da população foi amplificado pela pandemia da Covid-19, uma vez que, inicialmente, o confinamento era a principal ferramenta de saúde pública disponível para conter a propagação da epidemia. Porém, até mesmo em períodos normais, os custos de assistência à saúde são responsáveis por uma parcela significativa do orçamento dos governos, e podem impor um grande ônus para as finanças das famílias. Na América Latina e no Caribe, a maior parte dos gastos de próprio bolso dos indivíduos é com produtos farmacêuticos, os quais também respondem por uma parcela significativa das importações. Uma vez que a crise da Covid-19 exige a ampliação da cobertura de assistência à saúde e a melhoria de sua qualidade, é fundamental manter os medicamentos a preços acessíveis. Porém, o preço dos medicamentos depende fundamentalmente de como o setor farmacêutico é organizado em cada país, e do funcionamento do sistema de compras públicas. Estas duas questões tornam-se ainda mais importantes à medida que os países da região discutem a sua abordagem à compra das vacinas contra a Covid-19.

Os recursos destinados à assistência à saúde

A extensão da cobertura de assistência à saúde para segmentos cada vez maiores da população da América Latina e do Caribe tem avançado muito. Assegurar essa cobertura requer a mobilização substancial de recursos, pela combinação de veículos inter-relacionados, tais como assistência primária e hospitais públicos, clínicas particulares e seguradoras de saúde. Em geral, os segmentos mais ricos da população usam clínicas particulares, enquanto os mais pobres usam muito mais a assistência primária e os hospitais públicos. A natureza dos contratos de seguro saúde também varia em cada país. Alguns têm fins lucrativos e outros não, e a maioria é beneficiada por alguma forma por subsídio do governo.

A qualidade da assistência à saúde oferecida pelos diversos segmentos deste sistema frequentemente complexo pode variar substancialmente. O tempo de espera, a precisão dos diagnósticos e a eficácia dos tratamentos podem variar em cada segmento. Em geral,

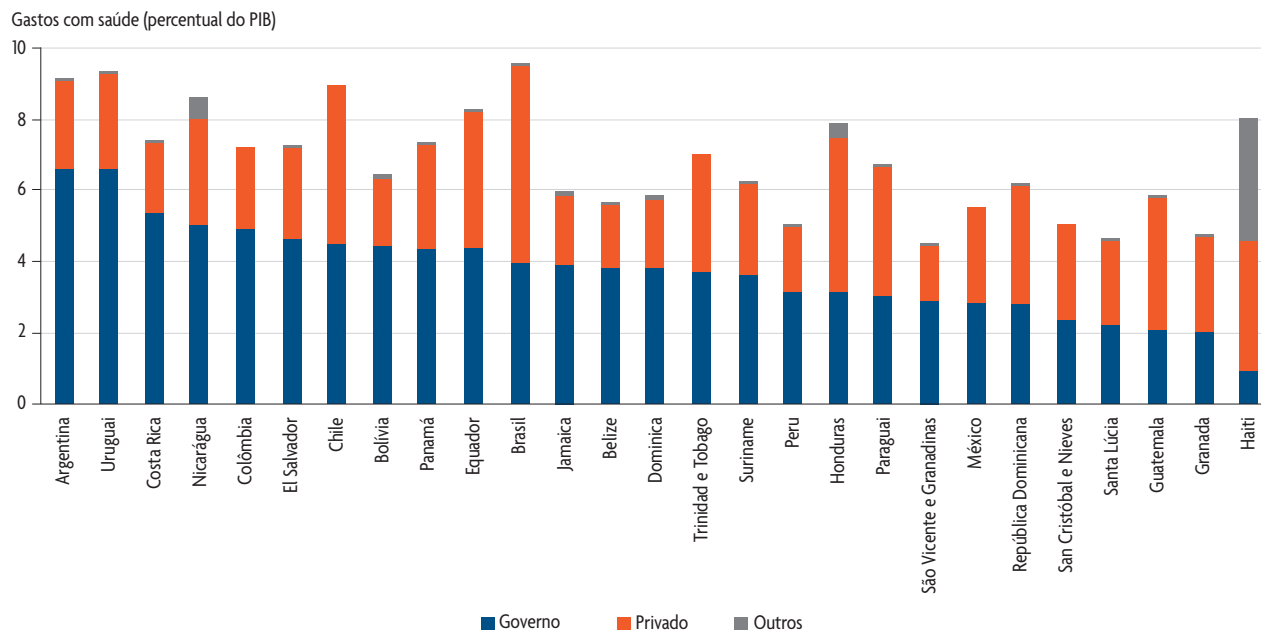
os padrões das clínicas particulares são os mais elevados, assim como o custo de seus serviços. Em razão destas disparidades entre os serviços e preços, muitos países da região implementaram formalmente uma cobertura universal de assistência à saúde, embora essa cobertura ainda não seja eficaz (OCDE e Banco Mundial 2020).

A natureza diversa dos arranjos institucionais em cada país também está associada aos diferentes níveis de gastos do governo com assistência à saúde. Estimar esses gastos com precisão é difícil, uma vez que os recursos podem ser direcionados não apenas por meio dos orçamentos dos governos federais, mas também por meio de órgãos de previdência social, governos estaduais e organizações especializadas. No total, os gastos com assistência à saúde realizados pelos governos da região variam de menos de 1 a quase 7 por cento do PIB (figura 18). A média de aproximadamente 4 por cento é considerável, especialmente devido às restrições fiscais enfrentadas por muitos governos da América Latina e do Caribe.

O gasto dos governos com a assistência à saúde é direcionado para investimentos, tais como a construção de hospitais, e despesas recorrentes, incluindo os salários dos profissionais de saúde, medicamentos e outros suprimentos médicos. Os números disponíveis para uma comparação dos gastos em cada um desses itens em cada país são escassos. A maioria dos indicadores disponíveis refere-se a quantidades e não a valores. Por exemplo, os países informam o número de leitos hospitalares, ou o número de médicos e enfermeiros, com relação à sua população.

Entretanto, há evidências que sugerem que os medicamentos respondem por uma parcela significativa dos gastos totais dos governos com a saúde. Nos países da América Latina e do Caribe para os quais existem dados disponíveis, o setor público compra entre 18 e 40 por cento de todos os medicamentos, estando o Chile no extremo inferior desta faixa e a Colômbia no extremo superior. Em termos absolutos, o gasto dos governos com medicamentos corresponde a 0,19 por cento do PIB no Peru; 0,27 por cento no Chile; 0,30 por cento no México, e um significativo gasto de 0,59 por cento no Brasil e na Colômbia (Edson 2018, IBGE 2017, INEI 2018, Ministério da Saúde e Ministério da Fazenda 2017, e OCDE 2020).

Figura 18. A saúde é um grande impulsionador de gastos do governo



Fonte: OMS.

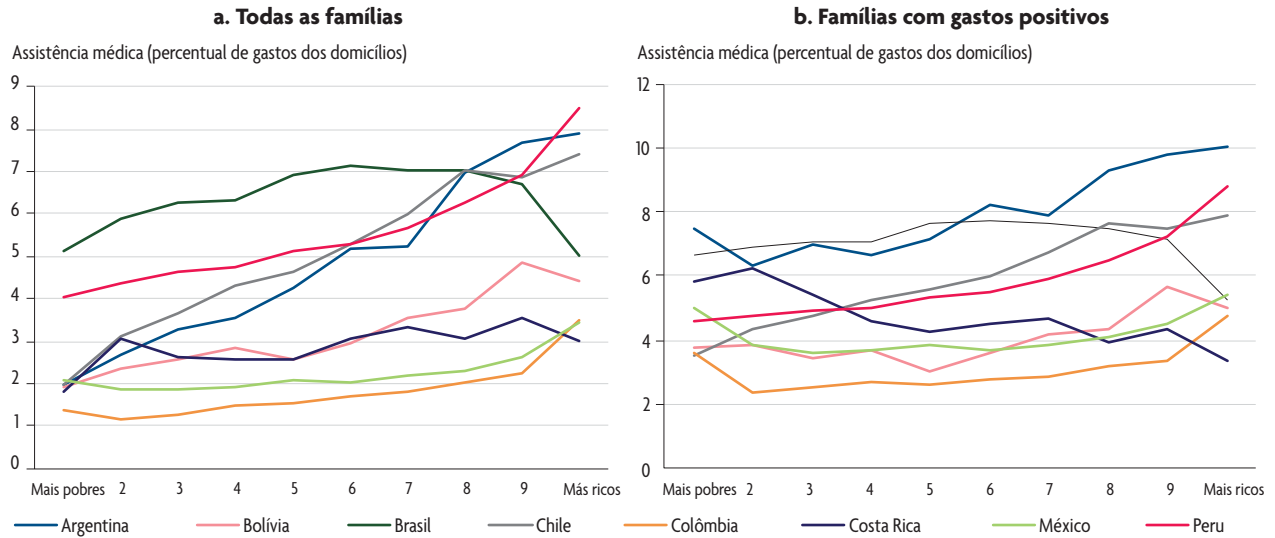
Box 4. Estimativa de gastos com saúde com base em pesquisas de domicílios

As pesquisas sobre despesas por domicílio podem fornecer informações desagregadas de gastos por categorias principais, inclusive custos de saúde e compras de produtos farmacêuticos. Entre as pesquisas recentes sobre países da América Latina e do Caribe, as seguintes contêm o detalhamento necessário:

País	Ano	Pesquisa
Argentina	2012- 2013	Encuesta Nacional de Gastos de los Hogares
Bolívia	2015-2016	Encuesta de Presupuestos Familiares
Brasil	2017-2018	Pesquisa de Orçamentos Familiares
Chile	2016-2017	Encuesta de Presupuestos Familiares
Colômbia	2016-2017	Encuesta Nacional de Presupuestos de los Hogares
Costa Rica	2012-2013	Encuesta Nacional de Ingresos y Gastos de los Hogares
Equador	2011-2012	Encuesta Nacional de Ingresos y Gastos de Hogares Urbanos y Rurales
México	2018	Encuesta Nacional de Ingresos y Gastos de los Hogares
Nicarágua	2014	Encuesta Nacional de Hogares sobre Medición de Niveles de Vida
Peru	2018	Encuesta Nacional de Hogares
El Salvador	2017	Encuesta de Hogares de Propósitos Múltiples

Os gastos com saúde e produtos farmacêuticos são computados como uma parcela do total de gastos das famílias, que incluem a compra de bens duráveis e semiduráveis. Todas as despesas foram anualizadas para fornecer uma medida uniforme entre os países. As famílias foram classificadas em decis de despesas utilizando-se o total de despesas familiares per capita.

As despesas de saúde consideradas incluem serviços e produtos de saúde. Entre os primeiros, estão copagamentos e desembolsos referentes a consultas médicas, análises de laboratórios, internações e procedimentos médicos, bem como possíveis despesas com convênios médicos. Estas últimas incluem a compra ou aluguel de quaisquer dispositivos médicos, como óculos e de ortopedia, produtos para primeiros socorros, produtos farmacêuticos e medicamentos.

Figura 19. As famílias incorrem em despesas elevadas com saúde pagas do próprio bolso

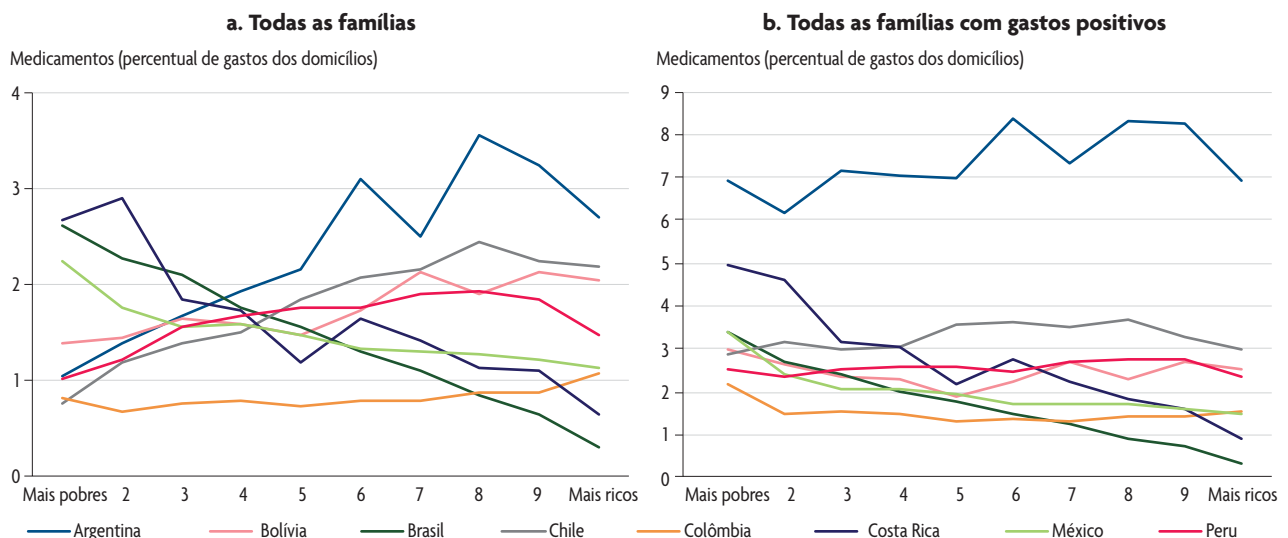
Observação: Os decis da população são definidos pelo total de gastos per capita.
Fonte: SEDLAC e cálculos próprios.

A natureza dos contratos de assistência à saúde em vigor também afeta o valor que as famílias precisam desembolsar para manter a sua saúde. As pesquisas sobre os gastos das famílias permitem estimar este ônus nos últimos anos em 11 países da região. Porém, isto requer um trabalho adicional de construção de indicadores padronizados a partir de questionários diferentes (caixa 4).

Considerando esta ressalva, os resultados mostram que, em média, as famílias direcionam entre 1,8 e 6,3 por cento de seus gastos para a assistência à saúde. A carga de gastos mais baixa ocorre na Colômbia e no México, e a mais alta, no Peru e no Brasil.

Isto pode parecer um valor modesto, mas as médias enganam. A maioria das famílias não incorre em despesas relacionadas à saúde em períodos normais, mas podem enfrentar custos substanciais se um de seus membros tiver uma doença grave. A média dos custos incorridos pelas famílias que não gastam com assistência à saúde é muito superior, variando de 3,1 por cento do total das despesas das famílias na Colômbia, a 8,0 por cento na Argentina.

Os custos relacionados à saúde também apresentam percentuais diferentes do total de despesas das famílias em um mesmo país. Estes custos são considerados regressivos quando sua parcela é maior para os

Figura 20. Os gastos com produtos farmacêuticos são, em geral, regressivos

Observação: Os decis da população são definidos pelo total de gastos per capita.
Fonte: SEDLAC e cálculos próprios

segmentos mais pobres da população, e progressivos quando ela é mais menor. A incidência da distribuição dos gastos incorridos depende fundamentalmente de como o sistema de assistência à saúde é organizado.

Quando todas as famílias são consideradas, as despesas de próprio bolso incorridas geralmente são progressivas, conforme é o caso no Chile e no Peru (figura 19a). Entretanto, quando o gasto médio é calculado apenas considerando as famílias nos quais ele é estritamente positivo, o cenário se torna mais heterogêneo. Na maioria dos países, os gastos de próprio bolso incorridos parecem não ser nem progressivos nem regressivos. Na Costa Rica, os gastos tornaram-se regressivos, embora fossem basicamente neutros considerando todas as famílias (figura 19b).

Em toda a região, as famílias classificadas no decil mais pobre da população que incorre em gastos de assistência à saúde, enfrentam um ônus significativo. Para eles, as despesas de próprio bolso incorridas variam de 3,5 por cento do total de despesas no Chile, a 7,5 por cento na Argentina.

Uma parcela significativa das despesas de próprio bolso incorridas é gasta com medicamentos. Considerando todas as famílias em um país, esta parcela varia de 22,6 por cento do total das despesas de próprio bolso incorridas no Brasil, a 66,3 por cento no México. Em geral, esta parcela aumenta quando somente as famílias com despesas positivas são consideradas. Neste grupo populacional, ela pode até alcançar 91,9 por cento das despesas de próprio bolso incorridas, como é o caso da Argentina. Assim, os gastos com medicamentos representam uma parcela considerável das despesas totais das famílias (figuras 20a e 20b).

As despesas de próprio bolso incorridas com medicamentos são regressivas na maioria dos países para os quais existem dados disponíveis, especialmente se considerarmos apenas os domicílios com gastos positivos.

Organização do setor farmacêutico

Os medicamentos correspondem a uma parcela significativa dos gastos dos governos e das famílias da América Latina e do Caribe, e seu custo está relacionado à forma como o setor farmacêutico está organizado em cada país. Este é o assunto do quarto estudo de base deste relatório (Vargas 2020). Este estudo analisa as

parcerias e investimentos internacionais de cada país, e apresenta uma avaliação da capacidade técnica do setor. Ao fazer isso, o estudo revela a coexistência de modelos de organização fundamentalmente diferentes na região.

Os produtos farmacêuticos e os suprimentos médicos correspondem a uma parcela significativa das importações da América Latina e do Caribe, com variações consideráveis na região. Esta parcela é superior a 20 por cento na Costa Rica e Nicarágua, mal alcançando 2 por cento no vizinho México (figura 21 a). Entre todos os países, a média é de 12,6 por cento.

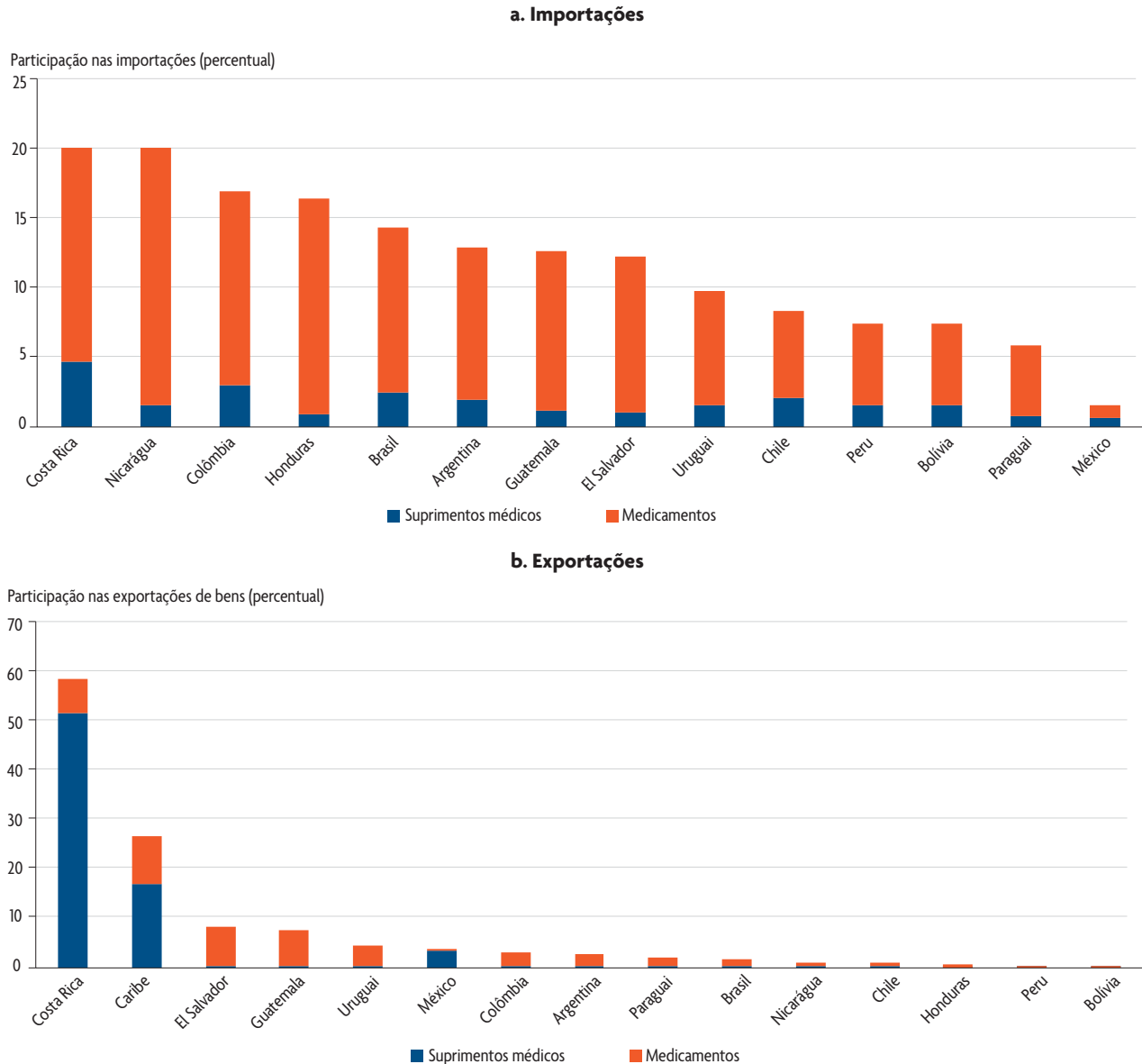
Os medicamentos correspondem à maioria das importações, representando mais da metade do total, até mesmo no relativamente independente México. O valor médio entre os países para os quais existem dados disponíveis é de 11,3 por cento, o que dá mais uma indicação da importância dos medicamentos nos custos da assistência médica. As importações de medicamentos mais significativas, considerando-se o valor, correspondem a produtos de uso terapêutico e profilático, seguidos por hormônios, antibióticos e vacinas.

Frequentemente, os medicamentos são classificados em três principais categorias. Os medicamentos “genéricos” destinam-se a ser intercambiáveis por um produto inovador. Eles são produzidos sem a licença da empresa fabricante do produto inovador, e comercializados após a data de expiração da patente ou outros direitos exclusivos (OMS 2020). Os medicamentos genéricos são, supostamente, idênticos ao original em termos de segurança e eficácia.

Em geral, os genéricos são medicamentos com moléculas pequenas ou sintéticas – medicamentos com estruturas químicas relativamente simples que podem ser replicados com precisão e produzidos a um baixo custo. Um caso extremo é o cloreto de sódio – nome técnico para solução salina. Os exemplos mais sofisticados incluem o Ibuprofeno – um analgésico -, ou a Amoxicilina e a Claritromicina – antibióticos. Atualmente, a Índia é o maior fornecedor global de medicamentos genéricos.

Na outra ponta, estão os produtos farmacêuticos de marca. Eles podem ser sintéticos, ou produzidos por processos químicos ou biológicos – isto é, produzidos a partir de uma fonte viva. O desenvolvimento em laboratório e os ensaios clínicos desses produtos frequentemente exigem pesquisas de ponta e envolvem custos irrecuperáveis. Os principais fabricantes desses produtos são as maiores empresas farmacêuticas da

Figura 21. As importações de produtos farmacêuticos são, em geral, significativas; as exportações, menos



Observação: O Caribe compreende Jamaica, Belize e República Dominicana. Os dados são as médias dos anos disponíveis para o período de 2017 a 2019. Fonte: WITS UN COMTRADE e cálculos próprios.

Europa e dos EUA. Um exemplo de medicamento de marca é o “Trastruzumab”, um anticorpo monoclonal avançado usado no tratamento do câncer de mama.

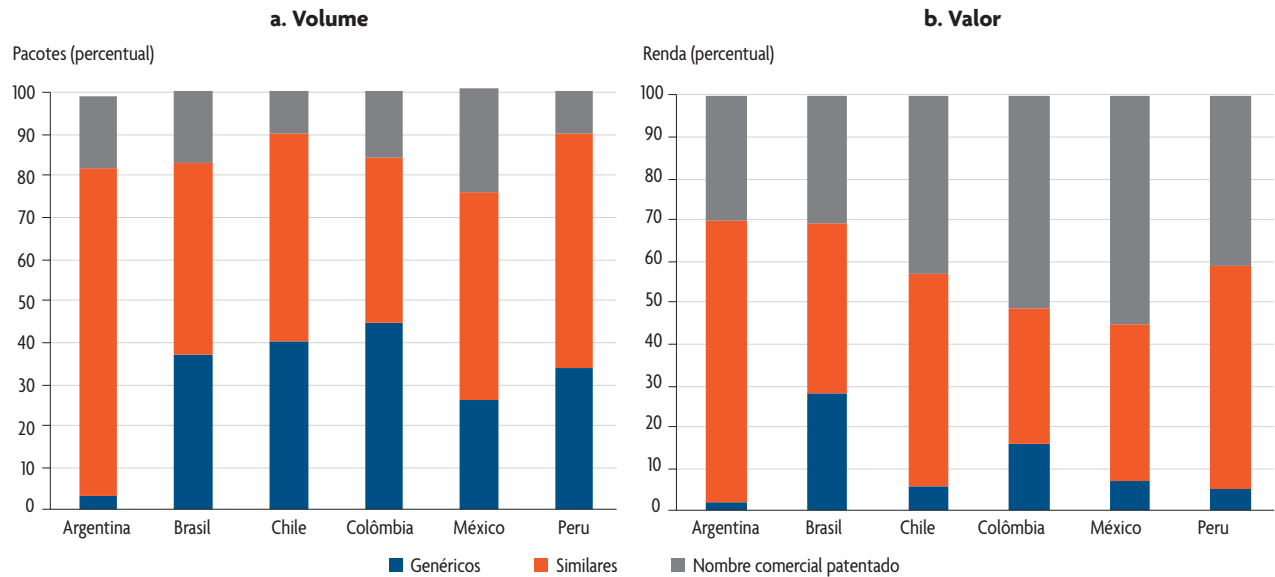
Os medicamentos de marca são, em geral, protegidos por patentes ou exclusividade de dados. As patentes permitem que seus detentores excluam terceiros da produção ou venda desses produtos por um período de 20 anos, a partir da data de registro da patente. A exclusividade de dados permite direitos semelhantes por um período de cinco a dez anos após a aprovação de um novo medicamento.

Entretanto, os medicamentos biológicos se assemelham ao vinho, no sentido de que não existem dois idênticos. Pelo fato de envolverem moléculas grandes

e complexas, eles não podem ser replicados com exatidão. Uma empresa farmacêutica doméstica que seja capaz de desenvolver um produto análogo poderá comercializá-lo sem pagar *royalties*. O seu sucesso dependerá dos acordos comerciais assinados pelo país e, especialmente, dos aspectos técnicos que regem a imposição de direitos de propriedade intelectual nos diferentes países. Esta área nebulosa permite a existência de uma terceira categoria de produtos farmacêuticos conhecidos como “similares

Nas economias avançadas, a proteção dos direitos de propriedade intelectual é suficientemente sólida para tornar os medicamentos similares quase insignificantes. De acordo com dados da IQVIA, uma multinacional especializada em serviços de pesquisa na área de

Figura 22. Um mix diferente de produtos farmacêuticos por país



Observação: Dados de 2019.
Fonte: IQVIA.

saúde, os genéricos foram responsáveis por 11,2 por cento da receita da indústria farmacêutica dos EUA em 2019, enquanto os medicamentos de marca responderam por 80,0 por cento. Apenas 8,8 por cento da receita da indústria farmacêutica foi gerada por medicamentos similares.

Essa participação de mercado foi radicalmente diferente na América Latina e no Caribe. Na maioria dos países para os quais existem dados disponíveis, os produtos similares representam a maior parte das embalagens vendidas nas farmácias (figura 22a). A única exceção é a Colômbia, onde os genéricos respondem por uma participação maior. A maior parcela de produtos similares foi registrada na Argentina, com quase 70 por cento do total, em comparação a quase 3 por cento dos genéricos.

Esses percentuais mudam quando mensuramos o valor, em vez do volume. Os produtos de marca contribuem com mais da metade da receita da venda de produtos farmacêuticos na Colômbia e no México, ao passo que na Argentina e no Brasil, eles correspondem a cerca de 30 por cento do total (figura 22b). Por outro lado, os produtos similares são responsáveis por 70 por cento das vendas da indústria farmacêutica na Argentina, e por apenas 33 por cento na Colômbia.

A parcela de produtos similares aumentou substancialmente nos últimos cinco anos. Na Argentina, no Brasil e no México, esses medicamentos são produzidos por empresas farmacêuticas locais, enquanto no Chile e na Colômbia, eles são impulsionados por multinacionais.

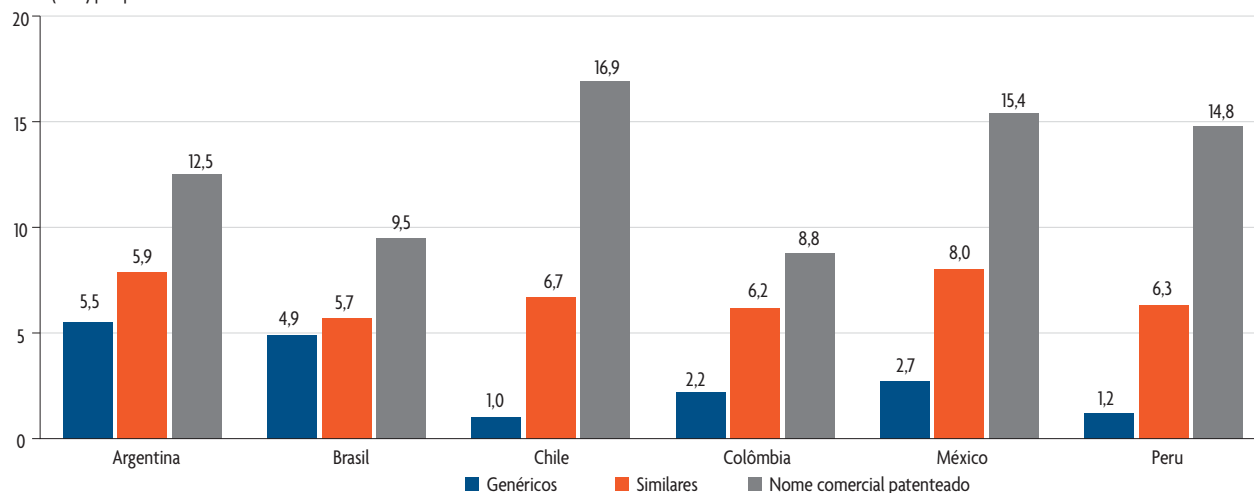
Dependendo de como a parcela é calculada, isto é, com base no volume ou no valor, a mudança na composição das vendas de produtos farmacêuticos reflete diferenças significativas na média dos preços das categorias de medicamentos. No Chile, os contratos comerciais internacionais preservam a abertura comercial e a proteção dos direitos de propriedade intelectual. Assim, não surpreende que os genéricos sejam baratos – muitos são importados da Índia –, e os produtos de marca sejam caros (figura 23). A variação nos preços também é exorbitante no México, e, em menor grau, na Colômbia e no Peru. Essa variação é muito menor na Argentina e, especialmente, no Brasil.

Compras públicas de medicamentos

Em todos os países, o governo tende a ser o mais importante comprador de medicamentos, seja diretamente ou por meio de órgãos especializados de previdência social ou de assistência médica. Os governos desempenham um papel especialmente importante no caso dos medicamentos de marca – tais como aqueles usados no tratamento do câncer – que não podem ser adquiridos pela maioria das pessoas (Vargas *et al.* 2019). Alguns desses medicamentos podem, por fim, ser vendidos para os indivíduos pelas farmácias, possivelmente, no âmbito de algum sistema de regulação de preços. Portanto, a viabilidade dos medicamentos em cada país dependerá de como as compras públicas funcionam.

Figura 23. Gradientes diferentes de preço por tipo de produto farmacêutico

Preço médio (de fábrica)
Dólar (USD) por pacote 2020



Observação: Dados de 2019, à saída da fábrica.
Fonte: IQVIA

Embora a maioria dos países tenha um sistema de compras descentralizado, há uma tendência à agregação nos hospitais públicos, em áreas geográficas ou com relação a listas de medicamentos. No Brasil, por exemplo, as compras de medicamentos realizadas pelo governo são efetuadas no nível federal, estadual e municipal. O México estabeleceu uma comissão que negocia preços de compra únicos para medicamentos patenteados em todo o setor público. A Argentina possui um sistema de compras para sua lista de medicamentos essenciais.

A agregação das compras do governo pode ocorrer, até mesmo, em nível supranacional. A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) possui um mecanismo centralizado de compra de vacinas para 41 países da região. Essa entidade também administra um fundo estratégico que adquire medicamentos para doenças transmissíveis e não transmissíveis para 34 países. De forma semelhante, a Organização dos Estados do Caribe Oriental (OECS) adquire uma lista de medicamentos essenciais para os seus nove membros.

A agregação é justificada pela expectativa de descontos significativos nos preços, em vista da natureza oligopolista do setor farmacêutico. A concorrência limitada é explicada pelos elevados custos fixos associados ao desenvolvimento dos medicamentos. Se as empresas farmacêuticas não tivessem poder de mercado, elas não seriam capazes de recuperar seus custos de desenvolvimento por meio da venda dos medicamentos. Porém, a concorrência limitada também pode resultar de políticas de proteção do governo para as empresas estabelecidas.

Uma vez que possuem poder de mercado, os fornecedores geralmente praticam a discriminação de preços, cobrando preços diferentes de mercados diferentes. Por exemplo, as multinacionais farmacêuticas tendem a vender medicamentos a preços mais baixos para os países com renda baixa e média, em comparação às economias avançadas. Porém, elas ainda aplicam uma margem sobre os custos, que as compras agregadas do governo frequentemente conseguem reduzir.

O quinto e último estudo de base deste relatório analisa os contratos de compras do governo relativos a produtos farmacêuticos, suprimentos médicos e equipamentos, em nove jurisdições da América Latina e do Caribe. Elas incluem sete governos nacionais e dois governos estaduais do Brasil (caixa 5). O estudo consegue comparar, com sucesso, 235 produtos do setor de saúde adquiridos por essas jurisdições por um período de até cinco anos. Apesar da cobertura de dados variar de acordo com a jurisdição, o banco de dados cobre mais de meio milhão de contratos de compras em toda a região. O valor total das compras do governo neste banco de dados soma US\$9,7 bilhões.

Os governos adquirem o mesmo produto várias vezes durante um mesmo exercício fiscal. Essas compras são, frequentemente, realizadas através de licitações que descrevem as características dos produtos de interesse, bem como o valor a ser adquirido, mantendo o preço ofertado como o principal parâmetro de concorrência para os fornecedores potenciais. Os contratos são concedidos aos

Box 5. Ideias de *big data* para melhores estratégias de compras públicas

Pode-se adotar uma estratégia empírica para descobrir regularidades que vinculam os preços pagos pelos governos por bens e serviços às características de projeto do processo utilizado para adquiri-los. É o que Fazekas *et al.* (2020) fazem em relação a produtos farmacêuticos e suprimentos médicos em nove jurisdições da região, sete das quais em nível nacional.

A análise baseia-se em informações no nível da transação extraídas diretamente de bancos de dados governamentais. Os sistemas de compras eletrônicas administrados pelo governo registram os produtos adquiridos, o preço das transações, as quantidades adquiridas e uma série de outras variáveis procedimentais e institucionais, como o tipo de leilão adotado.

O conjunto de dados consolidado abrange diferentes períodos, pois as extrações de dados ocorrem em vários pontos no tempo e os sistemas governamentais têm abrangência diversificada de dados históricos. As jurisdições e períodos abrangidos são o estado do Amazonas no Brasil (2014-18), governo federal do Brasil (2014-16), estado de Santa Catarina no Brasil (2014-18), Costa Rica (2016-17), Equador (2013-17), Panamá (2014-18), Paraguai (2012-16), Peru (2015) e Uruguai (2014-18).

A maneira como os dados são registrados em cada jurisdição difere em algum grau; portanto, foi preciso muito cuidado na preparação e harmonização de todos os extratos. Em especial, os códigos dos produtos tiveram que ser comparados manualmente entre si e as categorias incomensuráveis foram eliminadas. Apesar da exclusão de cerca de 200.000 contratos para garantir uniformidade, cerca de meio milhão de contratos poderiam ser usados na análise. Para garantir a comparabilidade entre os países, todos os preços unitários foram expressos em moedas nacionais nominais corrigidas pela inflação e transformadas em US\$ internacionais utilizando-se as taxas de câmbio da Paridade do Poder de Compra (PPC).

A análise adotou preços unitários de produtos e fornecedores padronizados como o principal resultado de interesse e estimou o impacto sobre o preço de uma série de fatores institucionais, procedimentais e de mercado. Por exemplo, o impacto da participação de mercado do fornecedor nos preços unitários foi estimado considerando-se os principais fatores de confusão, como o preço médio no mercado.

A análise usou regressões lineares de efeitos fixos como modelo de base, mas também as comparou com modelos de regressão de vários níveis, bem como com modelos de aprendizado de máquina, como florestas aleatórias (*random forests*). No geral, os modelos construídos podem representar de 85 a 90 por cento da variação dos preços unitários.

licitantes que cumprirem as exigências, e ofereçam o preço mais baixo.

Entretanto, as licitações têm diferenças importantes. Por exemplo, elas especificam o tempo concedido para a elaboração da proposta, ou para sua avaliação. As licitações podem envolver quantidades diferentes, ou agrupar diversos produtos em uma única proposta. A multiplicidade de operações para um mesmo medicamento permite investigar como as suas características afetam o preço de compra.

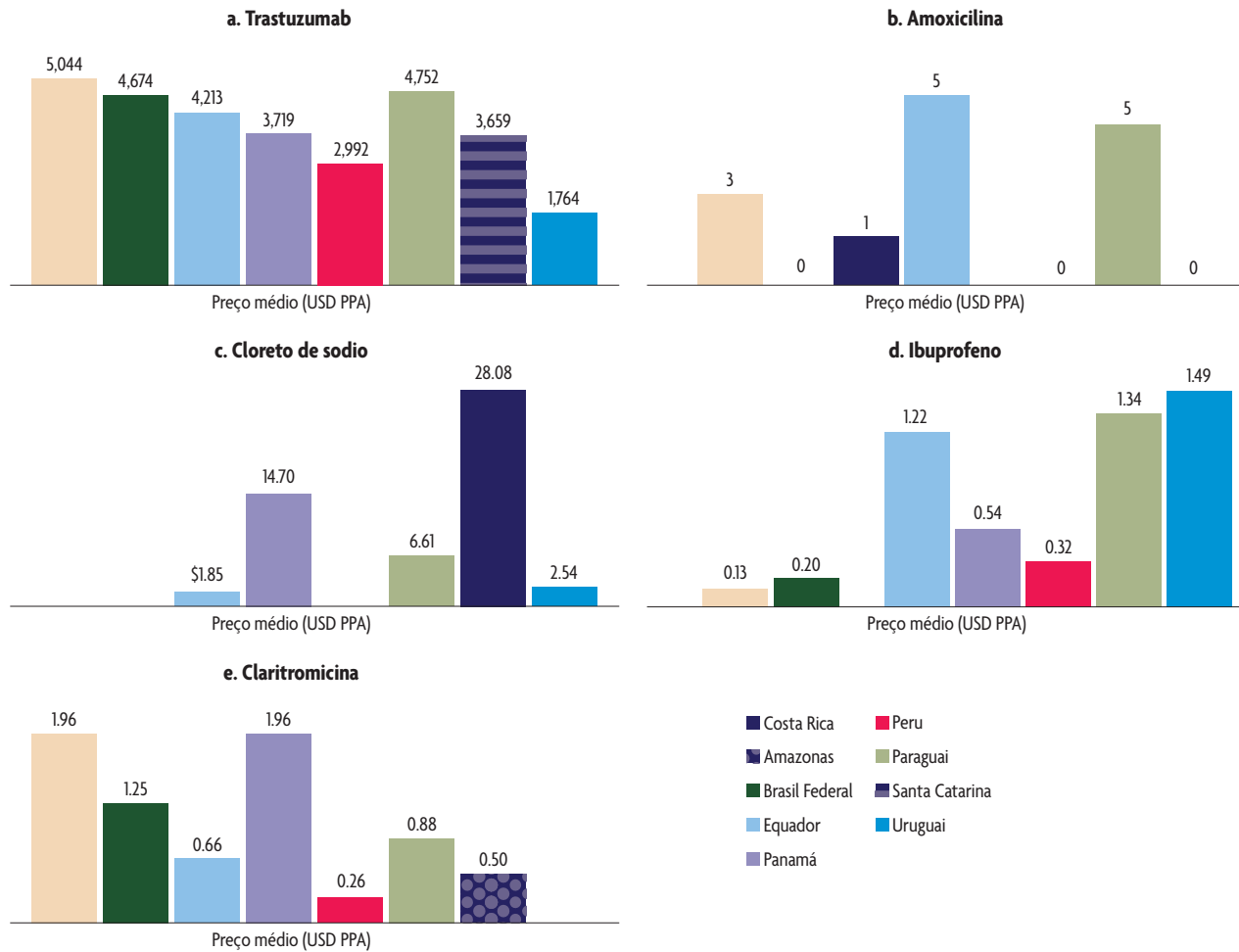
Segundo o estudo, a diferença nos preços pode ser muito significativa e, em alguns casos, extrema. Considerando que cada órgão tem autonomia para usar seu orçamento, e que cada um deles tem uma estratégia, planejamento e capacidade diferentes para fazer as aquisições, isto resulta em potenciais ineficiências nas compras públicas que podem ser aproveitadas pelos

fornecedores para aumentar suas receitas. Frequentemente, o mesmo fornecedor cobra um preço diferente pelo mesmo medicamento, dependendo do processo de compra.

O gasto total do governo é bastante considerável para cinco dos 235 produtos comparados no banco de dados. Juntas, as compras públicas de Trastuzumab, cloreto de sódio, amoxicilina, ibuprofeno e Claritromicina somam US\$562 milhões. Para cada um desses produtos, a comparação entre os contratos no 25°. e 75°. percentis da distribuição de preço é reveladora.

Em uma das jurisdições da base de dados, a compra de Trastuzumab é 44 por cento mais cara no 75°. percentil da distribuição do que no 25°. percentil, e 159 por cento mais cara para a Claritromicina. A disparidade de preços chega a 845 por cento para o cloreto de sódio em outra jurisdição da amostra; 925 por cento

Figura 24. Diferentes gradientes de preços por tipo de produto farmacêutico



Fonte: Fazekas *et al.* (2020).

para a amoxicilina, em uma terceira jurisdição; e 3.156 por cento para o Ibuprofeno, em uma quarta jurisdição. Estes são os exemplos mais extremos da disparidade de preços para cada um dos cinco medicamentos mais adquiridos, embora a dispersão de preços seja considerável para a maioria dos produtos em todas as jurisdições.

Além da alta dispersão dos preços de compra em uma jurisdição, o estudo também revela diferenças significativas na média dos preços entre elas (figura 24). Essas diferenças não se devem apenas às características das compras públicas em cada jurisdição: elas também são influenciadas pelo poder variável de mercado

dos fornecedores nas jurisdições e segmentos do setor farmacêutico.

A esse respeito, a análise dos preços de paracetamol, um analgésico, é reveladora. A análise relaciona o preço pelo qual o governo compra este medicamento em cada jurisdição ao grau de concentração de mercado entre os fornecedores. O resultado é uma relação exorbitante, com preços muito mais altos em locais com poucos fornecedores. As diferenças no poder de mercado dos fornecedores nos segmentos do setor farmacêutico são consistentes, e nenhuma das nove jurisdições indicou ser mais barata com relação aos cinco principais produtos adquiridos.

5

Olhando para o
Futuro: O caminho
a percorrer

A pandemia de Covid-19 resultou em pesados custos em termos de vidas humanas, e as medidas rigorosas necessárias para diminuir a sua progressão pressionaram a atividade econômica dramaticamente. Embora uma vacina eficaz continue sendo a melhor esperança para sair da crise, já está claro que os países da região da América Latina e do Caribe poderão ter de esperar meses, talvez anos, antes que isto aconteça. Enquanto isso, confinamentos prolongados podem se tornar cada vez mais insustentáveis. Entretanto, decisões estratégicas sobre as políticas de saúde e econômica poderiam ajudar a reduzir os custos. Expandir a cobertura de assistência médica de qualidade, bem como manter medicamentos acessíveis, poderá ajudar as atividades de saúde. Estimular a formalização de forma a não penalizar a geração de empregos, e recriar o espaço fiscal gradualmente, poderiam reduzir os custos econômicos.

A convivência com o vírus à espera da vacina

Depois de mais de nove meses de pandemia, a esperança de um retorno integral à normalidade está atrelada às vacinas. A escala dos esforços globais para apoiar a pesquisa de ponta e financiar a capacidade de produção é sem precedentes. Entretanto, poderá levar algum tempo até que vacinas eficazes contra a

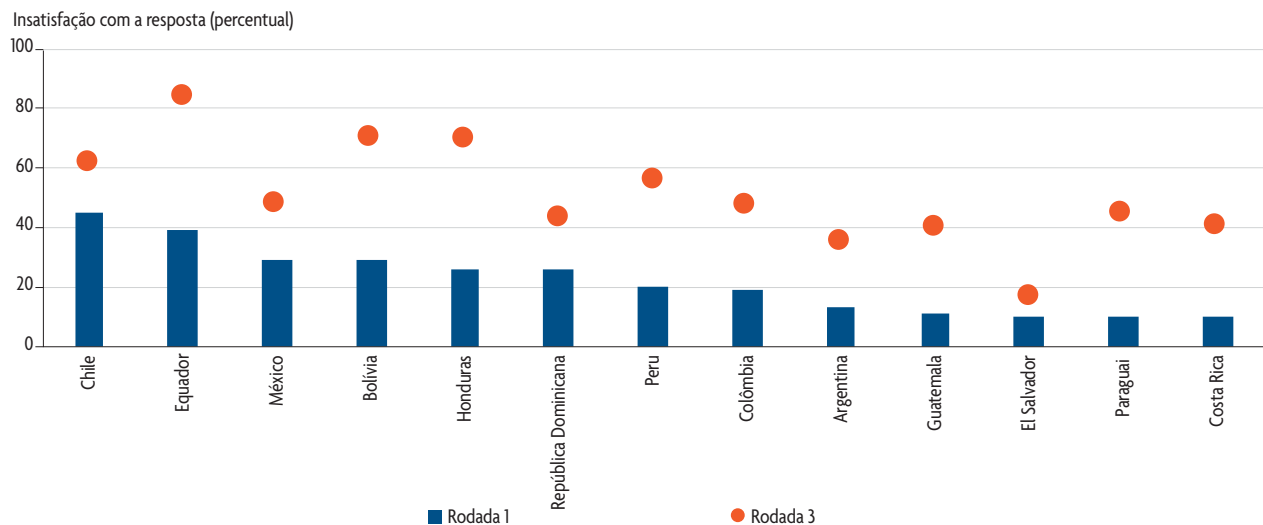
Covid-19 sejam desenvolvidas; produzidas em quantidades suficientemente grandes; disponibilizadas localmente nos países em desenvolvimento; e consideradas seguras o suficiente pela população. Devido a esses desafios, os países da América Latina e do Caribe poderão ficar sem opção, a não ser conviver com o vírus.

Muitos países da região relaxaram gradualmente as quarentenas e confinamentos, tanto por decisões políticas explícitas, ou porque medidas de contenção rigorosas são cada vez mais difíceis de serem impostas. Nos 13 países da América Latina e do Caribe cobertos pelas pesquisas conduzidas por telefone pelo Banco Mundial (2020a), a parcela de entrevistados que não estavam satisfeitos com o tratamento da crise por parte de seus respectivos governos aumentou entre maio e julho de 2020. Em alguns países, esse aumento foi substancial (figura 25).

Nesse contexto, os governos precisam se concentrar em proteger as pessoas mais vulneráveis, e ajustar os padrões de saúde e segurança de todos os setores e atividades, de forma que a probabilidade de contágio permaneça baixa enquanto a vida segue.

A educação está entre as atividades que requerem mais atenção. É improvável que a educação à distância, mesmo quando factível, proporcione o mesmo conhecimento que a educação presencial. Para muitas crianças dos segmentos mais pobres da sociedade, isto

Figura 25. O apoio à resposta dos governos à pandemia está diminuindo



Observação: Com base em membros da família com 18 anos ou mais. A primeira rodada foi entre 21 de maio e 1 de junho; e a terceira rodada, entre 18 e 26 de julho.
Fonte: Banco Mundial (2020a).

pode simplesmente não ser uma opção. Se os confinamentos continuarem afetando o setor de educação por muito tempo, muitas crianças poderão não voltar para a escola e começar a trabalhar antes do previsto.

E até mesmo aquelas que voltarem para a escola, terão perdido meses, ou anos, de educação escolar, o que afetará a sua renda no futuro e sua perspectiva de mobilidade social.

Expansão de uma cobertura eficaz de assistência à saúde

O relaxamento das medidas de contenção está acontecendo em um momento em que a pandemia não está necessariamente sob controle, ou, pelo menos, não em todos os países. Uma forma direta de avaliar a situação da saúde em cada economia é a anualização dos óbitos causados pela Covid-19, usando diferentes períodos de referência.

Uma anualização possível envolve multiplicar por 2 o número de mortes ocorridas no período de seis meses desde abril de 2020, quando o surto de Covid-19 começou a ganhar impulso na região. Outra opção é multiplicar o número de mortes por Covid-19 ocorridas em agosto e setembro por 6. Uma terceira opção, é multiplicar as mortes diárias ocorridas na última semana de setembro por 365. Se o resultado aumentar na passagem do primeiro para o segundo e terceiro, os índices da epidemia estarão piorando. Por outro lado, se o resultado diminuir, existirá alguma esperança de que a pandemia está sendo contida.

O cálculo simples acima também pode ser usado para posicionar a pandemia no cenário mais amplo da morbidade e mortalidade registradas nos países. Em alguns deles, a taxa anualizada de óbitos por Covid-19 compete com doenças mais letais – como câncer e doenças cardiovasculares –, como sendo a principal causa da mortalidade. Em outros países, não é provável que a Covid-19 altere significativamente a taxa de mortalidade de 2020 (figura 26). Em alguns países, a taxa anualizada é inferior ao número anual de mortes por acidentes de trânsito ou homicídios. Em alguns locais da América Central, as “*maras*” – gangues de criminosos – podem ser ainda mais letais do que a Covid-19.

Entretanto, em todos os países, os sistemas de assistência à saúde precisam ser ajustados de acordo com a realidade da Covid-19. Naqueles onde a pandemia está

entre as principais causas de mortalidade, oferecer um tratamento eficaz para as pessoas afetadas pelo vírus torna-se uma prioridade. E nos países onde a pandemia está sob controle, um esforço sustentado é necessário para conter os surtos repetidamente assim que eles ocorrem, o que requer testes eficazes e capacidade de rastreamento. Em todos os casos, também é necessário incorporar as lições do tratamento eficaz da doença, para aumentar a probabilidade de sobrevivência das pessoas infectadas.

Tudo isto impõe um sério desafio para uma região onde os sistemas de assistência à saúde são frequentemente fragmentados, e seus diversos segmentos diferem enormemente quanto à qualidade dos serviços e, às vezes, quanto ao custo para os usuários. Os países com sistemas de saúde mais fracos são mais vulneráveis à Covid-19, e podem ser menos capazes de desenvolver e implementar respostas eficazes e flexíveis. A região fez progressos significativos na expansão da cobertura da assistência à saúde para segmentos cada vez mais amplos da população (Dmytraczenko e Almeida 2015). À medida que os governos mobilizam mais recursos para o setor de saúde, a crise da Covid-19 pode oferecer uma oportunidade de tratamento de algumas vulnerabilidades remanescentes.

A crise também é um chamado à rápida expansão do acesso a serviços básicos fundamentalmente importantes. Uma das razões pelas quais rigorosas medidas de contenção podem ter sido menos eficazes do que o previsto é que as pessoas permaneceram confinadas em bairros superpopulosos com más condições de higiene. Em um momento no qual os recursos para os investimentos em infraestrutura tendem a ser restringidos, o acesso a água e esgoto torna-se uma prioridade de saúde pública importante.

Manutenção dos medicamentos a preços acessíveis

A expansão da cobertura eficiente de saúde não pode ser feita de forma acessível sem que se preste atenção ao preço dos produtos farmacêuticos. Como os governos são grandes compradores de medicamentos, as compras públicas são especialmente importantes nesse aspecto. Tornar as compras públicas de produtos farmacêuticos mais eficientes é ainda mais importante em um momento em que os governos da região estão avaliando como garantir as doses necessárias de vacinas de Covid-19 para suas populações.

Figura 26. A Covid-19 ocupa uma posição variável entre as causas de mortalidade na região

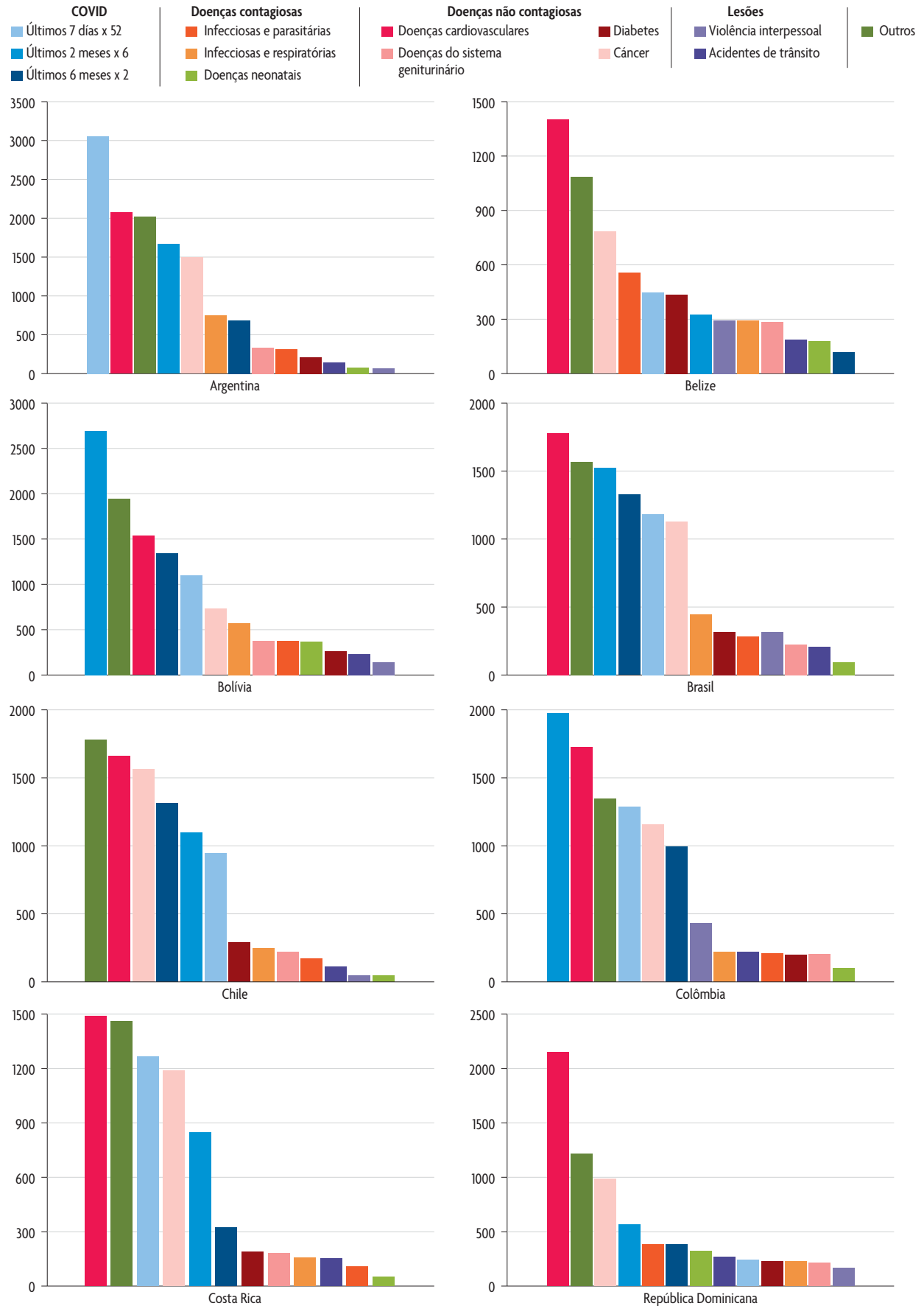


Figura 26. A Covid-19 ocupa uma posição variável entre as causas de mortalidade na região (continuação)

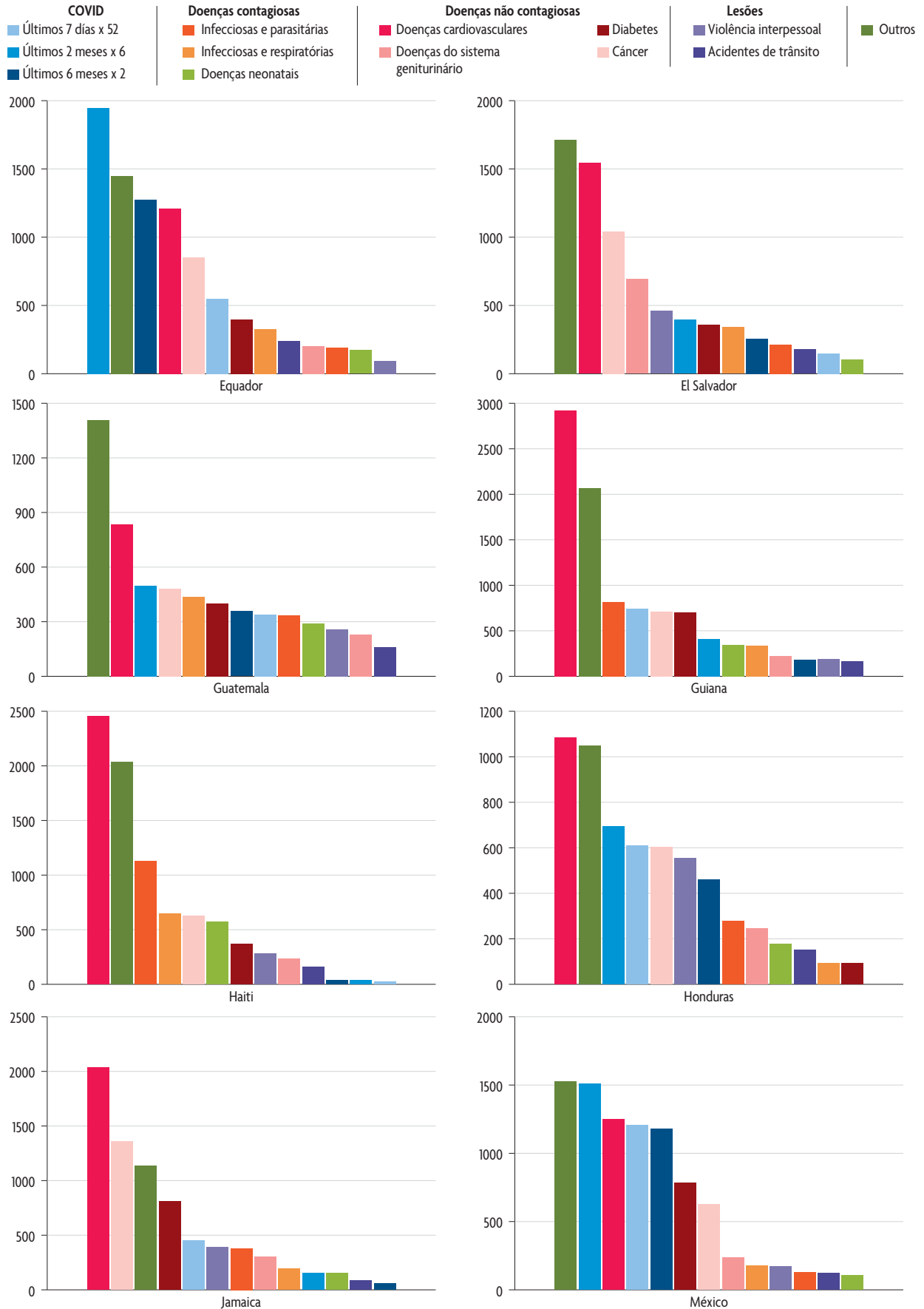
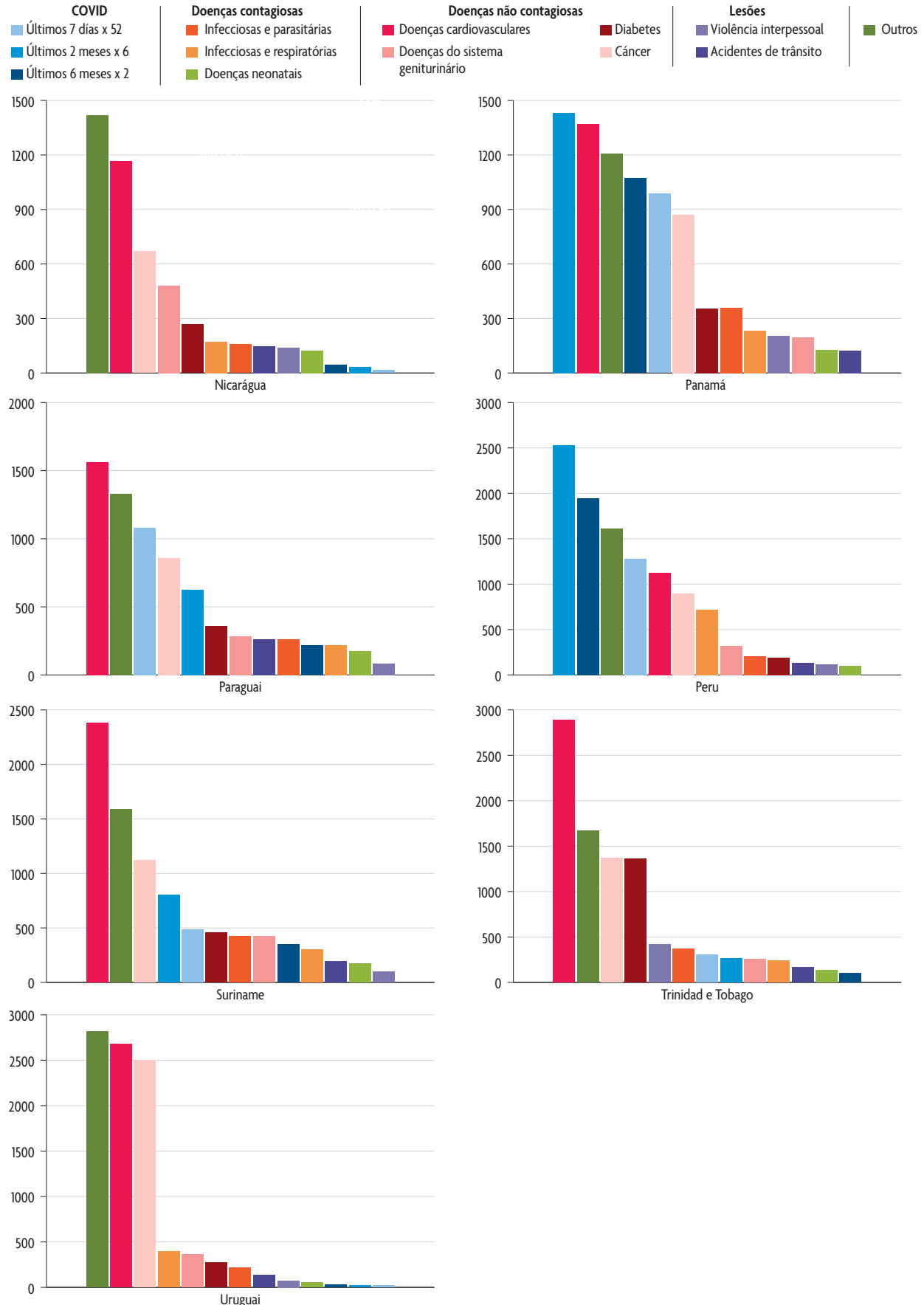
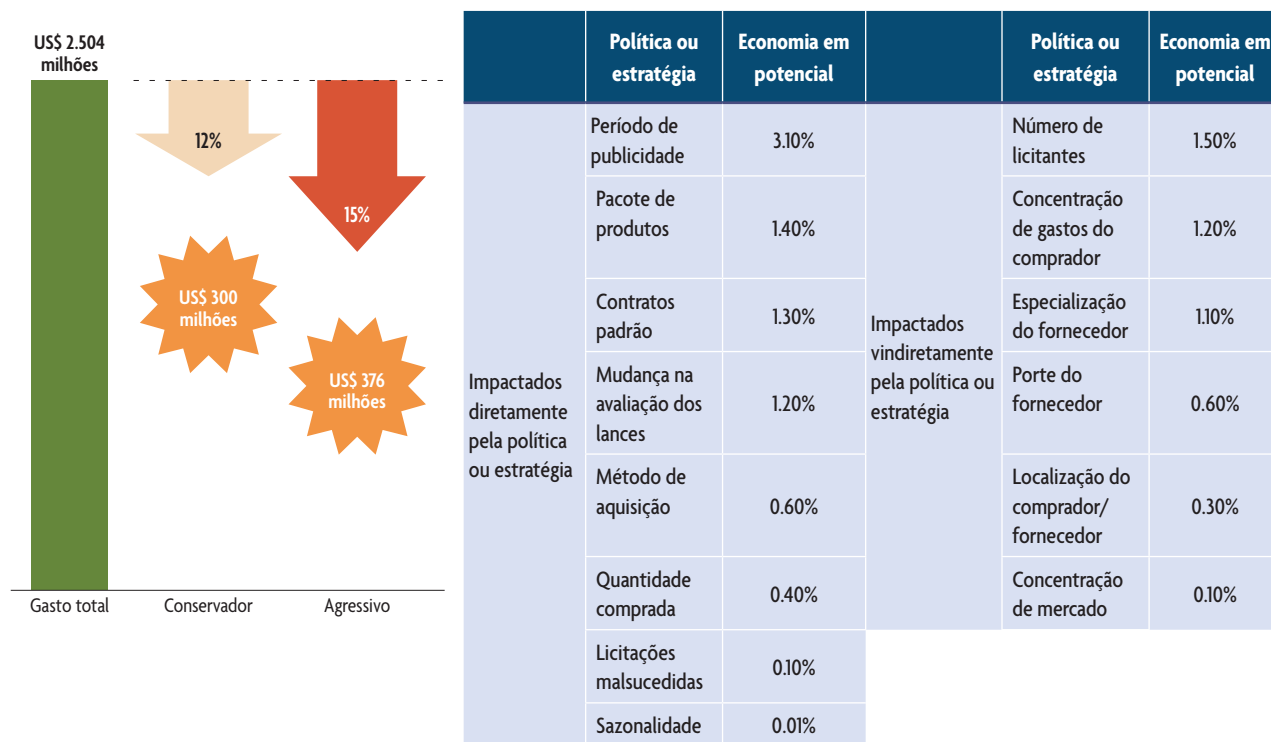


Figura 26. A Covid-19 ocupa uma posição variável entre as causas de mortalidade na região (continuação)



Observação: Números de mortes anuais por milhão de habitantes.
 Fonte: Roser et al. (2020) para mortes por Covid-19, e OMS (2018) para outras causas de mortalidade.

Figura 27. O custo de aquisição de produtos relacionados à saúde pode ser reduzido



Observação: A simulação foi realizada para o ano de 2015.
Fonte: Fazekas et al. (2020)

A análise dos contratos de compras públicas descritos acima mostra que a melhoria do projeto das licitações pode reduzir o custo dos produtos farmacêuticos. Características tais como a duração do período de anúncio, o número de produtos agrupados, a natureza dos acordos em vigor ou o prazo de avaliação das propostas afetam a capacidade de os fornecedores cobrarem preços mais elevados. De acordo com simulações, um ajuste estratégico desses recursos aplicados a todos os 235 produtos farmacêuticos comparados poderia reduzir seu custo em 12 a 15 por cento (figura 27).

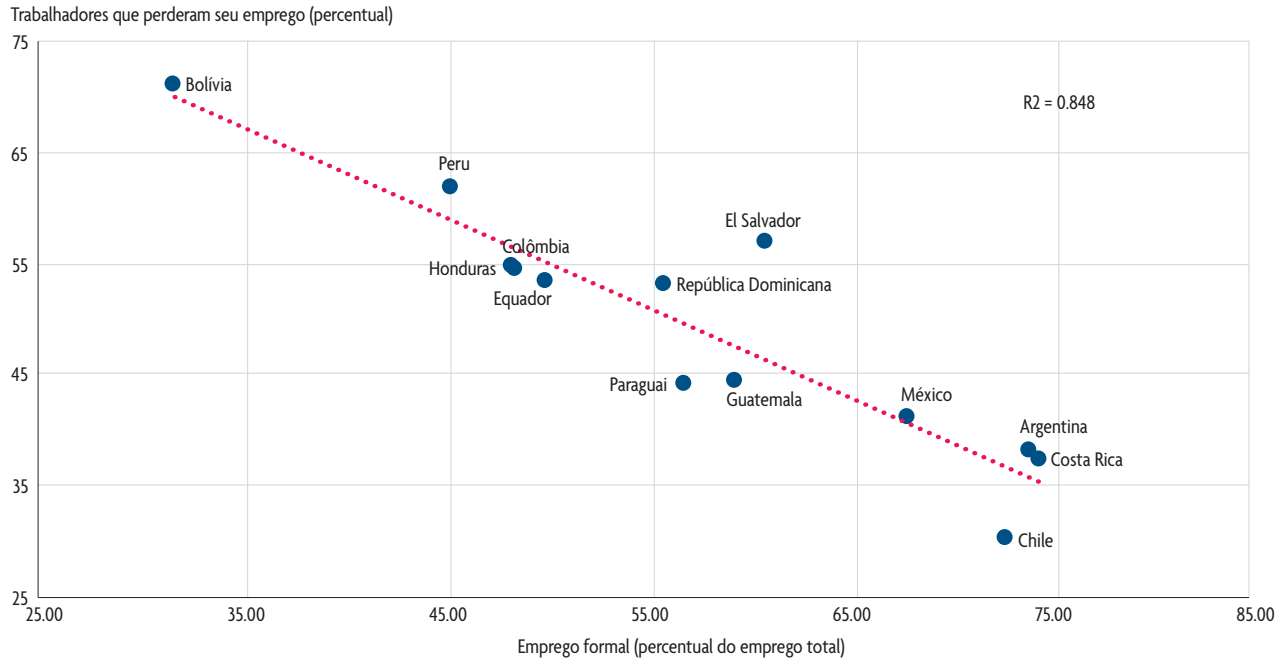
No entanto, um projeto técnico melhor pode, por si só, não ser suficiente para compensar o poder de mercado em um setor que muitas vezes é oligopolista. A crise da Covid-19 pode, de fato, ser uma boa oportunidade para reconsiderar as políticas relacionadas a produtos farmacêuticos na América Latina e no Caribe.

O setor é sólido em vários países da região e está progredindo para se tornar o mais inovador nas ciências da vida, inclusive biotecnologia. Depois de décadas copiando produtos farmacêuticos, alguns países começaram a desenvolver seus próprios produtos inovadores. Atualmente, existem mais de 100 produtos farmacêuticos na América Latina e no Caribe em testes clínicos. Os países com mais medicamentos novos no *pipeline* são Brasil e Cuba, com 42 e 27 produtos, respectivamente. (Vargas et al. 2019).

No entanto, os vínculos entre os segmentos acadêmico e industrial do setor costumam ser fracos. A transformação de pesquisas promissoras em produtos que cheguem até o mercado pode levar décadas na região. Uma exceção notável é Cuba, onde o setor farmacêutico está bem conectado a atores globais e se aventura internacionalmente com forte orientação empresarial. Mas ela não enfrenta concorrência interna, pois opera sob controle direto do governo.

Em outros locais da região, a chegada de produtos farmacêuticos de alta qualidade e baixo custo vindos da Índia está mudando o mercado. As empresas indianas estão se expandindo depressa na região, principalmente por meio de investimentos em áreas novas. Este é um segmento promissor, pois a maioria dos acordos comerciais deixa os países com liberdade para facilitar a fabricação de medicamentos genéricos.

Nos últimos anos, muitos governos têm defendido a utilização de medicamentos genéricos como meio de controlar os gastos com saúde e melhorar o acesso aos medicamentos. Mas isso requer agências regulatórias fortes, capazes de certificar a bioequivalência dos genéricos e torná-los a primeira escolha dos médicos. O ideal é que essas agências também possam influenciar o preço dos medicamentos de forma a não dissuadir a inovação, ao mesmo tempo em que mantêm o custo dos medicamentos acessível para a população.

Figura 28. O custo da informalidade acabou sendo muito alto

Observação: Emprego formal é definido como trabalho formal remunerado e assalariado; os números são de 2019. Para os trabalhadores que perderam seus empregos, são contabilizadas as perdas permanentes e temporárias; os dados são de 21 de maio a 1 de junho.

Fonte: ILOSTAT para empregos formais e Banco Mundial (2020a) para perdas de empregos.

Reavaliação da informalidade

Algumas das medidas mais importantes para lidar com a crise da Covid-19 enquanto se convive com o vírus estão fora do domínio da saúde. Na América Latina e no Caribe, o impacto das medidas de confinamento recaiu de forma desproporcional sobre os trabalhadores informais. Muitos deles vivem com pouquíssimos recursos e precisam sair de casa todos os dias para ganhar o sustento. Por trabalharem em atividades que envolvem tarefas físicas e contato pessoal, o teletrabalho não é uma opção para eles. E muitos deles também não têm as conexões de Internet e os equipamentos tecnológicos necessários para trabalhar remotamente.

Pesquisas rápidas por telefone realizadas pelo Banco Mundial (2020a) em toda a região mostram que a perda de empregos foi mais significativa em países onde menos trabalhadores são assalariados ou têm empregos formais (figura 28). Até maio de 2020, cerca de dois terços dos entrevistados haviam perdido o emprego permanente ou temporariamente na maioria dos países com maior informalidade na região, em comparação com um terço ou menos nos países com mais empregos formais.

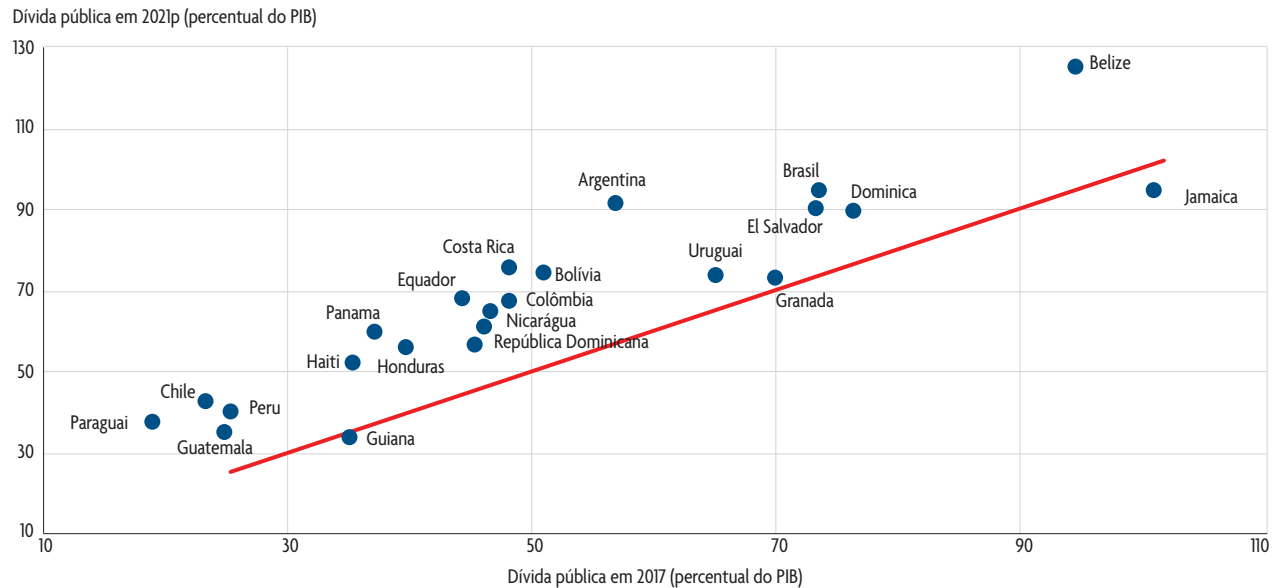
Chegar até os trabalhadores do setor informal e suas famílias com transferências sociais também se provou um desafio. Os instrumentos tradicionais de proteção

social, como o seguro-desemprego, podem ser irrelevantes nesse caso. Mas mesmo os programas de assistência social direcionados às famílias pobres podem não protegê-los. Eles dependem muito da cobertura e da qualidade dos registros populacionais, bem como da disponibilidade de identificação individual adequada. Muitos países da região adotaram programas generosos de transferência social, mas é provável que uma parte das famílias do setor informal tenha ficado sem atendimento.

Uma atitude normal em relação à informalidade na América Latina e no Caribe tem sido aceitá-la quase como um fato da vida. Poder evitar o pagamento de impostos e contribuições ou respeitar os padrões de saúde e segurança pode preservar o emprego em unidades econômicas de baixa produtividade, que não sobreviveriam se tivessem que obedecer às regras. Mas essa visão otimista se torna mais questionável no contexto atual.

A crise da Covid-19 é um apelo para a reflexão sobre como incentivar a formalização de modo a não impedir a criação de empregos, ao mesmo tempo em que amplia a proteção social aos trabalhadores e às suas famílias. Enquanto isso, são necessários registros populacionais abrangentes para que as transferências sociais cheguem até aqueles que vivem na precariedade e são atingidos desproporcionalmente por quarentenas e confinamentos

Figura 29. A recuperação dos saldos fiscais logo se tornará uma prioridade



Nota: Para os valores de 2021, "p" significa previsto
Fonte: cálculos próprios.

Recriação do espaço de política

Muitos países da região mobilizaram pacotes de estímulo bastante consideráveis para enfrentar a crise, apesar de terem espaço fiscal limitado. Esse esforço extraordinário foi possível graças ao apoio que receberam de instituições financeiras internacionais, mas também devido à emissão de títulos do governo. Com poucos países perdendo acesso aos mercados financeiros globais, os pacotes de estímulo dependeram em grande parte de empréstimos externos adicionais.

Sem dúvida, foi uma escolha sensata em vista das circunstâncias. Mas em toda a região a dívida pública terá aumentado quase 10 pontos percentuais em relação ao PIB em apenas quatro anos, de 2017 ao nível previsto em 2021 (figura 29). Continuar nessa trajetória pode criar desafios para a sustentabilidade da dívida em vários países da América Latina e do Caribe.

Esse fato torna-se ainda mais preocupante porque fica cada vez mais claro que os países terão de conviver com o vírus por enquanto. Os países começaram a lutar contra a pandemia no espírito de uma corrida. Entretanto, após nove meses desde os primeiros surtos de Covid-19, eles parecem cada vez mais estar entrando

gradativa e lentamente num espírito de uma maratona. O tipo de esforço fiscal feito por muitos governos da região não pode ser mantido por muitos anos sem colocar em risco a estabilidade macroeconômica.

As transferências sociais em grande escala podem ser necessárias neste momento. No entanto, no futuro, os governos da região poderão ter que considerar caminhos para a consolidação fiscal. A maior garantia que os governos podem oferecer às suas populações, enquanto convivem com o vírus, é que eles terão os meios para responder e ajudar conforme for necessário. A reorientação de impostos e despesas governamentais de forma a apoiar a criação de empregos, a prestação de serviços e o desenvolvimento da infraestrutura também será necessária para colocar a região de volta no caminho do crescimento inclusivo e sustentável. Depois de muitos anos de desempenho econômico fraco e de uma das piores recessões de todos os tempos, o fracasso em fazê-lo pode ser o presságio de novas ondas de agitação social e, possivelmente, de um retorno das políticas populistas à região.

Esse poderia ser, no final das contas, o preço mais alto a pagar devido à pandemia de Covid-19.

PREVENTIVAS
RA EL COVID-19

astelería para todos.
BAJO CUPO
ESTRICTIVO!

abajamos de forma
ponsable, por el
enderemos bajo u
SO CONTROL
SUCURSAI

on la finalidad
cuidar tu salud
y la de tu fam

6

Resumos
dos países

Argentina

Acontecimentos recentes

O confinamento rigoroso imposto para conter a propagação da pandemia levou à mais acentuada queda do PIB já registrada, ocorrida em março e abril, com forte impacto negativo sobre o emprego e a renda do trabalho, especialmente para os trabalhadores informais. A redução gradual das medidas de confinamento foi iniciada, o que permitiu que a atividade econômica se recuperasse em ritmo lento, mas também desencadeou um rápido aumento nos casos de Covid-19. O pacote de estímulo fiscal implementado pelo governo, equivalente a 3,5 por cento do PIB, aumentou as transferências para as províncias e a queda abrupta nas receitas gerou um déficit para o governo central de quase 5 por cento do PIB de janeiro a julho de 2020, o maior em mais de 30 anos. A falta de acesso aos mercados financeiros exigiu a monetização total do déficit, o que está levando a um descompasso crescente entre as taxas de câmbio oficiais e paralelas. O Banco Central está perdendo reservas rapidamente ao tentar manter a taxa de câmbio oficial estável, apesar do significativo superávit comercial e do controle cambial mais rígido. O governo conseguiu com sucesso reestruturar a dívida externa, proporcionando um alívio da dívida de cerca de 9 por cento do PIB para os próximos oito anos.

Perspectiva

A quarentena prolongada e a queda na demanda externa farão com que o PIB contraia 12,3 por cento em 2020. A recuperação econômica continuará com a suspensão progressiva das medidas de confinamento, aproveitando a grande capacidade ociosa da economia. No entanto, o ritmo será lento, pois a grande incerteza limitará o crescimento dos investimentos, enquanto a necessidade de reduzir o déficit fiscal elevado reduzirá fortemente o estímulo à demanda. Apesar de uma recuperação em 2021, a economia não alcançará os níveis do PIB de 2019 antes de 2023. Como consequência, as taxas de informalidade, desemprego e pobreza permanecerão elevadas. Estima-se que 27,1 por cento da população passe para baixo da linha internacional de pobreza de US\$5,5 por dia em 2020. No entanto, quando consideradas as medidas de emergência, a taxa de pobreza projetada cai para cerca de 18 por cento.

Riscos e desafios

Os riscos apontam fundamentalmente para uma situação negativa. Uma evolução adversa da pandemia poderia levar à prorrogação e ao endurecimento das medidas de confinamento, reduzindo o consumo e interrompendo as cadeias de suprimentos, gerando impacto negativo sobre as exportações. Se esses riscos se concretizarem, as taxas de inatividade e pobreza permanecerão altas, tornando mais difícil reduzir o aumento de gastos devido à Covid-19. Os riscos também resultam das difíceis compensações de políticas para estabilizar a economia. Um rápido ajuste fiscal diminuiria a expansão monetária, reduziria as pressões inflacionárias e a divergência cada vez maior entre as taxas de câmbio oficial e paralela, mas poderia prejudicar a recuperação incipiente. O adiamento da consolidação fiscal faria o oposto, esgotando as reservas e possivelmente levando a uma correção desordenada da taxa de câmbio e a um pico inflacionário no médio prazo. Em qualquer cenário, a implementação de um programa de reforma econômica claro, com opções de políticas confiáveis para a estabilização e a recuperação macroeconômicas, poderia facilitar um retorno ao acesso ao mercado, reduzir os riscos inflacionários, restaurar a confiança e incentivar o investimento, iniciando um ciclo mais virtuoso de crescimento da produtividade e de redução da pobreza por meio da criação sólida de empregos.

Tabela 1. Principais indicadores macroeconômicos selecionados

	2016	2017	2018	2019	2020 p	2021 p	2022 p
Crescimento real do PIB, a preços de mercado constantes (percentual)	-2,1	2,7	-2,5	-2,2	-12,3	5,5	1,9
Saldo em conta corrente (percentual do PIB)	-2,7	-4,9	-5,3	-0,5	0,6	-0,5	-1,2
Balanço fiscal (percentual do PIB)*	-6,7	-6,7	-5,2	-4,4	-10,1	-6,1	-5,2
Taxa de pobreza – renda média alta (US\$5,5 em 2011 PPP)	11,1	9,8	12,2	14,6	27,1	19,1	17,8

Observação: Balanço fiscal refere-se ao governo em geral, inclusive províncias; "p" significa "previsão".
Fonte: cálculos próprios.

Brasil

Acontecimentos recentes

Os impactos da pandemia causaram uma retração histórica de 9,7 por cento na economia brasileira no segundo trimestre de 2020, liderada por quedas acentuadas na indústria e nos serviços. Os trabalhadores informais foram profundamente atingidos; a participação na força de trabalho diminuiu e a taxa de desemprego subiu para 13,3 por cento. As ações decisivas da política monetária e fiscal favoreceram o consumo e evitaram uma retração mais profunda. As saídas de caixa aceleraram a queda do real, que perdeu mais de um quinto de seu valor desde fevereiro, apesar da intervenção do Banco Central no câmbio. O déficit em conta corrente caiu de 2,7 por cento em 2019 para 2 por cento em julho de 2020. Um aumento na lacuna da produção traduziu-se na queda da inflação para 2,4 por cento em agosto e permitiu que o Banco Central reduzisse a taxa básica de juros para o mínimo histórico de 2 por cento em agosto. A posição fiscal deteriorou-se acentuadamente devido a um pacote fiscal do governo federal para apoiar a economia, o qual chegou a 11,1 por cento do PIB, adotando regras de emergência para o teto de gastos do governo. A dívida bruta do governo em geral cresceu de 75,8 por cento em 2019 para 85,5 por cento em junho de 2020.

Perspectiva

Dados recentes de alta frequência confirmam um cenário econômico mais favorável do que o esperado anteriormente, e o PIB deve apresentar redução de 5,4 por cento em 2020. Os principais motivos para a revisão incluem a concessão do apoio federal às famílias, taxas de juros historicamente baixas, a suspensão de confinamentos e medidas de mitigação contra a Covid-19. A recuperação do setor de serviços, no entanto, deverá ser heterogênea, uma vez que as atividades que dependem de interação pessoal permanecem limitadas. A recuperação econômica atual deve continuar em 2021 (+3,0 por cento) e 2022 (+2,5 por cento). O déficit em conta corrente provavelmente diminuirá em 2020 e será compensando na íntegra pelos ingressos de investimento estrangeiro direto (IED). A inflação continuará abaixo da meta até 2022, com a expectativa de que a lacuna no resultado aumente para 4 por cento. O governo deve registrar um déficit primário de 11,6 por cento em 2020 devido à sua ação emergencial, juntamente com receitas fiscais mais baixas resultantes de uma economia enfraquecida. Apesar das taxas de juros historicamente baixas, a pandemia agravou os desafios para a estabilização da dívida pública, projetada para atingir até 96 por cento do PIB em 2022. A pobreza deve diminuir em 2020 devido ao apoio do governo às famílias. No entanto, é provável que essa queda seja revertida quando as medidas emergenciais terminarem, e se o mercado de trabalho não for capaz de absorver totalmente os desempregados.

Riscos e desafios

Diante do cenário do elevado número de casos de Covid-19, a recuperação econômica continua dependendo da melhora na situação da saúde pública. A pandemia prolongada pode desencadear novos confinamentos no Brasil e em outras partes do mundo, o que afetaria o Brasil em termos de canais de comércio e fluxos de capital estrangeiro. A recuperação também depende da capacidade de o mercado de trabalho absorver os 10 milhões de pessoas que estão fora dele, em sua maioria trabalhadores informais (7,9 milhões). O espaço fiscal do governo será limitado em 2021, exigindo maior eficiência nos gastos públicos. Também será essencial garantir que as medidas de emergência fiscal sejam realmente temporárias e que a sustentabilidade da dívida pública de médio prazo permaneça ancorada na regra de gastos do Brasil. A recuperação mais sustentável e inclusiva da Covid-19 exigirá uma estratégia educacional bem elaborada para a reabertura das escolas e recuperação da aprendizagem e dos resultados perdidos, bem como reformas estruturais para melhorar a produtividade e retornar melhor. As fontes de resiliência incluem a taxa de câmbio como instrumento eficaz para amortecer choques, política monetária bem ancorada, bancos bem capitalizados e uma sólida posição de reservas internacionais.

Tabela. Principais indicadores macroeconômicos selecionados

	2017	2018	2019	2020 p	2021 p	2022 p
Crescimento real do PIB, a preços de mercado constantes (percentual)	1,3	1,3	1,1	-5,4	3,0	2,5
Saldo em conta corrente (percentual do PIB)	-0,7	-2,2	-2,7	-0,8	-1,3	-2,0
Balanço fiscal (percentual do PIB) *	-8,4	-7,6	-6,7	-15,3	-7,2	-7,3
Dívida pública (percentual do PIB) **	73,7	76,5	75,8	93,5	93,9	96,0
Taxa de pobreza – renda média alta (US\$5,5 em 2011 PPP)***	20,2	19,8	19,7	13,3	20,2	20,0

Observação: O balanço fiscal refere-se ao governo geral, inclusive no âmbito federal, estadual e municipal; a dívida pública refere-se à dívida bruta do governo em geral; "p" significa previsão.
Fonte: cálculos próprios.

México

Acontecimentos recentes

A pandemia de Covid-19 está prejudicando bastante a economia mexicana, com queda de 18,6 por cento da produção em relação ao ano anterior no segundo trimestre de 2020, e aumento significativo na pobreza e no desemprego. No início da crise, houve uma elevação acentuada da aversão ao risco, o que desencadeou a saída de capitais do México. O Banco Central manteve seu regime de câmbio flexível e possibilitou um programa de *swap* com o Federal Reserve dos EUA, de cerca de US\$60 bilhões. Com a expectativa de inflação dentro da faixa de tolerância, a taxa básica de juros foi reduzida para 4,25 por cento em setembro de 2020. O déficit em conta corrente diminuiu significativamente no primeiro semestre de 2020, pois a queda nas exportações foi mitigada por uma retração ainda mais acentuada das importações e remessas fortes. A resposta da política fiscal tem sido muito limitada, mas está direcionada a transferências sociais e créditos para as micro, pequenas e médias empresas e trabalhadores. As autoridades conseguiram manter os níveis de arrecadação de impostos durante o primeiro semestre de 2020, devido à liquidação de obrigações fiscais anteriores e à intensificação de esforços da gestão tributária. Em meio à piora das condições, os preços mais baixos do petróleo e pressionados pela vulnerabilidade financeira da PEMEX, a classificação de crédito da dívida soberana foi rebaixada pelas agências de classificação, mas permanece com grau de investimento.

Perspectiva

Estima-se que a economia registre retração de 10 por cento em 2020, com recuperação gradual em 2021 e 2022, e pode levar mais de três anos para atingir o nível pré-pandemia do PIB. As pressões inflacionárias deverão permanecer moderadas devido à grande lacuna do resultado negativo. O déficit em conta corrente deverá ser reduzido em 2020-21, uma vez que a queda nas exportações será mitigada pela redução nas importações e remessas resilientes. O IED diminuirá significativamente, mas a ratificação do Acordo Estados Unidos-México-Canadá (USMCA) deve aliviar algumas incertezas que limitaram o IDE. A adesão a uma orientação fiscal restritiva deve continuar, apesar da deterioração na arrecadação de receitas. Para 2021, as autoridades planejam retornar a um saldo primário zero, principalmente por meio da contenção de gastos e redefinição de prioridades. Espera-se que o índice dívida pública/PIB registre um grande aumento pontual em 2020 devido à queda significativa do PIB, ao impacto da depreciação da taxa de câmbio na dívida expressa em moeda estrangeira e ao déficit mais elevado. Ainda assim, o país se estabilizaria depois disso.

Riscos e desafios

A recuperação gradual esperada pode ser desacelerada se a incerteza política referente ao investimento privado, inclusive no setor de energia, não for dissipada. O médio prazo, incluindo 2021 e 2022, será desafiador no aspecto fiscal. Com um aumento negativo na lacuna da produção, amortecedores fiscais corroídos e pressões por gastos crescentes, será necessário mais espaço fiscal. Esse espaço deverá resultar de uma reforma tributária necessária. Além disso, a situação financeira da PEMEX pode exigir uma maior isenção de suas obrigações fiscais e de transferência para o orçamento.

Tabela. Principais indicadores macroeconômicos selecionados

	2017	2018	2019	2020 p	2021 p	2022 p
Crescimento real do PIB, a preços de mercado constantes (percentual)	2,1	2,2	-0,3	-10,0	3,7	2,8
Inflação (variação percentual no índice de preços ao consumidor)	6,0	4,9	3,6	3,5	3,5	3,5
Saldo em conta corrente (percentual do PIB)	-1,8	-2,1	-0,4	-0,2	-0,5	-0,7
Balanço fiscal (percentual do PIB)	-1,1	-2,2	-2,3	-5,2	-3,7	-3,3
Dívida pública (percentual do PIB)	45,7	44,9	44,8	56,2	56,1	55,9

Observação: "p" significa previsão.

Fonte: cálculos próprios.

Bahamas

A pandemia de Covid-19 vem na esteira da devastação causada pelo furacão Dorian em 2019. A crise da Covid-19 levou a uma interrupção repentina e sem precedentes no turismo e a uma profunda retração na atividade econômica. Apesar de as Bahamas terem feito grandes avanços na busca da consolidação fiscal, o furacão Dorian exigiu que recursos fiscais fossem direcionados à recuperação e à reconstrução. Agora, o foco voltou-se para medidas de saúde pública e um pacote de estímulo para proteger empregos e os segmentos mais vulneráveis da população.

	2017	2018	2019	2020 p	2021 p	2022 p
Crescimento real do PIB, a preços de mercado constantes (percentual)	3,1	3,0	1,2	-14,5	4,5	2,3
Inflação (variação percentual no índice de preços ao consumidor)	1,5	2,3	2,5	2,3	2,3	2,3
Saldo em conta corrente (percentual do PIB)	-12,4	-12,1	0,7	-17,9	-14,5	-8,2
Balanço fiscal (percentual do PIB)	-5,3	-3,4	-1,7	-6,8	-10,6	-5,7
Dívida pública (percentual do PIB)	53,8	62,6	61,8	82,3	88,5	87,0

Observação: Os balanços fiscais referem-se aos exercícios de 1 de julho a 30 de junho; "p" significa previsão.
Fonte: cálculos próprios.

Barbados

Está previsto para 2020 um declínio acentuado no crescimento devido à pandemia de Covid-19. A queda no setor de turismo e as interrupções na produção local devem reduzir o crescimento, resultando no terceiro ano consecutivo de recessão. As contas fiscais e externas deverão deteriorar-se substancialmente. A elevada dívida pública limita o espaço para que uma política fiscal anticíclica eleve o crescimento e reduza a pobreza. Os riscos negativos do país são muito altos, considerando-se a forte dependência do turismo e a suscetibilidade a choques econômicos e desastres naturais.

	2017	2018	2019	2020 p	2021 p	2022 p
Crescimento real do PIB, a preços de mercado constantes (percentual)	0,5	-0,6	-0,1	-11,6	7,4	3,9
Inflação (variação percentual no índice de preços ao consumidor)	4,4	3,7	4,1	2,9	1,6	2,3
Saldo em conta corrente (percentual do PIB)	-3,8	-5,0	-3,1	-10,2	-6,0	-3,8
Balanço fiscal (percentual do PIB)	-4,3	-0,3	3,8	-2,7	-0,7	0,2
Dívida pública (percentual do PIB)	158,3	125,6	122,2	133,6	124,2	117,1

Observação: "p" significa previsão.
Fonte: cálculos próprios.

Belize

O crescimento econômico apresentou desaceleração em 2019 e uma forte retração está prevista para 2020 em meio à desaceleração da atividade econômica global desencadeada pela pandemia da Covid-19. As contas fiscais e externas devem se deteriorar. O elevado nível da dívida pública limita o espaço para que uma política fiscal contracíclica impulsione o crescimento e apoie a redução da pobreza. Os riscos negativos do país são muito altos, em virtude da alta dependência do turismo e da suscetibilidade a choques econômicos e desastres naturais.

	2017	2018	2019	2020 p	2021 p	2022 p
Crescimento real do PIB, a preços de mercado constantes (percentual)	1,9	2,1	-2,0	-17,3	6,9	2,2
Inflação (variação percentual no índice de preços ao consumidor)	1,2	0,2	0,2	0,2	0,8	1,4
Saldo em conta corrente (percentual do PIB)	-7,8	-8,1	-9,6	-17,2	-11,7	-9,9
Balanço fiscal (percentual do PIB)	-1,4	-1,0	-4,9	-11,8	-7,9	-5,4
Dívida pública (percentual do PIB)	94,7	95,5	100,0	126,9	124,6	124,3

Observação: Os balanços fiscais referem-se aos exercícios de 1 de abril a 31 de março; "p" significa previsão.
Fonte: cálculos próprios.

Bolívia

Espera-se uma retração de 7,3 por cento no PIB em 2020 devido à Covid-19, reservas macroeconômicas limitadas e tensões políticas. Apesar das medidas de mitigação, prevê-se que a pobreza e a desigualdade aumentem em virtude dos graves choques no mercado de trabalho. O crescimento deverá ser retomado em 2021, embora a necessidade de reduzir o déficit fiscal e de fortalecer o setor financeiro possa limitar a recuperação. Enfrentar os desequilíbrios macroeconômicos, impulsionar a demanda de trabalho e proteger os vulneráveis são medidas fundamentais para preservar a estabilidade e promover o crescimento inclusivo.

	2017	2018	2019	2020 p	2021 p	2022 p
Crescimento real do PIB, a preços de mercado constantes (percentual)	4,2	4,2	2,2	-7,3	4,4	3,8
Inflação (variação percentual no índice de preços ao consumidor)	2,8	2,3	1,8	1,8	2,5	3,0
Saldo em conta corrente (percentual do PIB)	-5,1	-4,5	-3,3	-0,5	-1,1	-1,2
Balanço fiscal (percentual do PIB)	-7,8	-8,1	-7,2	-10,9	-6,5	-4,5
Dívida pública (percentual do PIB)	51,3	53,3	58,8	72,9	73,9	73,9
Taxa internacional de pobreza (US\$1,9 em 2011 PPP)	5,8	4,5	4,3	5,9	5,2	4,7

Observação: "p" significa previsão.
Fonte: cálculos próprios.

Chile

Apesar do sólido pacote de estímulo, a crise da Covid-19 mergulhou a economia em uma recessão profunda, aumentou a pobreza e reduziu o tamanho da classe média. Espera-se que o crescimento se recupere fortemente em 2021, condicionado à contenção da pandemia, o que permitiria a retirada gradual do estímulo. As consequências da pandemia e da crise social do final de 2019 ressaltam a importância de se fortalecer o crescimento equitativo, aumentando a produtividade e reduzindo a desigualdade de oportunidades, ao mesmo tempo em que se mantém uma gestão macroeconômica sólida.

	2017	2018	2019	2020 p	2021 p	2022 p
Crescimento real do PIB, a preços de mercado constantes (percentual)	1,2	3,9	1,1	-6,3	4,2	3,1
Inflação (variação percentual no índice de preços ao consumidor)	2,2	2,4	2,6	2,7	2,8	3,0
Saldo em conta corrente (percentual do PIB)	-2,3	-3,6	-3,9	-0,6	-2,1	-2,2
Balanço fiscal (percentual do PIB)	-2,6	-1,5	-2,7	-9,8	-5,3	-4,6
Dívida pública (percentual do PIB)	23,6	25,6	27,9	38,9	41,5	43,4
Taxa internacional de pobreza (US\$1,9 em 2011 PPP)	0,3	0,3	0,3	0,0	0,0	0,0

Observação: "p" significa previsão.
Fonte: cálculos próprios.

Colômbia

A Covid-19 causou uma retração sem precedentes na atividade econômica, revertendo os ganhos duramente conquistados na redução da pobreza. As autoridades reagiram de forma decisiva contra a crise dentro de seu sólido arcabouço macroeconômico. No cenário de base, estima-se que o PIB caia 7,2 por cento em 2020 e que a pobreza aumente. A profundidade da crise e a exposição à demanda externa e aos choques dos preços do petróleo pesarão sobre essa perspectiva. Como a incerteza permanece elevada, não podem ser excluídos o aprofundamento da retração em 2020 e uma recuperação mais lenta.

	2017	2018	2019	2020 p	2021 p	2022 p
Crescimento real do PIB, a preços de mercado constantes (percentual)	1,4	2,5	3,3	-7,2	4,5	4,2
Inflação (variação percentual no índice de preços ao consumidor)	4,3	3,2	3,5	2,8	2,9	3,0
Saldo em conta corrente (percentual do PIB)	-3,3	-3,9	-4,2	-4,1	-4,5	-4,2
Balanço fiscal (percentual do PIB)	-2,3	-2,2	-2,4	-9,2	-5,2	-2,8
Dívida pública (percentual do PIB)	48,5	51,4	52,2	66,5	66,6	64,1
Taxa internacional de pobreza (US\$1,9 em 2011 PPP)	4,0	4,2	3,7	7,9	4,3	2,5

Observação: "p" significa previsão.
Fonte: cálculos próprios.

Costa Rica

O PIB sofrerá contração em 2020 devido às medidas de resposta doméstica e global à Covid-19, o que afetará fortemente o grande setor de turismo da Costa Rica. A crise está aumentando o desemprego, a pobreza e a desigualdade e interrompendo os grandes esforços de consolidação fiscal do governo. À medida que as restrições forem gradualmente suspensas, o crescimento deverá começar a apresentar recuperação, apoiado por uma política monetária de acomodação, pela demanda externa mais forte e por reformas estruturais relacionadas à adesão à OCDE, juntamente com os esforços de consolidação fiscal. A redução da pobreza depende do aprofundamento do enfoque de equidade das reformas.

	2017	2018	2019	2020 p	2021 p	2022 p
Crescimento real do PIB, a preços de mercado constantes (percentual)	3,9	2,7	2,1	-5,4	3,1	3,5
Inflação (variação percentual no índice de preços ao consumidor)	1,6	2,2	1,5	0,8	0,9	2,0
Saldo em conta corrente (percentual do PIB)	-2,9	-3,1	-2,4	-3,7	-3,0	-2,9
Balanço fiscal (percentual do PIB)	-6,1	-5,8	-6,9	-9,3	-8,0	-6,2
Dívida pública (percentual do PIB)	48,4	53,2	58,5	70,7	74,6	76,6
Taxa internacional de pobreza (US\$1,9 em 2011 PPP) a,b	1,1	1,5	1,4	2,1	1,2	1,1

Observação: "p" significa previsão.
Fonte: cálculos próprios.

Dominica

O choque da Covid-19 atingiu gravemente a Dominica, com um crescimento do PIB para 2020 projetado em -7,3 por cento. As pressões fiscais permanecem agudas devido às receitas mais baixas resultantes do impacto da Covid-19 e às demandas de estruturação de uma economia mais resiliente ao clima. O risco de endividamento excessivo permanece alto. Existe ainda um risco de perda, pois a pandemia mostra poucos sinais de arrefecimento e o turismo e as viagens continuam seriamente restritos.

	2017	2018	2019	2020 p	2021 p	2022 p
Crescimento real do PIB, a preços constantes de mercado (percentual)	-9,5	0,5	8,6	-7,3	3,3	3,2
Inflação (variação percentual no índice de preços ao consumidor)	0,6	1,4	1,8	1,8	2,0	2,0
Saldo em conta corrente (percentual do PIB)	-8,8	-44,6	-28,0	-30,5	-24,8	-20,1
Balanço fiscal (percentual do PIB)	1,3	-19,2	-9,9	-10,2	-6,9	-2,7
Dívida pública (percentual do PIB)	76,5	83,8	78,8	85,7	89,0	89,0

Observação: Os saldos fiscais referem-se aos exercícios de 1 de julho a 30 de junho; "p" significa previsão.
Fonte: cálculos próprios.

República Dominicana

Após 25 anos de crescimento sustentado e de redução da pobreza, a pandemia da Covid-19 desencadeou uma retração econômica na República Dominicana e estima-se que a taxa de pobreza deverá aumentar. Apesar da expectativa de continuidade da flexibilização monetária, o grande estoque da dívida limitará o espaço para uma política fiscal expansionista. O novo governo enfrenta tanto o choque de curto prazo da pandemia como o desafio da retomada do crescimento sustentável no longo prazo.

	2017	2018	2019	2020 p	2021 p	2022 p
Crescimento real do PIB, a preços de mercado constantes (percentual)	4,7	7,0	5,1	-4,3	4,8	4,5
Inflação (variação percentual no índice de preços ao consumidor)	3,3	3,6	1,8	3,1	3,0	3,0
Saldo em conta corrente (percentual do PIB)	-0,2	-1,4	-1,4	-3,0	-1,7	-2,2
Balanço fiscal (percentual do PIB)	-2,9	-2,4	-2,3	-8,4	-5,4	-3,1
Dívida pública (percentual do PIB)	46,5	47,9	50,5	58,3	59,8	61,5
Taxa internacional de pobreza (US\$1,9 em 2011 PPP)	0,7	0,4	0,4	0,5	0,4	0,4

Observação: Os indicadores fiscais referem-se ao setor público não financeiro, com exclusão do Banco Central, dos saldos parafiscais e da dívida. "p" significa previsão.
Fonte: cálculos próprios.

Equador

Devido à falta de reservas macroeconômicas que limitam a resposta política à crise da Covid-19, a economia deverá despencar 11 por cento, causando um aumento de 7,3 pontos percentuais na pobreza. Apesar da recente renegociação da dívida com os detentores de títulos e com a China, o Equador ainda precisa concluir as reformas estruturais, reduzir a vulnerabilidade decorrente de desequilíbrios fiscais e melhorar o clima para investimentos. Este processo também exigirá medidas para proteger os mais vulneráveis e melhorar o acesso às oportunidades

	2017	2018	2019	2020 p	2021 p	2022 p
Crescimento real do PIB, a preços de mercado constantes (percentual)	2,4	1,3	0,1	-11,0	4,8	1,3
Inflação (variação percentual no índice de preços ao consumidor)	0,4	-0,2	0,3	0,0	1,0	2,3
Saldo em conta corrente (percentual do PIB)	-0,1	-1,2	-0,1	-2,0	-0,1	0,3
Balanço fiscal (percentual do PIB)	-4,5	-3,2	-3,2	-8,9	-2,9	0,6
Dívida pública (percentual do PIB)	44,6	46,1	51,8	68,9	67,4	65,8
Taxa internacional de pobreza (US\$1,9 em 2011 PPP)	3,2	3,3	3,4	6,9	6,2	5,7

Observação: "p" significa previsão.

Fonte: cálculos próprios.

El Salvador

El Salvador está enfrentando três crises: (i) a pandemia de Covid-19, (ii) a recessão nos EUA e (iii) duas tempestades tropicais. Embora a resposta do governo tenha sido adequada, o custo fiscal é alto. A pandemia encontrou El Salvador em uma situação fiscal ruim, e agora está piorando. A pobreza estava diminuindo, mas deve aumentar devido aos choques. No futuro, o país deverá implementar uma consolidação fiscal confiável, que minimize os impactos do crescimento ao mesmo tempo em que estimula novos fatores de crescimento.

	2017	2018	2019	2020 p	2021 p	2022 p
Crescimento real do PIB, a preços de mercado constantes (percentual)	2,2	2,4	2,4	-8,7	4,9	3,0
Inflação (variação percentual no índice de preços ao consumidor)	1,0	1,1	0,1	0,1	0,6	1,1
Saldo em conta corrente (percentual do PIB)	-1,9	-4,7	-2,1	-1,1	-4,7	-5,0
Balanço fiscal (percentual do PIB)	-2,5	-2,7	-3,1	-9,2	-6,3	-4,7
Dívida pública (percentual do PIB)	73,6	72,7	73,3	88,6	89,4	89,9
Taxa internacional de pobreza (US\$1,9 em 2011 PPP)	1,9	1,5	1,4	2,2	1,8	1,6

Observação: Os indicadores fiscais referem-se ao setor público não financeiro; "p" significa previsão.

Fonte: cálculos próprios.

Granada

Estima-se uma contração de 12 por cento na economia em 2020, devido à paralisação do turismo causada pela pandemia. Espera-se que as contas fiscais registrem déficit, enquanto a trajetória de redução da dívida deve apresentar reversão pela primeira vez desde 2014. Apesar das medidas de mitigação, o impacto na pobreza continua significativo. A economia deve se recuperar lentamente para os níveis de 2019 até 2023, conforme o turismo for retomado. Entretanto, as perspectivas permanecem incertas e dependentes da duração e da gravidade da crise.

	2017	2018	2019	2020 p	2021 p	2022 p
Crescimento real do PIB, a preços de mercado constantes (percentual)	4,4	4,1	2,0	-12,0	3,0	5,0
Inflação (variação percentual no índice de preços ao consumidor)	0,9	0,8	0,6	0,8	1,2	1,7
Saldo em conta corrente (percentual do PIB)	-14,4	-15,9	-15,8	-27,4	-26,7	-22,0
Balanço fiscal (percentual do PIB)	3,0	4,6	5,0	-1,9	1,2	2,2
Dívida pública (percentual do PIB)	70,1	64,4	59,6	70,5	72,5	70,8

Observação: "p" significa previsão.

Fonte: cálculos próprios.

Guatemala

A atividade econômica despencou no segundo trimestre de 2020 devido à crise da Covid-19. No entanto, espera-se que os ingressos de remessas resilientes e medidas fiscais de apoio reduzam o impacto socioeconômico adverso. No entanto, os riscos tendem para uma situação negativa. Outros esforços de estímulo fiscal ficarão limitados pela mobilização persistentemente baixa de receitas internas da Guatemala. Espera-se que o novo programa de assistência social, Bono Família, beneficie cerca de 80 por cento das famílias pobres. Ainda assim, a proporção de famílias que vivem na pobreza deve aumentar.

	2017	2018	2019	2020 p	2021 p	2022 p
Crescimento real do PIB, a preços de mercado constantes (percentual)	3,0	3,2	3,8	-3,5	4,5	3,8
Inflação (variação percentual no índice de preços ao consumidor)	4,4	3,8	3,7	2,5	3,0	3,3
Saldo em conta corrente (percentual do PIB)	1,1	0,8	2,9	3,0	2,0	1,4
Balanço fiscal (percentual do PIB)	-1,4	-1,9	-2,3	-5,6	-4,1	-3,1
Dívida pública (percentual do PIB)	25,3	26,2	26,7	32,5	34,1	34,6
Taxa internacional de pobreza (US\$1,9 e 2011 PPP)	8,1	7,8	7,6	8,1	7,8	7,6

Observação: "p" significa previsão.
Fonte: cálculos próprios.

Guiana

A economia da Guiana se expandiu no primeiro semestre de 2020, pois o aumento da produção de petróleo compensou a retração no PIB não petrolífero gerada pela pandemia. Os vínculos econômicos entre os setores petrolífero e não petrolífero permanecem limitados e, embora as receitas do petróleo impulsionem o crescimento por meio dos gastos públicos, esse efeito demorará para se concretizar. Embora as receitas do petróleo possam transformar positivamente a Guiana, há riscos para o crescimento sustentável e a redução da pobreza, conforme ilustrado pela volatilidade dos preços do petróleo, pelos custos de investimento e pela pandemia de Covid-19.

	2017	2018	2019	2020 p	2021 p	2022 p
Crescimento do PIB, a preços de mercado (percentual) a,b	3,7	4,4	5,4	23,2	7,8	3,6
Inflação (variação percentual no índice de preços ao consumidor)	1,5	1,6	2,1	1,0	2,6	2,9
Saldo em conta corrente (percentual do PIB)	-15,4	-40,7	-60,6	-28,4	-13,3	-8,8
Balanço fiscal (percentual do PIB)	-3,3	-2,7	-2,8	-5,1	-3,7	-3,6
Dívida pública (percentual do PIB)	35,3	35,8	32,6	32,5	33,1	34,5

Observação: "p" significa previsão.
Fonte: cálculos próprios.

Haiti

A pandemia de Covid-19, os problemas estruturais enraizados e a instabilidade política do Haiti afetaram gravemente a economia e se manifestaram no aumento da pobreza. O espaço fiscal limitado - devido à fraca mobilização de receitas, prioridades de gastos mal definidas e falta de mecanismos de direcionamento eficientes - prejudicou a capacidade de resposta do governo para apoiar famílias vulneráveis e empresas afetadas negativamente pela pandemia. Políticas mais bem direcionadas e um alívio nas tensões políticas serão necessários para estabilizar a economia e facilitar a recuperação.

	2016/17	2017/18	2018/19	2019/20 e	2020/21 p	2021/22 p
Crescimento real do PIB, a preços de mercado constantes (percentual)	1,2	1,5	-1,4	-3,1	1,1	2,1
Inflação (variação percentual no índice de preços ao consumidor)	14,7	13,5	17,2	22,8	26,0	19,0
Saldo em conta corrente (percentual do PIB)	-1,0	-3,9	-2,0	0,3	-2,0	-3,4
Balanço fiscal (percentual do PIB)	-1,9	-4,3	-3,7	-6,8	-4,1	-2,5
Dívida pública (percentual do PIB)	35,6	38,3	42,5	47,9	51,2	51,2
Taxa internacional de pobreza (US\$1,9 em 2011 PPP)	24,0	24,1	25,9	27,3	28,7	28,2

Observação: "p" significa previsão.
Fonte: cálculos próprios.

Honduras

Honduras entrou em uma forte recessão em 2020 devido a choques internos e externos na oferta e demanda, exacerbados por um alto nível de incerteza em meio à pandemia de Covid-19. Esses fatores têm gerado altos níveis de insegurança alimentar e aumento da pobreza e desigualdade, à medida que famílias vulneráveis perdem renda. A recuperação da economia é esperada em 2021, apoiada por uma postura de política macroeconômica de acomodação e reativação do comércio e do investimento. No entanto, é possível que haja uma recessão mais prolongada.

	2017	2018	2019	2020 p	2021 p	2022 p
Crescimento real do PIB, a preços de mercado constantes (percentual)	4,8	3,7	2,7	-7,1	4,9	3,9
Inflação (variação percentual no índice de preços ao consumidor)	3,9	4,3	4,4	3,0	3,8	4,0
Saldo em conta corrente (percentual do PIB)	-0,8	-5,4	-0,7	-2,0	-2,6	-1,8
Balanço fiscal (percentual do PIB)	-0,8	-0,9	-0,9	-5,0	-4,0	-1,0
Dívida pública (percentual do PIB)	40,1	42,2	43,1	52,3	54,9	54,3
Taxa internacional de pobreza (US\$1,9 em 2011 PPP)	17,6	16,9	15,8	16,8	16,0	15,3

Observação: Os indicadores fiscais referem-se ao setor público não financeiro; "p" significa previsão.
Fonte: cálculos próprios.

Jamaica

Antes da Covid-19, no período de 2013 a 2019, a Jamaica implementou um bem-sucedido programa de reforma econômica, que colocou o país em uma posição sólida para lidar com choques externos. As conquistas incluem a redução da dívida pública em 54 pontos percentuais do PIB; implementação de um programa de metas de inflação com taxa de câmbio flutuante; e melhoria nas reservas externas. No entanto, a pandemia terá impacto negativo sobre o emprego e a pobreza. Os riscos negativos são altos devido aos desastres naturais e à extensão e profundidade da pandemia de Covid-19.

	2017	2018	2019	2020 p	2021 p	2022 p
Crescimento real do PIB, a preços de mercado constantes (percentual)	1,0	1,9	-0,1	-9,0	4,0	2,0
Inflação (variação percentual no índice de preços ao consumidor)	4,4	3,7	3,9	4,6	5,3	5,0
Saldo em conta corrente (percentual do PIB)	-2,6	-1,8	-2,0	-8,0	-5,6	-3,3
Balanço fiscal (percentual do PIB)	0,4	1,2	0,9	-2,9	-0,6	-0,3
Dívida pública (percentual do PIB)	101,3	94,4	94,0	101,2	93,8	88,1

Observação: Os balanços fiscais referem-se aos exercícios de 1 de abril a 31 de março; "p" significa previsão.
Fonte: cálculos próprios.

Nicarágua

O surto de Covid-19 ameaça aprofundar e prolongar a recessão econômica desencadeada pela crise sociopolítica. O país tem uma posição externa enfraquecida apesar de apresentar um superávit em conta corrente. A consolidação fiscal foi adiada para amortecer parcialmente o impacto econômico da crise. As grandes retrações nos níveis de emprego em setores de mão de obra intensiva ameaçam continuar prejudicando os avanços na redução da pobreza. A recuperação econômica deve ser demorada, diante da recuperação global modesta, das condições restritivas de financiamento externo e da incerteza política.

	2017	2018	2019 e	2020 p	2021 p	2022 p
Crescimento real do PIB, a preços de mercado constantes (percentual)	4,6	-4,0	-3,9	-5,9	1,1	1,2
Inflação (variação percentual no índice de preços ao consumidor)	3,9	4,9	5,4	3,9	3,1	3,0
Saldo em conta corrente (percentual do PIB)	-4,9	0,6	5,4	3,8	1,8	0,2
Balanço fiscal (percentual do PIB)	-2,0	-4,1	-1,3	-5,6	-4,0	-1,3
Dívida pública (percentual do PIB)	47,1	52,9	56,7	62,9	64,1	63,6
Taxa internacional de pobreza (US\$1,9 em 2011 PPP)	2,1	2,9	3,4	4,5	4,5	4,5

Observação: Os indicadores fiscais referem-se ao setor público não financeiro; "p" significa previsão.
Fonte: cálculos próprios.

Panamá

O Panamá é um dos países mais afetados pela pandemia de Covid-19, tanto em termos de saúde quanto em termos econômicos, devido à sua exposição ao comércio internacional e à sua dependência de impulsionadores de crescimento vulneráveis à pandemia, como os setores de construção, mineração e turismo. As medidas sociais emergenciais impediram um aumento ainda maior da pobreza, mas contribuíram para a deterioração das contas fiscais. Para o futuro, o Panamá precisa recuperar a sustentabilidade fiscal e aumentar a produtividade para gerar novos impulsionadores de crescimento e também garantir benefícios de crescimento para os moradores das áreas rurais, os afrodescendentes e a população indígena.

	2017	2018	2019	2020 p	2021 p	2022 p
Crescimento real do PIB, a preços de mercado constantes (percentual)	5,6	3,7	3,0	-8,1	5,3	3,8
Inflação (variação percentual no índice de preços ao consumidor)	0,9	0,8	-0,4	-0,9	0,5	1,5
Saldo em conta corrente (percentual do PIB)	-5,9	-8,2	-5,2	-1,4	-3,7	-4,4
Balanço fiscal (percentual do PIB)	-1,9	-2,9	-3,1	-7,7	-5,2	-3,0
Dívida pública (percentual do PIB)	37,6	39,4	46,4	58,0	59,3	59,1
Taxa internacional de pobreza (US\$1,9 em 2011 PPP)	2,5	1,7	1,7	2,0	1,8	1,7

Observação: "p" significa previsão.
Fonte: cálculos próprios.

Paraguai

Políticas de distanciamento social bem aplicadas levaram a um dos níveis mais baixos de contágio e mortes por Covid-19 na região nos primeiros meses da pandemia. Com um histórico de política macroeconômica prudente na última década, as medidas de resposta à crise devem ser eficazes na absorção de parte do choque da Covid-19 e no apoio à recuperação econômica. No entanto, espera-se que a pobreza aumente em 2020 para os níveis de 2015, e se reverta lentamente no futuro.

	2017	2018	2019	2020 p	2021 p	2022 p
Crescimento real do PIB, a preços de mercado constantes (percentual)	5,0	3,4	0,0	-3,2	3,5	3,7
Inflação (variação percentual no índice de preços ao consumidor)	3,6	4,0	3,2	1,8	3,5	4,0
Saldo em conta corrente (percentual do PIB)	3,1	-0,2	-1,2	0,7	0,7	0,9
Balanço fiscal (percentual do PIB)	-0,5	-1,0	-2,4	-7,0	-4,0	-2,8
Dívida pública (percentual do PIB)	19,3	21,0	24,5	35,3	37,0	36,9
Taxa internacional de pobreza (US\$1,9 em 2011 PPP)	1,0	1,4	1,4	1,6	1,6	1,5

Observação: "p" significa previsão.
Fonte: cálculos próprios.

Peru

O cenário econômico do Peru se deteriorou drasticamente em virtude da pandemia de Covid-19, com grandes perdas para as empresas, os trabalhadores e as famílias. Apesar das grandes reservas fiscais e cambiais, a resposta à crise foi limitada por deficiências estruturais e a fraca capacidade de implementação, levando à perda de vidas e meios de subsistência e a uma recessão acentuada. A velocidade e a extensão da recuperação dependerão do momento da disponibilidade de uma vacina, bem como da estabilidade das políticas no contexto das próximas eleições.

	2017	2018	2019	2020 p	2021 p	2022 p
Crescimento real do PIB, a preços de mercado constantes (percentual)	2,5	4,0	2,2	-12,0	7,6	4,5
Inflação (variação percentual no índice de preços ao consumidor)	2,8	1,3	2,1	1,5	1,8	2,0
Saldo em conta corrente (percentual do PIB)	-1,3	-1,7	-1,5	-1,1	-1,5	-2,2
Balanço fiscal (percentual do PIB)	-3,0	-2,3	-1,6	-9,6	-5,5	-4,0
Dívida pública (percentual do PIB)	25,8	26,6	26,8	37,0	39,4	40,8
Taxa internacional de pobreza (US\$1,9 em 2011 PPP)	3,4	2,7	2,6	4,3	2,9	2,4

Observação: "p" significa previsão.
Fonte: cálculos próprios.

Santa Lúcia

O PIB deverá registrar contração de 18 por cento em 2020 devido à interrupção do turismo decorrente da crise da Covid-19. As perdas de renda são generalizadas, e os pobres foram afetados em maior grau. Perdas de receita significativas e aumentos nas despesas levaram a uma onda de endividamento. As perspectivas econômicas permanecem altamente incertas devido à Covid-19 e às vulnerabilidades a desastres naturais. É fundamental que o governo implemente reformas fiscais sem demora para reconstruir a resiliência fiscal e amortecer choques futuros.

	2017	2018	2019	2020 p	2021 p	2022 p
Crescimento real do PIB, a preços de mercado constantes (percentual)	3,5	2,6	1,7	-18,0	8,1	5,2
Inflação (variação percentual no índice de preços ao consumidor)	-0,5	2,5	0,6	1,7	1,4	1,3
Saldo em conta corrente (percentual do PIB)	-1,0	2,2	4,6	-14,9	-8,7	-1,7
Balanço fiscal (percentual do PIB)	-2,1	-1,0	-3,4	-12,2	-6,8	-4,3
Dívida pública (percentual do PIB)	59,5	60,1	60,4	85,3	87,7	89,4
Taxa internacional de pobreza (US\$1,9 em 2011 PPP)	4,5	4,4	4,4	5,4	4,7	4,6

Observação: Os balanços fiscais referem-se aos exercícios de 1 de abril a 31 de março; "p" significa previsão.
Fonte: cálculos próprios.

São Vicente e Granadinas

Espera-se que o PIB registre retração de 7,0 por cento em 2020 devido à continuidade da pandemia de Covid-19. Após vários anos de déficits orçamentários mínimos e superávits primários, o novo investimento portuário, a resposta à Covid-19 e a interrupção repentina do turismo exercerão pressão significativa sobre as finanças públicas, à medida que os gastos públicos aumentam e as receitas despencam. Há ainda outros riscos negativos, pois a pandemia mostra poucos sinais de arrefecimento e o turismo e as viagens continuam seriamente limitados.

	2017	2018	2019	2020 p	2021 p	2022 p
Crescimento real do PIB, a preços de mercado constantes (percentual)	1,0	2,2	0,4	-7,0	3,7	3,0
Inflação (variação percentual no índice de preços ao consumidor)	2,2	2,3	0,9	1,5	2,0	2,0
Saldo em conta corrente (percentual do PIB)	-11,6	-12,0	-10,0	-17,5	-12,1	-12,7
Balanço fiscal (percentual do PIB)	-0,4	-0,9	-2,4	-6,2	-4,5	-4,5
Dívida pública (percentual do PIB)	73,5	75,6	75,2	85,8	85,4	85,4

Observação: Os saldos fiscais referem-se ao governo central; "p" significa previsão.
Fonte: cálculos próprios.

Suriname

A situação econômica deteriorou-se rapidamente, pois a pandemia exacerbou as deficiências internas existentes. O governo começou a elaborar um programa de ajuste para lidar com os grandes desequilíbrios macroeconômicos, inclusive a tão esperada unificação da taxa de câmbio. A descoberta de petróleo *offshore* pode permitir a consolidação de uma perspectiva de crescimento estável em médio prazo, apesar de o aumento na produção de petróleo demorar vários anos. No curto prazo, a capacidade de obter financiamento externo suficiente e consolidação fiscal são essenciais para a estabilização macroeconômica.

	2017	2018	2019	2020 p	2021 p	2022 p
Crescimento real do PIB, a preços de mercado constantes (percentual)	1,8	2,6	0,3	-13,0	1,5	2,0
Inflação (variação percentual no índice de preços ao consumidor)	22,0	6,9	4,5	40,0	30,0	8,0
Saldo em conta corrente (percentual do PIB)	1,9	-3,4	-11,2	-8,0	-6,2	-4,7
Balanço fiscal (percentual do PIB)	-9,3	-11,4	-9,0	-13,9	-8,8	-6,9
Dívida pública (percentual do PIB)	74,7	72,5	81,4	136,5	112,9	103,3

Observação: Os saldos fiscais referem-se ao governo central; "p" significa previsão.
Fonte: cálculos próprios.

Uruguai

O distanciamento social voluntário e os extensos testes e rastreamento têm sido eficazes no controle da pandemia, mas o país não pôde evitar sua primeira recessão desde 2002. Os efeitos da deterioração do mercado de trabalho foram mitigados por programas de segurança social bem direcionados, associados a medidas de emergência. Na ausência de um surto de Covid-19 ou de uma nova rodada de acontecimentos externos negativos, espera-se que a economia se recupere rapidamente, mas a possível necessidade de estender as medidas de mitigação pode entrar em conflito com as ambiciosas metas de consolidação fiscal.

	2017	2018	2019	2020 p	2021 p	2022 p
Crescimento real do PIB, a preços de mercado constantes (percentual)	2,6	1,6	0,2	-4,0	4,2	3,1
Inflação (variação percentual no índice de preços ao consumidor)	6,2	7,6	7,9	9,5	8,0	6,9
Saldo em conta corrente (percentual do PIB)	0,7	0,0	0,6	-1,0	-1,5	-1,2
Balanço fiscal (percentual do PIB)	-3,5	-3,7	-4,3	-6,3	-4,5	-3,4
Dívida pública (percentual do PIB)	60,7	60,1	62,3	71,5	72,1	71,6
Taxa internacional de pobreza (US\$1,9 em 2011 PPP)	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0

Observação: "p" significa previsão.

Fonte: cálculos próprios.

Referências

- Apedo-Amah, Marie Christine, Besart Avdiu, Xavier Cirera, Marcio Cruz, Elwyn Davies, Arti Grover, Leonardo Iacovone, Umut Kilinc, Denis Medvedev, Franklin Okechukwu Maduko, Stavros Poupakis, Jesica Torres e Trang Thu Tran (2020). “Businesses through the COVID-19 Shock: Firm-level evidence from 49 countries”. Policy Research Working Paper forthcoming. Washington, DC: The World Bank.
- Bracco, Jessica, Luciana Galeano, Pedro Juarros, Daniel Riera-Crichton e Guillermo Vuletin (2020). “Social Transfer Multipliers on Steroids: We Are Not in Kansas Anymore”. Manuscrito não publicado. Washington, DC: The World Bank.
- Chetty, Raj, John N. Friedman, Nathaniel Hendren, Michael Stepner e The Opportunity Insights Team (2020). “How did Covid-19 and stabilization policies affect spending and employment? A new real-time economic tracker based on private sector data”. NBER Working Paper 27431. Cambridge, MA: National Bureau for Economic Research, setembro de 2020.
- Desmet, Klaus, e Romain Wacziarg (2020). “Understanding Spatial Variation in COVID-19 across the United States”. NBER Working Paper 27329. Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research.
- Dmytraczenko, Tania e Gisele Almeida, Editors (2015). *Toward Universal Health Coverage and Equity in Latin America and the Caribbean: Evidence from Selected Countries*. Washington, DC: The World Bank.
- Edson, Luis de Brito (2018). “Colombia: A Pharma Market Overview.” Pharma Korea. 7 de outubro de 2020.
- Fazekas, Mihály, Alexandre Borges de Oliveira e Nóra Regős (2020). “Lowering Prices of Pharmaceuticals, Health Supplies and Equipment: Insights from Big Data for Better Procurement Strategies”. Manuscrito inédito. Washington, DC: The World Bank.
- Fossa, Lissette (2020). “Datos muestran que Covid-19 puede ser hasta cuatro veces más mortal en Cerro Navia que en Vitacura”. Interferencia. Santiago, 20 de setembro de 2020.
- Gentilini, Ugo, Mohamed Almenfi, Pamela Dale, Robert Palacios, Harish Natarajan, Guillermo Alfonso Galicia Rabadan, Yuko Okamura, John Blomquist, Miglena Abels, Gustavo Demarco e Indhira Santos (2020). “Social Protection and Jobs Responses to COVID-19: A Real-Time Review of Country Measures”. Manuscrito não publicado. Washington, DC: The World Bank. 18 de setembro de 2020.
- Hernández-Vásquez, Akram, Jesús Eduardo Gamboa-Unsihuay, Rodrigo Vargas-Fernández e Diego Azañedo (2020). “Excess Mortality in Metropolitan Lima during the COVID-19 Pandemic: A District Level Comparison”. *Medwave*. 2020;20(8):e8032 doi: 10.5867/medwave.2020.08.8032.
- IBGE (2017). *Conta Satélite de Saúde*. Rio de Janeiro, Brasil: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

- INEI (2018). Reporte Sectorial No. 06 - 2018. Fabricación de Productos Farmacéuticos. Lima, Peru: Instituto Nacional de Estadística e Informática.
- McDonnell, Anthony, Robert Van Exan , Steve Lloyd , Laura Subramanian , Kalipso Chalkidou , Adrian La Porta , Jiabin Li , Eddine Maiza , David Reader , Julie Rosenberg , Jack Scannell , Vaughan Thomas , Rebecca Weintraub e Prashant Yadav (2020). “COVID-19 Vaccine Predictions: Using Mathematical Modelling and Expert Opinions to Estimate Timelines and Probabilities of Success of COVID-19 Vaccines”. CGD Policy Paper. Washington, DC: Center for Global Development. Setembro de 2020.
- Ministry of Health and Ministry of Finance (2017). “Diagnóstico Del Mercado de Medicamentos En Chile, 2015.” Santiago, Chile: Governo do Chile.
- Morris, Stephen, Martin Rama, Daniel Riera-Crichton e Irene Ezran (2020). “Nowcasting Economic Activity Using High Frequency Satellite Data”. Manuscrito não publicado. Washington, DC: The World Bank.
- OCDE (2020). “Pharmaceutical Spending (Indicator).” Paris: Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico.
- OCDE e Banco Mundial (2020). Health at a Glance: Latin America and the Caribbean 2020. Paris: Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico.
- Roser, Max, Hannah Ritchie, Esteban Ortiz-Ospina e Joe Hasell (2020) - “Coronavirus Pandemic (COVID-19)”. Publicado on-line em OurWorldInData.org.
- The Economist (2020). “Standing Apart: How Uruguay Has Coped with Covid-19”. The Economist. London, UK. 18 de junho de 2020.
- Vargas, Verónica, Christine Leopold, Marianela Castillo-Riquelme e Jonathan J. Darrow (2019). “Expanding Coverage of Oncology Drugs in an Aging, Upper-Middle-Income Country: Analyses of Public and Private Expenditures in Chile”. *Journal of Global Oncology* 5: 1–17.
- Vargas, Verónica (2020). “An Overview of the Pharmaceutical Sector in Latin America: Comparing Policies for Improving Access to Medicines”. Manuscrito não publicado. Santiago, Chile: Universidad Alberto Hurtado.
- Vegh, Carlos A., e Guillermo Vuletin (2014). “The road to redemption: Policy response to crises in Latin America.” *IMF Economic Review* 62(4) 526-568.
- WHO (2018). Global Health Estimates 2016: Deaths by Cause, Age, Sex, by Country and by Region, 2000-2016. Geneva: Organização Mundial de Saúde.
- World Bank (2020a). “LAC High-Frequency Phone Surveys”. Manuscrito não publicado. Poverty and Equity Global Practice. Washington, DC: The World Bank, setembro de 2020.
- Banco Mundial (2020b). “A Economia nos Tempos da Covid-19”. Relatório semestral para a Região da América Latina e do Caribe, Edição de Primavera. Washington, DC: Banco Mundial.
- World Bank (2020c). “World Bank Predicts Sharpest Decline of Remittances in Recent History”. Press Release. Washington, DC: The World Bank. 22 de abril de 2020.



ILUSTRAÇÃO BASEADA NA FOTO DE OMAR FRANCO PEREZ / ILLUSTRATION.COM



BANCO MUNDIAL

BIRD • AID | GRUPO BANCO MUNDIAL

América Latina e Caribe
Oportunidades para todos